UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXTATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

MICHEL ROBINSON DE OLIVEIRA SILVA

PERCEPÇÃO AMBIENTAL E TURISMO SUSTENTÁVEL: ANÁLISE DOS IMPACTOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM ZONAS COSTEIRAS DA GRANDE JOÃO PESSOA – PB

JOÃO PESSOA – PB
2014

MICHEL ROBINSON DE OLIVEIRA SILVA

PERCEPÇÃO AMBIENTAL E TURISMO SUSTENTÁVEL: ANÁLISE DOS IMPACTOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM ZONAS COSTEIRAS DA GRANDE JOÃO PESSOA – PB

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientadora: Profª. Dra. Krystyna Gorlach-Lira
Coorientadora: Profª. Dra. Cristiane Francisca da Costa

JOÃO PESSOA – PB
2014

MICHEL ROBINSON DE OLIVEIRA SILVA

PERCEPÇÃO AMBIENTAL E TURISMO SUSTENTÁVEL:
ANÁLISE DOS IMPACTOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA
EM ZONAS COSTEIRAS DA GRANDE JOÃO PESSOA – PB

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

João Pessoa, _____ de _____ de 2014.

BANCA EXAMINADORA

_____
Profª. Dra. Krystyna Gorlach-Lira – UFPB/CCEN/DBM
Orientadora

_____
Prof. Dr. Gustavo Ferreira da Costa Lima – UFPB/CCHLA/DCS
Membro Interno

_____
Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho – UFPE/CFCH/DCG
Membro Externo

_____
Profª. Drª. Denise Dias da Cruz – UFPB/CCEN/DSE
Membro Interno - Suplente

Dedico este trabalho aos meus queridos pais e a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a sua realização.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pelo dom da inteligência, por me abençoar sempre e por permitir que coisas maravilhosas aconteçam em minha vida.

Aos meus maravilhosos pais, Almira e Josenildo, por todo amor, dedicação, apoio e confiança. Obrigado pela educação dada a mim, pelos valores ensinados, pelas oportunidades que me deram... Vocês são meu exemplo! Devo tudo o que sou e o que tenho a vocês.

A minha família em geral, e em especial, a minha irmã Rachel Semirames e aos meus sobrinhos Matheus e Everton, por todo carinho, força e por todos os momentos de alegria compartilhados.

Agradeço a minha orientadora, professora Dra. Krystyna Gorlach-Lira, e a minha coorientadora, profª Dra. Cristiane Costa, pela dedicação constante e pela confiança depositada em mim, ajudando no processo de construção deste trabalho e contribuindo de forma essencial para a realização de mais uma etapa em minha jornada acadêmica.

A todos os demais professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), que contribuíram para a complementação da minha formação, proporcionando conhecimentos teóricos e práticos acerca de temas ligados às questões ambientais que irão permitir meu crescimento profissional e pessoal.

A todos os entrevistados que, gentilmente, aceitaram participar da pesquisa, colaborando no processo construtivo para a realização deste trabalho.

A todos os meus incríveis amigos de curso, em especial à Camila Simões, Raylda Soares, Vibérica Gonçalves, Karine Calado, Edna Arèvalo, Bruna Stansky, Glória Cristina, Danilo Barbosa e Igor d'Angelis, pelo apoio, pelos momentos de descontração e por sempre estarem presentes ao meu lado, dentro e fora da Universidade.

Agradeço também a todos os meus amigos fora do ambiente acadêmico, em especial a Nielson Júnior, Rafael Lucena, Gerha Araújo, Leandro Oliveira, Izabela Domingos, Anieli Queiroz, Valéria Alencar, Gabriela Jordão, Lorieli Queiroz, Riva Araújo, Damásio Barreto, Rômulo Felipe, Celestino Galvão, Laíse Felix e aos demais, pelo carinho, pela ajuda nos momentos em que mais precisei, pelas horas de diversão e por se fazerem presentes em minha vida. Obrigado pessoal!

RESUMO

Apesar do caráter positivo promovido pela atividade turística, desenvolvendo regiões e gerando emprego e renda, quando não bem planejada, ela traz consigo também efeitos negativos, nos aspectos sociais, e, sobretudo, nos ambientais. Quando praticado em ecossistemas frágeis como áreas costeiras, o potencial de degradação do turismo pode ser ainda maior, caso não haja o devido manejo e gestão da atividade. Dessa forma, o viés da sustentabilidade surge como uma alternativa essencial na prática da atividade, uma vez que possibilita o uso dos recursos naturais para fins de lazer de forma consciente, garantindo sua perpetuação por longos anos. Os estudos de percepção e o uso de ferramentas como a educação ambiental são importantes para avaliar o perfil daqueles que lidam com o turismo, pois pode-se conhecer seus comportamentos e valores acerca das questões ambientais e, também, tentar sensibilizá-los quanto à importância da conservação de áreas e ambientes utilizados. Neste contexto, o presente estudo buscou analisar a percepção ambiental de quatro grupos ligados a atividade (turistas, moradores, empresas/profissionais e órgãos) praticada em três zonas costeiras da grande João Pessoa: Praia do Jacaré, Areia Vermelha e Picãozinho. Além de avaliar algumas práticas ambientais dos mesmos, identificaram-se também os principais impactos ambientais que ocorrem nestes espaços em decorrência do turismo, segundo o julgamento e opinião dos próprios entrevistados. O objetivo foi o de apontar medidas e sugestões, baseadas em ferramentas de educação e sensibilização ambiental, que auxiliem no planejamento e gestão sustentável da atividade turística, conservando os recursos naturais destas áreas exploradas. A pesquisa foi realizada no período entre Janeiro e Maio de 2013, atingindo um total de 491 pessoas. De forma geral, os impactos mais apontados nas três zonas foram a alteração da paisagem natural, os desgastes dos recifes de corais, a poluição sonora e a poluição da água/mar por lixo. Quanto às práticas ambientais, todos os grupos indicaram que possuem o hábito de economizar recursos como água e energia elétrica em suas residências e, também, quando viajam. Na separação do lixo (em suas casas e quando viajam), grande parte dos grupos indicou que a fazem. Outros disseram não fazer justificando que não sabem como proceder. Considerando as três áreas, todos os grupos apresentaram interesse em participar de alguma ação que busque melhorar o meio ambiente e o turismo nestes locais. Na análise da percepção ambiental, as pessoas que trabalham nos órgãos e os moradores da região costeira próxima a Picãozinho foram os únicos grupos que demonstraram possuir um perfil ecocêntrico. Todos os outros grupos (turistas, moradores da Praia do Jacaré e do entorno de Areia Vermelha e todas as empresas/profissionais) apresentaram perfis antropocêntricos e indiferentes às questões ambientais.

Palavras-chave: Percepção ambiental; Turismo sustentável; Impactos; Zonas costeiras; Atividade turística; Educação ambiental.

ABSTRACT

Despite the positive character promoted by the tourism industry, developing regions and generating employment and income, if not planned, it also brings negative effects, on social aspects, and, especially, in environmental. When practiced in fragile ecosystems such as coastal areas, the degradation potential of tourism can be even greater if there is no proper management and administration of the activity. Thus, the trend of sustainability emerges as an essential alternative in activity practice, because it allows the use of natural resources for recreational purposes consciously, ensuring its perpetuation for many years. Studies of perception and the use of tools such as environmental education are important to evaluate the profile of those who deal with tourism, enabling know their behaviors and values on environmental issues and also trying to sensitize them about the importance of conservation areas used. In this context, the present study aimed to analyze the environmental perception of four groups connected to tourism (tourists, residents, businesses/professionals and agents) practiced in three coastal areas of great João Pessoa: Praia do Jacaré, Areia Vermelha and Picãozinho. In addition to evaluating some environmental practices of these ones, also identified the main environmental impacts that occur in these spaces as a result of tourism, according to the judgment and opinion of the interviewees themselves. The objective was to identify measures and suggestions, based on environmental education and awareness tools, that might help in the planning and sustainable management of tourism, conserving natural resources of these explored areas. The survey was conducted between January and May 2013, reaching a total of 491 people. Overall, the most frequently reported impacts in the three zones were changing the natural landscape, the wear of coral reefs, noise pollution and water/sea pollution by garbage. Regarding environmental practices, all groups have indicated that they have the habit of saving resources such as water and electricity in their homes and also when traveling. In separating garbage (at home and when traveling), most groups indicated that they do. Others said do not justifying that they don't know how. Considering the three areas, all groups showed an interest in taking some action that seeks to improve the environment and tourism in these places. In the analysis of environmental perception, people who work in the agencies and who live in the coastal region near Picãozinho were the only groups that have demonstrated an ecocentric profile. All the other groups (tourists, residents of Praia do Jacaré and around Areia Vermelha and all companies/professionals) had anthropocentric and indifferent profiles according to the environmental issues.

Keywords: Environmental perception; Sustainable tourism; Impacts; Coastal areas; Tourist activity; Environmental education.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa da Praia do Jacaré, Cabedelo – PB 40
FIGURA 2: Mapa do Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha, Cabedelo – PB 43
FIGURA 3: Mapa dos recifes de Picãzinho, João Pessoa – PB 45
FIGURA 4: Lixo na Praia do Jacaré, Cabedelo – PB 66
FIGURA 5: Alguns resíduos encontrados nas imediações da área 66
FIGURA 6: Resíduos encontrados em Areia Vermelha, Cabedelo – PB 80
FIGURA 7: Embarcação irregular e com possível derramamento de óleo 80
FIGURA 8: Fiscalização presente no local no dia da visita 80
FIGURA 9: Barco ancorado em cima dos recifes de corais em Picãozinho, João Pessoa – PB 95
FIGURA 10: Captura e alimentação indevida de peixes no local 95
FIGURA 11: Resíduo e pisoteio dos recifes de corais por banhistas 95

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Origem dos turistas que visitaram a Paria do Jacaré, Cabedelo – PB, durante a pesquisa 60
GRÁFICO 2: Impactos apontados pelo grupo dos turistas na Praia do Jacaré, Cabedelo – PB 61
GRÁFICO 3: Impactos apontados pelo grupo dos moradores da Praia do Jacaré, Cabedelo – PB 62
GRÁFICO 4: Impactos apontados pelo grupo de empresas/profissionais da Praia do Jacaré, Cabedelo – PB 62
GRÁFICO 5: Impactos apontados pelo grupo de órgãos da Praia do Jacaré, Cabedelo – PB 63
GRÁFICO 6: Origem dos turistas que visitaram Areia Vermelha, Cabedelo – PB, durante a pesquisa 74
GRÁFICO 7: Impactos apontados pelo grupo dos turistas em Areia Vermelha, Cabedelo – PB 75
GRÁFICO 8: Impactos apontados por aqueles que moram no entorno de Areia Vermelha, Cabedelo – PB 75
GRÁFICO 9: Impactos apontados pelo grupo das empresas/profissionais que atuam em Areia Vermelha, Cabedelo – PB 76
GRÁFICO 10: Impactos apontados pelos órgãos que atuam em Areia Vermelha, Cabedelo – PB 77
GRÁFICO 11: Origem dos turistas que visitaram Picãzinho, João Pessoa – PB, durante a pesquisa 88
GRÁFICO 12: Impactos apontados pelo grupo dos turistas em Picãozinho, João Pessoa – PB 89
GRÁFICO 13: Impactos apontados por aqueles que moram no entorno de Picãozinho, João Pessoa – PB 90
GRÁFICO 14: Impactos apontados pelo grupo de empresas/profissionais que atuam em Picãozinho, João Pessoa – PB 90
GRÁFICO 15: Impactos apontados pelos órgãos que atuam em Picãozinho, João Pessoa – PB 91

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Descrição dos indicadores, separados por dimensões, e a relação de valores ... 53
TABELA 2: Distribuição dos entrevistados por sexo na Praia do Jacaré, Cabedelo – PB 57
TABELA 3: Perfil socioeconômico dos entrevistados referentes a Paria do Jacaré, Cabedelo – PB 59
TABELA 4: Opinião dos grupos entrevistados sobre as prováveis causas dos impactos provocados pelo turismo na Praia do Jacaré, Cabedelo – PB 64
TABELA 5: Opinião dos grupos sobre as possíveis alternativas que buscam minimizar os impactos causados pelo turismo na Praia do Jacaré, Cabedelo – PB 65
TABELA 6: Opinião dos grupos quanto à relação turismo x preservação dos recursos naturais 67
TABELA 7: Opinião dos grupos quanto à disponibilidade em melhorar o meio ambiente local 67
TABELA 8: Opinião dos grupos quanto à economia (ou não) de água e energia 68
TABELA 9: Opinião dos grupos quanto à separação (ou não) do lixo 68
TABELA 10: Média dos indicadores (individual e por dimensão) para cada grupo da Praia do Jacaré, Cabedelo – PB 69
TABELA 11: Distribuição dos entrevistados por sexo em Areia Vermelha, Cabedelo – PB 71
TABELA 12: Perfil socioeconômico dos entrevistados referentes ao Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha, Cabedelo – PB 73
TABELA 13: Opinião dos grupos sobre as prováveis causas dos impactos provocados pelo turismo em Areia Vermelha, Cabedelo – PB 78
TABELA 14: Opinião dos grupos sobre as possíveis alternativas que buscam minimizar os impactos causados pelo turismo em Areia Vermelha, Cabedelo – PB 79
TABELA 15: Opinião dos grupos quanto à relação turismo x preservação dos recursos naturais 81
TABELA 16: Opinião dos grupos quanto à disponibilidade em melhorar o meio ambiente local 81
TABELA 17: Opinião dos grupos quanto à economia (ou não) de água e energia 82
TABELA 18: Opinião dos grupos quanto à separação (ou não) do lixo 82
TABELA 19: Média dos indicadores (individual e por dimensão) para cada grupo de Areia Vermelha, Cabedelo – PB 83

TABELA 20: Distribuição dos entrevistados por sexo em Picãozinho, João Pessoa – PB 85
TABELA 21: Perfil socioeconômico dos entrevistados referentes a Picãozinho, João Pessoa – PB 87
TABELA 22: Opinião dos grupos sobre as prováveis causas dos impactos provocados pelo turismo em Picãozinho, João Pessoa – PB 93
TABELA 23: Opinião dos grupos sobre as possíveis alternativas que buscam minimizar os impactos causados pelo turismo em Picãzinho, João Pessoa – PB 94
TABELA 24: Opinião dos grupos quanto à relação turismo x preservação dos recursos naturais 96
TABELA 25: Opinião dos grupos quanto à disponibilidade em melhorar o meio ambiente local 96
TABELA 26: Opinião dos grupos quanto à economia (ou não) de água e energia 97
TABELA 27: Opinião dos grupos quanto à separação (ou não) do lixo 97
TABELA 28: Média dos indicadores (individual e por dimensão) para cada grupo de Picãozinho, João Pessoa – PB 98

SUMÁRIO

RESUMO 6
ABSTRACT 7
LISTA DE FIGURAS 8
LISTA DE GRÁFICOS 9
LISTA DE TABELAS 10
1. INTRODUÇÃO 13
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA 14
2. OBJETIVOS 19
2.1. OBJETIVO GERAL 19
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS 19
3. JUSTIFICATIVA 20
4. REFERENCIAL TEÓRICO 22
4.1. A INDÚSTRIA DO TURISMO E O MEIO AMBIENTE: DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO x EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS 22
4.2. ZONAS COSTEIRAS: CARACTERIZAÇÃO, BENS E SERVIÇOS DOS AMBIENTES COSTEIROS 25
4.3. A ATIVIDADE TURÍSTICA E OS IMPACTOS PROVOCADOS EM ÁREAS COSTEIRAS E NATURAIS 27
4.4. O LITORAL DO ESTADO DA PARAÍBA E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO 30
4.5. TURISMO SUSTENTÁVEL: ALIANDO DESENVOLVIMENTO À CONSERVAÇÃO 32
4.6. PERCEPÇÃO AMBIENTAL: ANÁLISE DO PERFIL DE INDIVÍDUOS (VALORES, ATITUDES E COMPORTAMENTOS) 34
4.7. EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL: FERRAMENTAS EM BUSCA DE UMA PRÁTICA SUSTENTÁVEL E CONSCIENTE DA ATIVIDADE TURÍSTICA 36
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 39
5.1. DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO 39
5.1.1. PRAIA DO JACARÉ, CABEDELO – PB 39
5.1.2. PARQUE ESTADUAL MARINHO DE AREIA VERMELHA, CABEDELO – PB 42
5.1.3. RECIFES DE PICÃOZINHO, JOÃO PESSOA – PB 44
5.2. MÉTODOS E TÉCNICAS 46
5.2.1. POPULAÇÃO-ALVO 46
5.2.2. COLETA DE DADOS 47
5.2.3. QUESTIONÁRIOS 47
5.3. DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL 51
5.4. FERRAMENTAS ESTATÍSTICAS EMPREGADAS 54

5.4.1. ANÁLISE DESCRITIVA E EXPLORATÓRIA 54
6. RESULTADOS 56
6.1. PRAIA DO JACARÉ, CABEDELO - PB: PERFIL GERAL DOS GRUPOS ENTREVISTADOS 57
6.1.1. Perfil socioeconômico e demográfico 57
6.1.2. Turismo e os impactos no meio ambiente (diagnóstico e caracterização) 61
6.1.3. Práticas Ambientais 67
6.1.4. Percepção Ambiental 69
6.2. AREIA VERMELHA, CABEDELO - PB: PERFIL GERAL DOS GRUPOS ENTREVISTADOS 71
6.2.1. Perfil socioeconômico e demográfico 71
6.2.2. Turismo e os impactos no meio ambiente (diagnóstico e caracterização) 74
6.2.3. Práticas Ambientais 81
6.2.4. Percepção Ambiental 83
6.3. PICÃOZINHO, JOÃO PESSOA - PB: PERFIL GERAL DOS GRUPOS ENTREVISTADOS 85
6.3.1. Perfil socioeconômico e demográfico 85
6.3.2. Turismo e os impactos no meio ambiente (diagnóstico e caracterização) 89
6.3.3. Práticas ambientais 96
6.3.4. Percepção Ambiental 98
7. DISCUSSÃO DOS DADOS E CONCLUSÃO 100
7.1. PRAIA DO JACARÉ 100
7.2. PARQUE ESTADUAL MARINHO DE AREIA VERMELHA 104
7.3. RECIFES DE PICÃOZINHO 107
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES 110
9. REFERÊNCIAS 116
APÊNDICE 122

1. INTRODUÇÃO

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

É comum o uso e a exploração de ecossistemas costeiros e, também, de outros ambientes naturais, como atrativo e objeto principal da atividade turística. A grande oferta destes espaços em pacotes de viagens busca atender a uma demanda crescente de pessoas, cada vez mais interessadas em manter um maior contato com a natureza, seja para lazer, diversão ou outros fatores intrínsecos e subjetivos.

Apesar dos diversos benefícios econômicos e sociais que são gerados pelo turismo – promovendo o desenvolvimento de regiões e gerando emprego e renda - o mesmo, quando não planejado e bem executado, tem a capacidade de gerar impactos potencialmente negativos, principalmente quando praticado em ecossistemas frágeis.

O processo de degradação de áreas naturais e piora dos indicadores ambientais de qualidade de vida nos ambientes urbanos, iniciado desde a era da Revolução Industrial, se intensificou nas décadas de 1950 e 60, quando a concepção de desenvolvimento das empresas era baseada apenas na eficiência dos seus sistemas produtivos, na qualidade de seus serviços e nas dinâmicas do mercado em que atuavam. Este ponto de vista considerava os recursos naturais como sendo ilimitados e refletia a pouca ou nenhuma importância que estas organizações davam às questões ambientais (KINLAW, 1997).

Ao longo dos anos, essa visão unilateral que visava apenas a geração de vantagens e lucros, sem se importar com os impactos causados ao ambiente durante os processos institucionais e produtivos, foi tornando-se cada vez mais enfraquecida em função, principalmente, da pressão exercida pelos crescentes movimentos ambientalistas (sociais, ONGs, mídia) que surgiam no cenário mundial. Refletindo sobre a postura iminente e objetivamente voltada para o lucro das empresas, Donaire (1999, p. 15) afirma que:

> Os administradores começaram a ver que suas organizações não se baseavam somente nas responsabilidades referentes a resolver problemas econômicos fundamentais (o que produzir, como produzir e para quem produzir) e se conscientizaram dos novos papéis que devem ser desempenhados, como resultado das alterações no ambiente em que operam.

Com a percepção dos impactos gerados na natureza, da escassez dos recursos naturais e do acúmulo, cada vez mais frequente, de resíduos poluidores, ficou clara a necessidade dos governos e empresas adotarem políticas baseadas em princípios ambientais que objetivassem minimizar estas alterações negativas causadas por seus serviços e atividades, passando a atuar

de forma ecologicamente responsável. Todavia, como afirma Leff (2009), esse não foi – ou continua não sendo – um processo de negociação pacífico. A partir de uma perspectiva neomarxista, Leff considera que o desenvolvimento de uma nova forma de pensar os modos de produção e os setores produtivos no contexto contemporâneo de crise ambiental e escassez iminente de recursos naturais precisa considerar as intricadas relações entre economia, cultura e relações de poder instauradas no seio de cada sociedade. É preciso considerar que as mudanças de comportamento no meio empresarial rumo a uma postural ecologicamente protetora, ou mesmo que considerasse a finitude dos recursos que sustentavam as atividades econômicas não acorreu de maneira imediata ou pacífica. Ainda no contexto contemporâneo, são muitas as grandes empresas que oferecem barreiras à implantação de projetos sustentáveis e ecologicamente viáveis, mesmo que se possa afirmar, consoante Varela (2012), que as certificações de qualidade ambiental em vários setores da indústria e do comércio se popularizaram e adicionam certo status positivo às marcas no meio nacional e internacional.

Ainda na década de 1960 surgem na agenda global as primeiras discussões sobre a questão ambiental. Nesse cenário, destacou-se uma obra de autoria da bióloga americana Rachel Carson. No livro "Primavera Silenciosa" (CARSON, 2010a), publicado pela primeira vez em 1962, Carson relata os conflitos entre o desenvolvimento econômico-industrial e a sobrevivência dos ecossistemas naturais em decorrência do modelo de vida adotado pelas sociedades no capitalismo tardio, instaurado após a Segunda Guerra Mundial. A autora evidencia ainda como essa relação acaba por gerar situações de inequidade e injustiça social, principalmente para os pólos mais frágeis das cadeias produtivas, que têm suas vidas afetadas pela morte dos rios ou pela esterilidade do solo em virtude do lançamento de dejetos químicos e das transformações impostas à paisagem para instalação de empreendimentos comerciais e industriais, além do próprio crescimento urbano (CARSON, 2010b).

Na década de 70 – com a chamada "onda verde" e em meio ao surgimento das primeiras leis relacionadas com a questão ambiental – houve uma crescente preocupação, por parte dos gestores públicos e organizações, em tentar solucionar problemas relativos aos impactos ao meio ambiente e pôr em prática um modelo de gestão ambiental eficaz e, até então, inédito.

A partir desse momento, despontam as primeiras tentativas de sensibilizar as pessoas e instituições para a urgência da temática do meio ambiente de forma que estivessem envolvidos todos os agentes que compunham o processo, inclusive o âmbito social. É nessa mesma década que surgem também, como resposta às problemáticas de cunho ambiental, as primeiras conferências, fóruns e documentos que buscavam propor modelos e alternativas

com o objetivo de pensar o desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade e a educação ambiental, conceitos chave para esse debate e que foram sendo desenvolvidos ao longo das décadas de 1970 a 1990. Assim, seguiram-se importantes momentos, a exemplo da Conferência de Estocolmo, em 1972, a Conferência Intergovernamental de Tbilisi em 1977, o Seminário sobre Educação Ambiental, na Costa Rica, em 1979, a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, em 1985, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), em 1987 e que deu origem ao Relatório de Brundtland, o Seminário Latino-americano de Educação Ambiental, em 1988, e o início dos encontros brasileiros de Educação Ambiental, em meados da década de 1980 que têm como ponto alto a realização da conferência Rio Eco-92, organizada pelo UNICEF e que contou com a participação de diversos países do globo[1].

Esta tendência adotada pelas organizações, governamentais e privadas, tinha como objetivo principal disseminar a prática do desenvolvimento sustentável, promovendo a conciliação entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. Esse tema passou a fazer parte da pauta de discussão de diversos fóruns mundiais, sempre demonstrando a importância da preservação dos meios naturais nos processos de produção.

De acordo com a ONG WWF-Brasil[2], voltada para a conservação do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável consiste no "desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações".

No campo do turismo, esses conceitos - sustentabilidade, desenvolvimento e educação ambiental, como serão posteriormente trabalhados - são fundamentais para o entendimento e planejamento de ações da atividade em áreas naturais que possam ser posicionados ou construídos de maneira verdadeiramente sustentável, ou seja, para que venham a equalizar a conservação ecológica dos ecossistemas, a qualidade de vida das populações locais e a viabilidade econômica dos empreendimentos comercias. Nesse sentido, é válido ainda considerar a importância da noção de gestão ambiental como uma ferramenta estratégica para tornar possível tal equação.

[1] Para um estudo detalhado desses eventos na construção dos conceitos de educação ambiental, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável conferir Dias (2004).

[2] WWF-BRASIL. **O que é desenvolvimento sustentável?** Disponível em: <http://www.wwf.org.br/informacoes/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/>. Acesso em: 17/06/2012.

Andrade *et al*. (2007, p. 113), explana:

> Entende-se por gestão ambiental um processo contínuo e adaptativo, por meio do qual uma organização define (e redefine) seus objetivos e metas relativas à proteção ambiental e à saúde e segurança de seus empregados, clientes e comunidade, assim como seleciona estratégias e meios para atingir tais objetivos em determinado período de tempo, por meio da constante interação com o meio ambiente externo.

A noção de turismo sustentável opõe-se diametralmente à uma concepção de turismo como atividade exploratória e desinteressada de pensar sobre as realidades socioambientais do espaço onde está inserida.

Nesse contexto, para que a atividade turística possa ser desenvolvida de maneira sustentável, numa perspectiva a longo prazo, é necessário que exista uma ação conjunta entre o setor público e a iniciativa privada, buscando desenvolver políticas de planejamento, gestão ambiental e responsabilidade social. Esta união deve garantir também a participação da sociedade civil e das comunidades autóctones por meio da construção de consensos, de forma que estes se convertam em permanentes beneficiários e não meros espectadores de todo o processo.

Captar investimentos para melhorar a infraestrutura das localidades e desenvolver ações de educação que promovam uma conscientização ecológica coletiva, abrangendo todos aqueles que lidam com a atividade (aqueles responsáveis por sua execução, consumo e atingidos por suas consequências) acerca dos impactos promovidos pela mesma também são fundamentais a garantir a conservação dos recursos naturais dos quais o turismo utiliza e se beneficia (BENI, 1998).

De acordo com o Portal da Sustentabilidade[3], entende-se, também, por turismo sustentável como "aquele ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais", o que implica na necessidade de se implantar, por parte dos gestores responsáveis, um planejamento rigoroso da atividade e um processo contínuo de monitoramento de seus impactos.

A questão da sustentabilidade é essencial na indústria turística. Sua prática precisa ser compatível com a conservação do ambiente natural existente e, também, com a preservação das culturas locais.

Deve-se compreender o sentido mais amplo do termo "sustentabilidade". Não apenas no aspecto ambiental como, também, no sentido econômico, sociocultural e político-

[3] PORTAL DA SUSTENTABILIDADE. Disponível em: <http://www.sustentabilidade.org.br/doku.php?id=portug:um_mundo_sustentavel:turismo:turismo>. Acesso em: 17/06/2012.

institucional, uma vez que seu pressuposto parte do princípio de que todos os envolvidos no processo devem ser beneficiados.

Segundo o Programa de Regionalização do Turismo (BRASIL, 2007, p. 18):

> O desenvolvimento sustentável do turismo é um processo contínuo que requer monitoramento constante dos impactos que a atividade pode causar, de modo que, com ações de manejo, seja possível minimizar os impactos negativos e maximizar os benefícios potenciais, introduzindo medidas preventivas ou de correção de rumos.

Sabe-se que as degradações ambientais advindas do turismo se dão devido às modificações e transformações que essa atividade ocasiona no meio natural. Porém, o desenvolvimento sustentável ainda representa um grande desafio para os órgãos responsáveis pela preservação ambiental e pela atividade turística, principalmente nos países em desenvolvimento, onde muitos deles possuem consideráveis recursos naturais, pois os impactos não possuem uma causa específica e são resultados de um processo de interação complexo entre os turistas, as comunidades locais receptoras, o poder público e setor privado (RUSCHMANN, 1997).

No âmbito das zonas e áreas costeiras - por se tratarem de ambientes naturalmente frágeis e importantes para a manutenção da biodiversidade, através de seus bens e serviços - estas merecem uma atenção especial quando exploradas para fins recreativos.

Diante do exposto, a presente pesquisa teve como objetivo principal analisar a percepção ambiental de diferentes grupos de população - órgãos públicos gestores, empresas e profissionais, turistas e comunidades locais - e, baseado em seus julgamentos, identificar os principais impactos causados ao meio ambiente pela atividade turística desenvolvida em três zonas costeiras da grande João Pessoa – PB.

A finalidade do trabalho é conhecer o perfil (antropocêntrico, indiferente ou ecocêntrico) das pessoas que compõem os grupos selecionados, aqueles ligados à prática, execução, consumo e aqueles que sofrem influências da atividade, analisando questões como a prioridade e importância que os mesmos dão as questões ambientais, seus níveis de sensibilidade com relação a impactos e outras intervenções no meio ambiente, etc.

Baseado nos resultados, são sugeridas medidas e estratégias pautadas em ferramentas de educação e sensibilização ambiental (campanhas educativas, planejamento, monitoramento controle e gestão das ações turísticas), buscando alertar e sensibilizar os atores sociais envolvidos para a necessidade dos construírem novas atitudes em busca de uma prática mais sustentável do turismo nestas zonas exploradas.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

- Analisar a percepção ambiental de diferentes grupos da população e, baseado em seus julgamentos, identificar os principais impactos causados ao meio ambiente pelo turismo praticado em três zonas costeiras da grande João Pessoa – PB.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar a importância do turismo como atividade econômica e o seu potencial para desenvolver as regiões onde é praticado;
- Apresentar os conceitos de sustentabilidade, percepção e educação ambiental, bem como a relevância destes na concepção de políticas públicas e privadas voltadas para a sensibilização e o planejamento da atividade turística sob a ótica sustentável;
- Avaliar a percepção ambiental dos atores envolvidos na atividade – turistas, moradores, empresas/profissionais, órgãos turísticos/ambientais e caracterizar/diagnosticar os impactos advindos do turismo segundo a opinião e ponto de vista dos mesmos;
- Obter informações referentes a algumas práticas ambientais para medir o nível de responsabilidade/conscientização ecológica e, também, analisar a importância que as questões relativas ao meio ambiente possuem nas ações, comportamentos e atitudes dos entrevistados;
- Basear-se nos resultados da pesquisa, e em estudos prévios sobre as zonas costeiras delimitadas, a fim de propor medidas baseadas em ferramentas de educação e sensibilização ambiental, que auxiliem no planejamento e gestão sustentável da atividade turística, preservando os recursos naturais das áreas exploradas.

3. JUSTIFICATIVA

O turismo e o meio ambiente possuem uma estreita relação de dependência. Toda atividade turística necessita de um espaço para acontecer e esse ambiente, seja ele natural ou não, sofre um processo de descaracterização em seu cenário pela ação humana.

Neste âmbito, e considerando o turismo praticado em zonas costeiras, que se caracteriza por ser um dos segmentos mais expressivos em termos de fluxos de turistas e geração de receitas, segundo a OMT, os impactos gerados pela atividade - como poluição sonora, acúmulo de resíduos sólidos, degradação de ecossistemas frágeis, perda da biodiversidade marinha e terrestre, compactação dos solos por cargas excessivas de visitantes, perda da cobertura vegetal, aceleramento de processos erosivos e fuga da fauna nativa - representam sérias ameaças nestas localidades naturais (PORTZ *et al*., 2011).

Sabe-se que grande parte da economia de regiões com grandes extensões litorâneas advém de atividades relacionadas com o mar. Porém, na falta de um planejamento adequado, a exploração deste recurso natural traz consigo uma série de impactos negativos a este ecossistema.

Coelho e Araújo (2011, p. 248) afirmam:

> No tocante às áreas litorâneas, as atividades marítimas associadas à recreação, ao veraneio e ao turismo, podem desencadear impactos negativos decorrentes da visitação desordenada, tais como o lixo nas praias, depredação dos elementos bióticos, pesca e/ou caça predatória, intenso fluxo de embarcações, entre outros.

Devido a estas questões, faz-se necessário que a atividade turística seja planejada, levando em consideração uma política de gestão ambiental eficaz, que busque a conservação do ambiente natural no qual ela é desenvolvida.

No caso das zonas costeiras, a prática do turismo sustentável deve procurar agregar valor a estas localidades, visto que alterações irreversíveis em seus aspectos naturais podem comprometer as áreas de visitação e provocar a diminuição da procura destes locais por visitantes, uma vez que estes priorizam a busca por ambientes bem conservados e mais próximos do natural possível (SWARBROOKE, 2002).

É fato que o turismo provoca modificações e degradações ao meio ambiente, mas quando planejado de forma sustentável em seus aspectos sociais, ambientais, econômicos e culturais, esta atividade pode auxiliar na conservação dos locais visitados e ainda trazer grandes benefícios a todos os atores envolvidos.

Neste contexto, a delimitação e escolha do tema deste trabalho partiram da necessidade de se analisar a percepção ambiental dos atores sociais envolvidos na atividade turística e, também, diagnosticar os impactos ambientais causados pela mesma em três zonas costeiras da grande João Pessoa- PB.

Sabe-se que a exploração do turismo nestas áreas impulsiona a economia, gerando emprego e renda, mas será que apenas este viés econômico pode justificar todos os impactos sofridos pelo meio ambiente? O que pensam aqueles que estão diretamente ligados à atividade? Eles se importam com estas questões ambientais?

A percepção ambiental é um indicador extremamente importante em trabalhos que abordam esta variável, pois determina o modo como cada indivíduo sente e/ou valoriza o meio ambiente no qual está inserido, alguns apreciando-o em maior e outros em menor escala.

Acerca dos impactos, o levantamento pretende identificar, através do julgamento e opinião dos entrevistados, as principais ações de degradação que ameaçam os ecossistemas e a biodiversidade nestes ambientes naturais onde o turismo é praticado.

Ferramentas como a percepção ambiental e a avaliação dos comportamentos/atitudes de atores sociais que agem em determinado espaço natural, incluindo a análise do grau de sensibilidade dos mesmos no tocante aos impactos, possibilitam conhecer seus pontos de vista e identificar o nível de importância dada às questões ambientais por eles.

Estes itens funcionam como parâmetros que auxiliam no processo de planejamento e gestão da atividade turística, pois, através dos seus resultados, podem-se sugerir estratégias e criar políticas - como campanhas - voltadas para a informação, sensibilização e educação ambiental daqueles que exploram, consomem e que são afetados pelo turismo, enfatizando a importância da conservação dos recursos naturais e priorizando a prática de uma atividade sustentável, pautada sob a ótica ecológica.

Portanto, conhecer o perfil de um determinado grupo social, o modo como seus indivíduos pensam e como se portam diante de determinadas situações, é essencial para se definir a melhor tática de como influenciá-los em suas ações.

Vale ressaltar que a relevância deste estudo se dá devido ao pioneirismo em abranger um número considerável de áreas selecionadas, sendo três no seu total.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1. A INDÚSTRIA DO TURISMO E O MEIO AMBIENTE: DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO x EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

A indústria turística é considerada um fenômeno sócio-econômico-cultural com capacidade de alavancar a economia de diversas localidades devido ao seu caráter desenvolvimentista que gera emprego, renda e suscita investimentos e gastos públicos e privados (MOLINA, 2001).

O turismo, nas últimas décadas, tem se convertido em uma das mais importantes fontes de recursos e fatores de mobilização da economia no Brasil. De acordo com o Portal do Ministério do Turismo[4], a partir de entrevistas e questionários aplicados em todo o país, há um crescimento progressivo do número de embarques domésticos e internacionais, o que implica em um maior número de circulações de turistas brasileiros e estrangeiros pelo território nacional.

É uma atividade econômica estritamente relacionada ao consumo de bens e serviços e pode ser visto como uma estrutura em rede, capaz de articular diferentes setores, a exemplo de hotéis, restaurantes, serviços de infraestrutura, transportes, bem como de educação e comunicação.

A atividade turística se notabiliza pela capacidade de agregar elementos e propiciar encontros e aproximações entre sujeitos de contextos socioculturais diversos com paisagens diferenciadas. Nesse sentido, o turismo pode ser entendido como o uso e exploração de paisagens naturais e/ou modificadas pela ação do homem no sentido de construir relações que tenham como objetivo o lazer, trabalho, relações comerciais, enfim. É, assim, uma atividade multifacetada e polimorfa, estendendo-se sob as mais variadas possibilidades/segmentos: turismo ecológico, de aventura, turismo de saúde, de negócios, etc.

Existem muitas definições para o termo "Turismo". Tais definições, com particularidades e pontos de vista que diferem de autor para autor, sempre buscam melhor definir o conceito da atividade.

Sancho (2001, p. 38), citando a definição adotada desde 1994 pela Organização Mundial do Turismo – OMT[5], afirma que:

---

[4] Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html>. Acesso em: 10/10/2013.

[5] Agência especializada das Nações Unidas e principal organização internacional no domínio do Turismo. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2009). Disponível em: <http://www.unwto.org/aboutwto/index.php>. Acesso em: 16/06/2012.

> O Turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras.

Logo, pode-se compreendê-lo como a realização de viagens para um local diverso do qual o indivíduo resida, seja a lazer, passeio, negócio, religião ou qualquer outra atividade motivadora.

A grande variedade de atrativos naturais brasileiros, marcados pela presença de praias, montanhas, lagos, florestas e rios, além de cidades que se tornam famosas no circuito turístico pela combinação entre elementos culturais e naturais, demonstram a importância que o meio ambiente ocupa na manutenção desta importante atividade, fundamental para a economia do país. Toda a diversidade ecológica, climática e geomorfológica tem favorecido o surgimento e expansão de pequenos e grandes empreendimentos que se aproveitam destes recursos e aspectos naturais com vistas ao desenvolvimento econômico e financeiro em diversas regiões do Brasil, de forma mais notável, as regiões próximas aos grandes centros urbanos nacionais (MORAES, 1999; PORTZ; MANZOLLI; CORRÊA, 2011).

Apesar da perspectiva econômica positiva que a atividade turística promove, atualmente, pesquisas e estudos realizados dentro deste contexto têm demonstrado também os impactos negativos causados pela mesma, sobretudo nas esferas ambientais, sociais e culturais. A poluição, a degradação dos recursos naturais e de ecossistemas, a má distribuição de renda, a exclusão de comunidades locais, a banalização de manifestações culturais, entre outros, são problemas comuns inerentes à prática do turismo.

Em relação aos impactos ambientais, especificamente, Ruschmann (1997, p. 34) explana:

> O rápido crescimento do turismo a partir dos anos 50 resultou na degradação ambiental de inúmeros recursos turísticos em todo o mundo. Os indicadores apontam um crescimento contínuo da atividade, de cerca de 4% a 5% ao ano, e, consequentemente, os impactos sobre o meio ambiente também se intensificam. Esse risco, reconhecido atualmente pela maioria dos governos dos países receptores de turistas, faz com que se tomem iniciativas que proporcionem tanto uma evolução dos aspectos favoráveis do turismo como a proteção ambiental.

No que concerne a essa relação entre turismo e o meio ambiente, Teles (2011, p. 03) afirma que mesmo que nos últimos anos tenha acontecido um desenvolvimento potencial de um campo científico voltado para as questões ambientais, ainda são poucos os trabalhos que debrucem em um diálogo sobre tais questões com o campo do turismo. Na contramão dessa

lacuna, o autor aponta ainda para um processo de ampla difusão de atividades turísticas situadas naquilo que ele chama de “mercado do turismo de natureza”.

Todavia, é preciso considerar ainda que as relações entre ambiente e natureza estão inseridas numa dinâmica mais ampla que envolve diversas esferas. Segundo Varela (2012), as diversas atividades vinculadas ao comércio têm, nas últimas décadas, passado por um movimento de remodelagem discursiva caracterizada pela inserção de uma preocupação ecológica com o meio ambiente em seus planejamentos.

Essa mudança é fruto de um amplo processo marcado pelo movimento de visibilidade e pressão das questões ambientais protagonizadas por organizações não governamentais, mídia e instituições em um processo de negociação com o Estado com vistas ao esclarecimento e posicionamento público acerca da crise ambiental pela qual o planeta vem passando (LEFF, 2002).

No contexto da atividade turística, é preciso considerar ainda que esse processo de sensibilização do mercado frente à crise ambiental é concomitante a um interesse cada vez maior na exploração de áreas naturais ou bastante frágeis, que se colocam em termos mercadológicos e publicitários como “áreas de interesse potencial”, justamente por reunirem elementos importantes dentro de uma lógica de produção de espaços de lazer para um público consumidor cada vez mais crescente.

A atividade turística pode apresentar diversas formas e ser mobilizada segundo diversos interesses. É errado pensar que apenas as grandes empresas e grupos corporativos são os responsáveis por agredir o meio natural no desenvolvimento de suas atividades, enquanto que os pequenos comerciantes e pessoas de menor poder aquisitivo se eximem dessa parcela de culpa. Ainda que essas formas de relação constituam a maior parte dos casos, é preciso ter em mente que todos são responsáveis pela preservação dos ambientes em que/do qual vivem.

No caso especial dos ecossistemas naturais e costeiros, frágeis do ponto de vista biológico e foco deste trabalho, é preciso chamar a atenção para a importância do fator conservacionista, justamente pelo papel de “produto” que é atribuído a alguns de seus recursos naturais, como recifes e bancos de areia, na dinâmica turística de algumas regiões.

Ainda que a situação pareça ser preocupante, é possível, nesse contexto de constante tensão e conflitos de interesses, verificar a existência de projetos e iniciativas que têm como propósito a exploração e uso sustentável dos recursos naturais, alinhando assim interesses econômicos a uma preocupação com a conservação do ambiente a partir de uma medida de equilíbrio (LEFF, 2002). Quadros como o apresentado acima apontam para a importância

cada vez maior em tentar conciliar a atividade turística a uma preocupação com a preservação dos ecossistemas e biomas onde as atividades se desenvolvem, através de estratégias de convivência sustentável entre homem e natureza, como será posteriormente abordado, bem como de elaborar medidas e políticas de utilização racional e sustentável dos recursos disponíveis.

4.2. ZONAS COSTEIRAS: CARACTERIZAÇÃO, BENS E SERVIÇOS DOS AMBIENTES COSTEIROS

Ambientes costeiros desempenham uma importante função ambiental e econômica. Possibilitam o equilíbrio ecológico dos ecossistemas, fornecem uma melhor qualidade de vida e contribuem para a economia das localidades que usufruem dos seus recursos naturais, seja através do turismo, da indústria farmacêutica e de bens de consumo e serviços, de pesquisas científicas, etc.

No Brasil, a zona costeira possui uma heterogeneidade de ecossistemas, além de abarcar trechos com biomas de Mata Atlântica e Amazônica, compondo um rico quadro de biodiversidade e paisagens com um equilíbrio simultaneamente dinâmico e frágil.

Dada sua importância e riqueza em termos de biodiversidade, a zona costeira brasileira é uma região protegida e resguardada pela Constituição, sendo reconhecida como Patrimônio Nacional. As zonas costeiras no Brasil são definidas pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (BRASIL, 1988) através de decreto-lei como o espaço geográfico marcado pelas interseções entre ar, mar e terra, sendo composto assim por uma faixa marítima e uma faixa terrestre.

Conforme salienta o Ministério do Meio Ambiente, em documento no qual analisa a situação de conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos no país (BRASIL, 2010), as preocupações com a conservação desses ecossistemas é um fato um tanto recente nas políticas ambientais brasileiras. Em geral, as primeiras ações, tanto do Estado como de instituições conservacionistas, tinham como foco prioritário os ecossistemas terrestres, por serem os impactos decorrentes da degradação ambiental mais evidentes nessas regiões. Todavia, “de forma silenciosa e menos perceptível, zonas costeiras, mares e oceanos de todo o mundo também sofriam gradativamente os efeitos da expansão da ocupação e dos usos humanos, sem receber a devida consideração” (BRASIL, 2010, p. 6).

De acordo com o grupo SOS Mata Atlântica, a região costeira brasileira compõe um mosaico de ecossistemas de grande valor biológico e ecológico, oriundo da fusão entre elementos terrestres e aquáticos (BRASIL, 2010).

Muitas são as pessoas que vivem das atividades desenvolvidas na zona costeira, e de forma especial, do turismo costeiro. Segundo Costa *et al*. (2007), estima-se que 38% da população brasileira viva e/ou trabalhe em zonas costeiras, o que, segundo os autores, "tem provocado a desestruturação de ecossistemas e a perda de qualidade ambiental, muitas vezes desorganizando as maneiras tradicionais de vida" (2007, p. 38), incluindo aí os diversos atores sociais que compõem o ambiente e a paisagem, a exemplo de pescadores, marisqueiros e comunidades residentes às margens do mar. Esse fluxo populacional vem se convertendo em um aspecto característico da formação dos grupos humanos residentes na região, bem como um fator de preocupação ao se pensar os problemas advindos da intervenção humana no contexto de fragilidade de tal região. Como afirma Portz; Manzolli; Corrêa:

> A ocupação da zona costeira no Brasil vem se intensificando nas últimas décadas, decorrente de três vetores prioritários de desenvolvimento: a urbanização, a industrialização e a exploração turística (...). A contextualização desses processos é essencial para o entendimento da dinâmica socioespacial da zona costeira brasileira na atualidade. Apesar das bases legais para a ocupação e conservação deste ambiente já estarem estabelecidas, os interesses econômicos, somados à pressão pela ocupação e uso, ainda gera conflitos com as suas funções ecológicas e socioculturais (PORTZ; MANZOLLI; CORRÊA, 2011, p. 461).

Com o advento desses processos de exploração e interferência humana nos usos do espaço nas zonas costeiras, tem ocorrido um processo de intensificação e complexificação de impactos ambientais.

A importância das zonas costeiras também reside no papel desempenhado na reprodução de várias espécies marinhas e terrestres, bem como nas trocas genéticas realizadas entre os ambientes aquáticos e terrestres (BRASIL, 2010).

Além de sua importância em aspectos ecológicos, as zonas costeiras possuem uma centralidade na dinâmica econômica das atividades turísticas, tendo em vista que é nos destinos localizados na região litorânea que se localiza boa parte da estrutura turística do Brasil, como restaurantes, hotéis, pousadas, além dos equipamentos visitados, a exemplo de paisagens naturais, cidades históricas, entre outras. Além destas atrações, diversos eventos, festas e festivais, realizados prioritariamente nessas regiões, constituem outro fator que agrega a valorização destes espaços como destinos turísticos.

A junção de todos esses elementos ecológicos, históricos e socioeconômicos compõe um desafio que se impõe não apenas ao desenvolvimento destas regiões a partir de uma

perspectiva sustentável, mas também ao próprio planejamento da atividade turística. A questão que se coloca então é: como propiciar o desenvolvimento e capitalização econômica e social de uma região sem causar tantos prejuízos ou contribuir com o avanço de impactos ambientais significativos para esta mesma região? Essa mesma questão tem sido respondida de formas variadas e a partir de interesses, inclinações teóricas e motivações diversas, a exemplo do turismo ecológico, da sustentabilidade, da expansão dos meios de produção, entre outros, que serão apresentados e discutidos ao longo deste trabalho.

4.3. A ATIVIDADE TURÍSTICA E OS IMPACTOS PROVOCADOS EM ÁREAS COSTEIRAS E NATURAIS

A relação do ser humano com o espaço em várias culturas é caracterizada como um processo de reapropriação e atribuição de novos significados aos territórios. Nesse sentido, como considera Leff (2009):

> Toda a formação social desenvolve-se numa estreita relação com o seu entorno. Contudo, a integração da população humana ao seu meio ecológico não resulta de uma relação direta de adaptação biológica, de condicionamento ecológico ou transformação tecnológica. A sobredeterminação que exerce a dinâmica do capital sobre a transformação dos ecossistemas e a racionalidade dos usos dos recursos naturais está sempre condicionada por práticas culturais de aproveitamento dos recursos que medeiam as inter-relações entre processos ecológicos e os processos históricos (LEFF, 2009, p. 98).

Na visão do autor, o processo de transformação social do espaço é caracterizado por conflitos de interesses entre grupos humanos em um processo de imposição dos modos de viver humanos sobre a natureza.

No contexto das atividades turísticas, a exploração do espaço mais que visar à moradia ou subsistência, têm como propósito uma exploração e capitalização do espaço natural economicamente orientada. Além de consumir, é possível afirmar que o turismo produz espaço (COSTA E SOUZA, 2008). A produção turística do espaço se caracteriza como uma "produção destrutiva, destrói o ambiente natural para produzir um ambiente propício à atividade turística, destrói o modo de vida da população local, por meio da alteração do seu trabalho, da sua cultura, da sua produção de espaço" (COSTA E SOUSA, 2008, p.17).

Ainda que reconheçamos a concretude dessa primeira perspectiva, neste trabalho consideramos que a produção turística do espaço pode ser também entendida sob outros pontos de vista, a exemplo da potencialização dos recursos naturais para a atividade

econômica aliada ao manejo sustentável das áreas, favorecendo assim aos diversos atores envolvidos.

Como salienta Seabra (2003) o turismo constitui na contemporaneidade uma das mais importantes atividades econômicas e geradoras de fonte de renda no cenário internacional. As múltiplas possibilidades de geração de emprego também o tem colocado como um agente importante no combate à pobreza. Todavia, aquém da importância que os aspectos socioeconômicos positivos da atividade turística têm somado às economias mundiais, é preciso considerar também que vem se intensificando e aumentando a quantidade e grau de gravidade de diversos problemas socioambientais que sistematicamente comprometem a qualidade de vida de todos os indivíduos que habitam estas áreas (SEABRA, 2003, p. 153).

Como dito anteriormente, o resultado da intervenção humana desmedida sobre as áreas naturais tem sido a intensificação ou irrupção de impactos ambientais, aqui definidos como as formas de degradação acarretadas ao ambiente natural em decorrência de ações antrópicas.

Toda ação ou atividade originada pelo homem e que produza alguma alteração/efeito no meio ambiente se constitui como um impacto. Este, por sua vez, pode ser de natureza positiva ou negativa e irá variar em graus de interferência e/ou magnitude. Segundo Genrich (2002), essas alterações implicam em mudanças nas características ambientais originais, em que as causas podem estar relacionadas aos efeitos, podendo incluir as respostas ambientais advindas da interferência humana.

No que tange aos ecossistemas costeiros – frágeis e de extrema importância ecológica e econômica e áreas são cada vez mais procuradas por turistas e exploradas de forma desordenada por órgãos e empresas que nelas gerem e atuam – os impactos ambientais podem ser observados em escalas variadas, desde a superexploração dos recursos naturais, como a água, passando pelo desmatamento da vegetação costeira para construção de empreendimentos e residências, bem como os impactos físicos (a exemplo do pisoteamento do solo e de recifes de corais), até aqueles de caráter social (aumento da população local, levando à mendicância, delinquência, dificuldade de controle social e acesso a serviços públicos como saúde e educação).

Todos estes problemas, vale salientar, precisam ser considerados como fenômenos interligados e constituintes de uma cadeia de causa-efeito, o que implica pensar os problemas não como circunstâncias isoladas, mas como questões mutuamente imbricadas e que só podem ser compreendidas em sua complexidade (CAVALCANTI, 2009, p.19).

Dada à fragilidade dos ambientes costeiros, os impactos ambientais causados a estes espaços naturais assumem proporções gigantescas tendo em vista o alto grau de inter-relação entre os ambientes aquáticos e terrestres, fator que caracteriza estes ecossistemas.

A preferência das populações humanas pelas zonas costeiras para habitar, construir e viver são fatores que contribuíram de forma decisiva para sua importância no contexto das atividades turísticas. A partir do final da Segunda Guerra Mundial, no contexto europeu, iniciou-se um intenso aumento no fluxo das atividades turísticas e de lazer nas zonas costeiras, que rapidamente chegaram a proporções tão grandes que não puderam ser mais controlado pelas instituições privadas ou mesmo pelo Estado. (ALBUQUERQUE, 2004, p. 25).

O aumento populacional nos períodos de veraneio, que acompanham a dinâmica socioeconômica das cidades localizadas na região costeira nesse período, contribuiu para a intensificação dos processos de pressão, impacto e degradação ambientais iniciados com a ocupação destas áreas. Segundo Albuquerque (2004), na Europa, parte das motivações que levaram à construção do conceito de sustentabilidade e, mais além, de políticas sustentáveis, estão relacionadas às preocupações com o alto grau de degradação do meio ambiente nas zonas costeiras trazidas pelos fluxos populacionais turísticos e as alterações que essa movimentação impunha ao ambiente.

Todavia, se de forma geral, o conceito de desenvolvimento sustentável envolve discussões e debates profundos, no caso do turismo sustentável em zonas costeiras a questão não é menos problemática, e traz consigo algumas peculiaridades que merecem atenção. Tendo em vista a sensibilidade de alguns ecossistemas localizados nas zonas costeiras, a exemplo dos recifes, o trânsito náutico, o pisoteamento, bem como o depósito de resíduos na água acaba por gerar ou intensificar impactos de proporções diversas que degradam, desequilibram e podem convergir-se na destruição do ambiente natural nessas regiões.

A questão que se coloca então é: como equalizar esse crescente processo de chegada e interferência humana na paisagem e no meio ambiente da zona costeira oportunizada pelo turismo a uma postura de conservação e preservação ambiental de forma sustentável?

4.4. O LITORAL DO ESTADO DA PARAÍBA E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO

O Brasil possui uma ampla costa litorânea, com aproximadamente 7.400 km (MAIDA & FERREIRA, 2004). Desse total, cerca de 138 km de extensão costeira, representando menos de 2% da costa nacional, correspondem ao litoral do estado da Paraíba.

A região costeira paraibana é comumente dividida nos eixos do litoral norte e litoral sul, tendo a cidade de João Pessoa como norteador. O litoral sul abriga as praias localizadas desde a região de Cabo Branco, em João Pessoa, até o município de Pitimbu, compreendendo aí as praias de Penha, Jacarapé, Praia do Sol, Gramame, Carapibús, Tabatinga, Coqueirinhos, Tambaba, Praia Bela, Abiaí, Pitimbu e Acaú. O litoral norte por sua vez inclui uma média de 29 praias distribuídas desde a praia do Bessa, a última no perímetro urbano de João Pessoa e seguindo por mais cinco municípios até Mataraca, na fronteira com o Rio Grande do Norte[6].

A ampla disponibilidade de praias e as belas paisagens destes ambientes são atrativos que agregam valor ao potencial turístico da Paraíba, fazendo com que se torne o destino de milhares de turistas e visitantes todos os anos.

Apesar dos esforços de órgãos responsáveis no sentido de tentar proteger as áreas costeiras do estado, minimizando os efeitos de seu uso, pesquisas demonstram que, nas últimas décadas, o litoral paraibano vem sofrendo constantes impactos de natureza antrópica como exploração de recursos naturais causados por atividades econômicas variadas, ocupações desordenadas, desmatamentos, e, também, poluições de origens diversas.

Guilherme Costa e Souza (2008), em estudo realizado sobre a atividade turística nos recifes de Picãozinho, mostrou que o espaço é utilizado como potencial gerador de recursos para diversos atores, desde condutores e proprietários dos barcos que transportam turistas na região a proprietários de hotéis, bares e restaurantes nas imediações, abrangendo também os pequenos comerciantes ambulantes. Em contrapartida a este viés de desenvolvimento econômico, desde o início de sua exploração turística, no inicio da década de 1990, o local vem constantemente sofrendo com um processo de degradação causado pelos impactos da ação humana descontrolada. Tais problemas são frutos do processo de exploração indevida e excessiva, além do mau planejamento das estratégias de convivência e conservação do espaço.

Nesse aspecto, os danos causados a um único espaço rapidamente acabam por afetar as formas de vida e a própria constituição do ecossistema como um todo.

[6] Disponível em: <http://www.revistaturismo.com.br/dicasdeviagem/paraiba.htm>. Acesso em: 30/01/2014.

Um exemplo desse grau de relação pode ser tomado quando pensamos, por exemplo, no aumento da atividade turística durante o período de alta estação no Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha (uma das áreas de estudo desta pesquisa), localizado no município de Cabedelo. Com o aumento da população de turistas durante o período de alta estação, há também um aumento na produção de lixo, que é irresponsavelmente distribuída entre a própria areia da praia e o mar. Além disso, a ausência de sistema de esgotamento adequado nos bares e restaurantes da orla é comumente convertida no despejo dos resíduos sólidos no mar, afetando assim não só a biodiversidade marinha como também algumas aves e outros animais terrestres que se alimentam de seres aquáticos na região, sem falar na degradação dos corais pelos banhistas e outros (LOURENÇO, 2010).

Outro fator que se encaixa nesse contexto pode ser visto na intensificação do processo erosivo nas falésias do Cabo Branco, em João Pessoal, nas imediações entre a Praça de Iemanjá e algumas centenas de metros após o Farol do Cabo Branco, já na praia do Seixas. A atividade turística junto com a ocupação residencial para fins de veraneio tem contribuído de forma massiva para a intensificação e aceleração de um processo de deterioração do ambiente na região.

Não apenas o turismo comum, mas, também, a construção de habitações pode ser caracterizada como um dos maiores impactos aos ecossistemas costeiros locais. Isto pode ser visualizado ao longo de todo o litoral paraibano, especialmente o litoral sul, que, nos últimos anos, vem se convertendo numa área em expansão para construção de empreendimentos turísticos com foco nos veranistas e turistas sazonais.

Conforme apresenta Tavares *et al*. (2003), a partir de estudo realizado na região do litoral sul do estado, com ênfase na praia de Jacarapé, a paisagem socioambiental da região se transformou de forma bastante dinâmica no período entre a década de 1990 e início dos anos 2000 (TAVARES et al, 2003, p. 4-8). A partir de entrevistas e pesquisa cartográfica, os autores recompõem fragmentos da história da ocupação e transformação da paisagem, e as consequências desse processo: a degradação de estuários e falésias, o crescimento de uma população entre a pobreza e a miséria, além da intensificação de impactos ambientais já existentes na região como o pisoteamento do solo, a retirada da vegetação nativa, e o desmatamento para construção de moradias e comércio.

4.5. TURISMO SUSTENTÁVEL: ALIANDO DESENVOLVIMENTO À CONSERVAÇÃO

O rápido crescimento da atividade turística em nível internacional, principalmente a partir da década de 1970, quando acorreu a massificação do turismo enquanto forma de lazer, levou a uma intensificação ou início de diversos processos de degradação ambiental, social e cultural de áreas naturais, em especial nas zonas costeiras, principal área de concentração da atividade turística no mundo.

Com a pressão de grupos ambientalistas, comunidades locais e, em alguns casos, do próprio Estado, iniciou-se também, na contramão do crescimento desenfreado do turismo e os consequentes impactos ambientais, outro movimento com finalidade de reconhecer e de propor alternativas para se minimizar os impactos negativos da atividade (ALBUQUERQUE, 2004, p.128).

É nesse cenário que, a partir da década de 1980, esboça-se uma ideia de sustentabilidade, que tem como propósito equilibrar os interesses, aliando o desenvolvimentismo econômico – sinônimo dos ideais clássicos de progresso como supressão do natural pelo industrial – a uma necessidade urgente de conservação das áreas naturais do planeta.

A noção de desenvolvimento sustentável foi formalmente registrada pelo Relatório Brundtland, em 1987. Nos termos do documento, o desenvolvimento sustentável é entendido como “a atividade que harmoniza o imperativo do crescimento econômico com a promoção de equidade social e a preservação do patrimônio natural, garantindo assim que as necessidades das atuais gerações sejam atendidas sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras” (ONU, 1987, p.XX).

Nesse aspecto, é sumário apresentar as contribuições da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro em 1992, popularizada como Rio Eco-92. Durante a conferência, o conceito pôde ser amplamente debatido e divulgado como uma das melhores respostas no momento para equacionar as tensões existentes entre as atividades economicamente produtivas e o meio ambiente. Todavia, é preciso considerar ainda que o nascimento do termo esteja vinculado a esse contexto histórico, práticas de sustentabilidade podem ser localizadas em agrupamentos humanos temporal e geograficamente distintos. Exemplo disso é a coletânea organizada por McLuhan (1986) que registra diversas experiências de vida sustentável em comunidades tradicionais em território estadunidense.

A sustentabilidade é uma das alternativas mais aceitas atualmente para o controle e gestão dos interesses econômicos sobre áreas naturais. A emergência de uma economia sustentável é colocada aqui como uma resposta ao que Clóvis Cavalcanti (2009, p.17) descreve como uma "rota de colisão entre homem e natureza", uma alternativa frente à insustentabilidade econômica advinda do fetichismo mercadológico do modo de produção capitalista no qual estamos inseridos.

Segundo Leff (2010), na tentativa de contrapor-se a uma racionalidade econômica ocidental onde a economia está fortemente vinculada aos ideais de crescimento e progresso, é preciso construir uma racionalidade ambiental, capaz de construir novas economias.

O turismo, como uma das atividades socioeconômicas mais produtivas em escala internacional, não vem sendo menos afetado pelos discursos da sustentabilidade do que a atividade industrial, por exemplo. Os efeitos dessa relação – misto de cobrança, ingerência e necessidade – têm se notabilizado na proposição de um "turismo sustentável", expressão popularizada a partir da década de 1990, e que busca uma ressignificação do turismo em sua complexidade de modo a inserir no escopo de suas atividades uma preocupação com a preservação do meio ambiente[7].

No entanto, a própria construção de um "turismo sustentável" vem sendo mantida sob suspeita, de modo que o conceito e as possibilidades práticas de sua aplicação vêm sendo questionadas e colocadas como foco de controvérsia, quiçá devido à própria complexidade das atividades nele fundidas.

Como forma de equalizar essas discrepâncias, de acordo com John Swarbrooke, a definição de turismo sustentável mais comumente aceita é a de "formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades do turista, da indústria do turismo e das comunidades locais sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades" (SWARBROOKE, 2002, p.6).

Todavia, apesar das divergências que a questão envolve, é necessário ter em mente que o turismo sustentável ainda agrega mais benefícios para o ambiente e atores envolvidos que a atividade "comum", que ignora os danos e impactos gerados aos locais em que se desenvolve. Essa é a posição sustentada por Seabra (2003), para quem:

> O turismo, sob as bases da sustentabilidade apresenta maior potencial para maximização dos benefícios, sejam eles econômicos, sociais ou ambientais. É capaz de promover a qualidade de vida das populações, oferecer maior qualidade de experiências turísticas aos visitantes e levar à proteção do ambiente visitado, garantindo a manutenção do patrimônio ambiental para as

[7] Essa preocupação se materializou em muitos documentos (a exemplo do Código Mundial de Ética do Turismo, assinado em 1999, na cidade de Santiago, no Chile) e propostas de investimento em escalas variadas, desde pequenas comunidades até grandes parques nacionais e eventos de massa inseridos no calendário turístico.

> comunidades locais e visitantes que dele dependem intimamente (SEABRA, 2003, p. 172).

Além da importância de se priorizar a conservação do meio ambiente onde a atividade turística de desenvolve, no complexo jogo da economia ocidental contemporânea, o turismo sustentável tem a possibilidade de agregar um valor financeiro maior aos investimentos sob a insígnia do "selo verde" de que fala Varela (2012). Para a autora, uma das características da economia contemporânea é esse discurso da preocupação ambiental.

A mesma problemática vem sendo compartilhada por Leff (2010), na sua tentativa de problematizar as tensões entre a crise ambiental vivenciada na contemporaneidade e essa midiatização da preocupação ambiental por parte de agentes econômicos. O fato é que vem aumentando a quantidade de hotéis "ecologicamente corretos", restaurantes que incentivam o consumo de produtos orgânicos, roteiros e trilhas que aliam a visita às estratégias de sensibilização ambiental, etc.

4.6. PERCEPÇÃO AMBIENTAL: ANÁLISE DO PERFIL DE INDIVÍDUOS (VALORES, ATITUDES E COMPORTAMENTOS)

A construção de projetos que se preocupem com uma experiência de uso sustentável do meio ambiente, esteja essa experiência em que campo for, desde a economia até o ensino, precisa de mecanismos que lhe possibilitem o desenvolvimento de estratégias de conservação, estejam elas vinculadas às políticas públicas de Estado, à administração privada, ou na interseção entre ambas, como é o caso do turismo. Uma dessas ferramentas é a percepção ambiental, que constitui um dos primeiros recursos de qualquer projeto-diagnóstico para planejamento de estratégias de intervenção.

A percepção ambiental possibilita entrever as formas como as pessoas leem e se relacionam com o ambiente que as cerca, constituindo assim um instrumento importante para o plano de qualquer atividade intervencionista.

A investigação da percepção ambiental, desde uma perspectiva fenomenológica, implica na reflexão sobre as formas pelas quais os sujeitos, através de mecanismos mentais, cognitivos e sensoriais, percebem e representam suas experiências com o mundo que os cerca (PALMA, 2005, p.16).

A percepção está assim vinculada tanto aos projetos de Educação Ambiental, quanto aos de uso sustentável dos recursos naturais, configurando-se como um elemento central para ambas. Mais do que uma simples impressão do sujeito sobre o mundo, a percepção implica na própria forma como os sujeitos interagem sobre/com o espaço em que habitam, ou como

argumenta Yi-Fu Tuan (1980, p.75), “a percepção é uma atividade de estender-se sobre o mundo”.

A percepção, mais que uma manifestação pessoal e individual, pode ser estudada como uma amostra micro de um espaço maior, macro, construído de forma coletiva e organizado segundo princípios socialmente concebidos como coletivos (REIGOTA, 1998, p. 68). Nesses termos as percepções constituiriam representações sociais que determinados grupos constroem sobre a forma como vivenciam e se relacionam com o ambiente que o cerca.

Como afirma Palma (2005) o estudo da percepção ambiental é um importante instrumento para a realização de atividades que estejam relacionadas de forma geral ao desenvolvimento de uma nova racionalidade e sensibilidade que tenha em vista uma postura conservacionista do meio ambiente, seja por meio da Educação Ambiental, seja por meio de outros recursos e dispositivos.

No escopo da atividade turística, a importância dos estudos da percepção ambiental está relacionada com o planejamento e elaboração de planos de manejo e conservação de áreas naturais bem como a avaliação dos impactos da atividade turística nestes espaços (BORGES; CHAUDHRY; FERREIRA FILHO, 2007, p. 243).

O diagnóstico da percepção ambiental funciona como uma estratégia para identificação e reconhecimento dos diversos atores e agentes envolvidos na construção socioambiental da relação dos sujeitos com um determinado espaço. Como observa Tuan (1980, p. 68) não existe uma divisão nítida entre o humano e a natureza, propor isso seria no mínimo ignorar a posição do homem enquanto ser vivente inserido em um conjunto de relações.

Todavia, em termos analíticos, como sugere o autor, é preciso considerar as especificidades do componente humano e concebê-lo junto com a natureza como instâncias mutuamente imbricadas, de modo que apenas a partir desse entrecruzamento é possível visualizar a forma como se age no/sobre o mundo, transformando-o e sendo transformado pelas características da paisagem e pelas condições viabilizadas pelo ambiente.

No contexto do turismo sustentável, o diagnóstico da percepção ambiental tem uma importância sumária tendo em vista que é o instrumento prioritário para o desenvolvimento de estratégias que visem à compreensão da maneira como se vive e também a sensibilização dos sujeitos para as condições de determinado espaço e da importância de conservá-lo.

A partir da forma como comunidades locais, turistas, empresários e gestores percebem o ambiente que os cerca e os fatores condicionantes do tipo de vida que se desenvolve nesse espaço, é possível propor alternativas para lidar com problemas ou potencializar soluções que

possam construir e garantir uma qualidade de vida melhor para o meio ambiente em si, e também para as populações que vivem dele.

Nesse aspecto, cabe ainda ressaltar que, no Brasil, uma parcela significativa das pesquisas sobre impactos ambientais e utilização de recursos naturais tem adotado uma preocupação meramente estatística ou de diagnóstico quantitativo, ignorando as formas como as comunidades inseridas nos contextos estudados se relacionam com o espaço, produzindo ou amenizando impactos.

Esta questão é de fundamental importância tendo em vista que essas mesmas pesquisas funcionam como base para construção de planos de ação e políticas públicas, seja por parte do Estado, seja por parte de empresas privadas.

Inserir o estudo das percepções nesse contexto de produção de subsídios que viabilizam ações de intervenção é de extrema importância, pois a percepção é uma ferramenta que possibilita entender as relações de uso do espaço em sua complexidade e analisar as atitudes, valores e comportamentos dos sujeitos implicados na construção desses espaços.

4.7. EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL: FERRAMENTAS EM BUSCA DE UMA PRÁTICA SUSTENTÁVEL E CONSCIENTE DA ATIVIDADE TURÍSTICA

Dentre as estratégias possíveis e disponíveis para sensibilização dos atores envolvidos com determinado espaço, a Educação Ambiental desponta como uma das mais importantes e eficazes. Como observa Abílio (2011), a educação ambiental está inserida no escopo da educação e, como tal, deve ser entendida em sua processualidade.

Propostas de educação ambiental vêm sendo desenvolvidas e apresentadas desde 1965, quando o termo foi usado pela primeira vez (LOUREIRO, 2004, p. 69). Já no Brasil, a educação ambiental começa a desenvolver-se em meados da década de 1980, ainda que haja registros de projetos e iniciativas anteriores a este marco.

. Segundo definição da Unesco[8], adotada em 1987:

> A educação ambiental é um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente, adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os torna capazes de agir individual ou coletivamente, na busca de uma solução par aos problemas presentes e futuros (UNESCO, 1987).

A construção e consolidação do campo de pesquisa e intervenções em educação ambiental envolve o cruzamento entre vários campos do saber e setores da sociedade, desde a

[8] Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/sitio/>. Acesso em: 15/10/2013.

política, passando pela economia e modos de consumo, concepções de ensino, até mesmo ao âmbito jurídico-legal.

Assim como a Educação Ambiental, o turismo também mobiliza relações entre diversos setores da sociedade e instituições. Ainda que estabeleça relações sensíveis e contínuas com o desenvolvimento sustentável, a educação ambiental não pode ser reduzida a ações de usos sustentável dos recursos naturais, mesmo sendo um dos seus princípios norteadores. De acordo com o Plano Nacional de Educação Ambiental - PNEA – (BRASIL, 1999), essa prática deve ser desenvolvida de forma inter-relacionada, articulando ensino formal, não-formal, apoio a formação de recursos humanos, estudos, experimentos e pesquisas, produção de material informativo e didático, além da gestão de informações dos saberes ambientais, estímulo a mobilizações sociais e monitoramento de ações em desenvolvimento.

A educação ambiental inserida no contexto turístico deve ser entendida em sua especificidade, o que implica em reconhecê-la como um espaço de sensibilização para a crise ambiental contemporânea. Ainda no aspecto da sua especificidade, a educação ambiental aplicada ao turismo está inserida numa zona de interseção entre a educação não-formal e informal.

Por educação não-formal estamos nos referindo, conforme Abílio (2011) às estratégias de educação e sensibilização desenvolvida em contextos de segmentos populacionais como organizações não governamentais e comunidades tradicionais, além de empresas, indústrias e associações. Por sua vez, a educação informal se refere àquela desenvolvida de forma indireta e por meios de comunicação e informação no geral, a exemplo da mídia e de materiais midiáticos.

No caso do contexto da atividade turística aqui estudada, podemos perceber um múltiplo posicionamento de estratégias utilizadas, desde o incentivo às iniciativas desenvolvidas no nível da educação formal, em escolas, até mesmo através da implementação de roteiros ecológicos que possibilitem aos visitantes uma aproximação com áreas naturais e o conhecimento dos impactos causados ou possíveis de serem causados advindos da intervenção humana.

De forma semelhante, estratégias informais também podem ser desenvolvidas através de materiais informativos acompanhando roteiros tradicionais. Inicialmente, o turismo sustentável pode apresentar-se como voltado para estratégias de educação ambiental não-formal, mas mesmo assim é preciso perceber também a possibilidade de outras manifestações.

Se o diagnóstico da percepção ambiental pode contribuir para o entendimento sobre a forma como as pessoas se relacionam com o espaço em que vivem, quando conciliado às

atividades de educação ambiental é possível criar uma estratégia de sensibilização da população para a realidade dos contextos onde estão inseridas, ou no caso do turismo, tanto do espaço que visitam e que estão conhecendo, quanto da sua própria realidade nativa. Como proposto pela Agenda 21[9] Brasileira (BRASIL, 2004), a educação ambiental deve ser vista como um processo que busca:

> Desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhe são associados. Uma população que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a preservação dos novos (BRASIL, 2004, s/p).

A importância que se atribui à educação ambiental pode ser visualizada também através do incentivo que se oferece (ou deveria ser oferecido) pelos Planos Nacionais, a exemplo do PNEA e da Agenda 21 Brasileira quanto à inserção de projetos e ações voltados para Educação Ambiental em todas as esferas, desde a educação básica, conforme previsto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, até os meios informais, através de ações midiáticas voltadas para a sensibilização e conservação dos ecossistemas locais.

A educação ambiental, mais do que o reconhecimento do papel do meio ambiente para manutenção da vida em sua generalidade, conforme Tristão (2005), corrobora para o desenvolvimento de uma nova ética pautada não mais em uma perspectiva antropocêtrica e individualista, onde há uma separação entre o humano e o natural, o criado e o construído.

É um mecanismo de ampliação da visão, ou pelo menos uma ferramenta que possibilita perceber o mundo desde um posicionamento alargado e multirrelacional, onde diversas dimensões estão mutuamente imbricadas, construindo redes de saberes e práticas. Enfim, a partir dessa nova ética ambiental de que fala Tristão (2005), é possível perceber a Educação Ambiental como promotora de valores e atitudes pautados por uma preocupação não apenas com a experiência individual, mas sim para a construção de um mundo melhor para a coletividade através da conservação dos espaços naturais e potencialização das capacidades humanas.

[9] A Agenda 21 é um documento estabelecido internacionalmente que propõe estratégias para construção de sociedades sustentáveis. No Brasil, a Agenda 21 Brasileira é um documento nacional que se encaixa na mesma proposta internacional da Agenda 21 e propõe ações para construção de um país sustentável, apontando entre outras alternativas, o incentivo à ação de Educação Ambiental em escalas e formas variadas.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1. DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO

5.1.1. PRAIA DO JACARÉ, CABEDELO – PB

A praia fluvial do Jacaré está localizada no município portuário de Cabedelo, às margens do estuário do rio Paraíba e próxima a BR 230, na região metropolitana de João Pessoa. Ocupa uma extensão de 10,2 km², no paralelo 7º 03' 94'' de latitude sul e no meridiano 34º 85' 52'' de longitude oeste (Figura 1).

Segundo a classificação climática de *Koppen-Geiger*[10], o clima da região é do tipo As' (tropical, com chuvas de inverno-outono), possuindo temperaturas que variam entre 25º e 28º C e um índice pluviométrico médio de 1800 mm anuais. O solo da Praia do Jacaré, na região central, é do tipo arenoso, de baixa produtividade, comum em ecossistemas de restinga. Próximo às margens do rio, o solo torna-se úmido, lodoso, pobre em oxigênio e rico em nutrientes, característico de ecossistemas costeiros de transição. A vegetação predominante da área é composta, na sua maioria, por espécies halófilas, como a *Rhizophora mangle* (mangue-vermelho) e a *Laguncularia racemosa* (mangue-branco).

A praia fluvial encontra-se situada às margens do rio Paraíba, um dos mais importantes do estado. Do tipo perene, seu curso total tem 380 km e segue o sentido sudoeste-leste, desaguando no oceano Atlântico, entre os municípios de Cabedelo, Lucena, Santa Rita, Bayeux e João Pessoa, constituindo-se em uma foz mista. Presentes em seu estuário encontram-se outros rios, manguezais e ilhas como Restinga, Stuart e Tiriri.

Não há um levantamento oficial do número de habitantes das Vilas presentes no local, porém, de acordo com Dieb *et al*. (2003), "em 2001 a população estimada da área era de aproximadamente 3.540 habitantes". Estes possuem a pesca e outras atividades produtivas (dentro e fora do local) como suas principais fontes de renda.

A localidade existe desde meados do ano 1956, porém, foi só em 1977 que ela passou a ser ocupada, quando foi construída ali a primeira vila de pescadores.

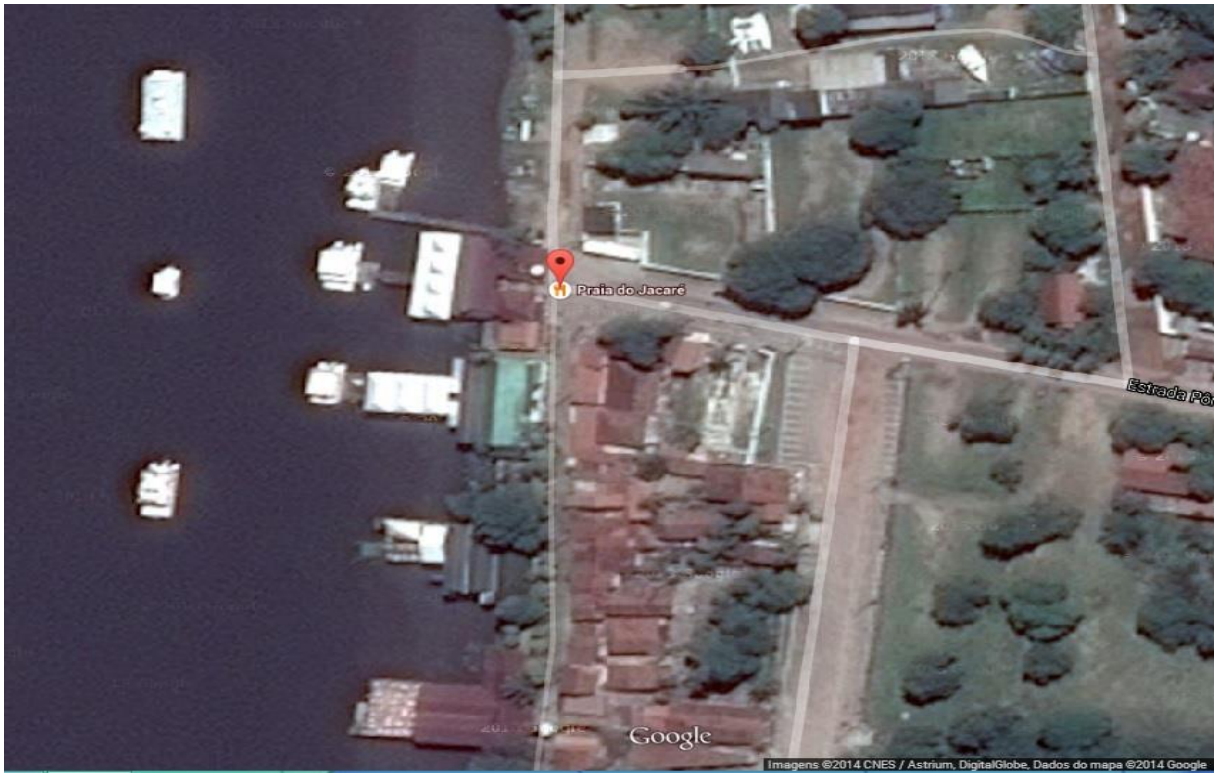
Os investimentos em infraestrutura, feitos a partir da década de 80, como iluminação pública, distribuição de energia elétrica e abastecimento de água, favoreceram o processo de urbanização da localidade. Desde então, passou por um processo de desenvolvimento gradativo e espontâneo até se tornar um ponto turístico de referência no estado da Paraíba.

---

[10] A classificação de *Koppen-Geiser* é o sistema global dos tipos climáticos mais utilizada em geografia, climatologia e ecologia. Disponível em: <http://portais.ufg.br/uploads/68/original_Classifica____o_Clim__tica_Koppen.pdf >. Acesso em: 15/08/2013.

Atualmente, além dos problemas ambientais advindos das moradias regulares e irregulares da comunidade local, este ecossistema vem sofrendo também pressões e impactos de diferentes tipos e gravidades, como contaminação de corpos d'água e lençol freático, acúmulo de resíduos em áreas de manguezais, assoreamento dos rios, retirada da vegetação e diminuição da fauna local, todos associados à exploração demasiada pelo turismo (DIEB *et al*., 2003).

Figura 1 – Mapa da Praia do Jacaré, Cabedelo – PB.



Fonte: *Google Maps*, 2014.

5.1.1.1. Aptidões para o turismo

O processo de desenvolvimento turístico da Praia do Jacaré ocorreu aos poucos e está intimamente ligado à história de urbanização do local. Inicialmente ocupada por famílias de pescadores, a área passou a despertar o interesse de turistas devido aos seus inúmeros atrativos naturais, paisagens singulares, grande biodiversidade e ambientes propícios para a prática do turismo de lazer, recreação, contemplação e de esportes náuticos.

Destinados a transformar a localidade em uma área turística de referência no estado, os órgãos públicos responsáveis por sua gestão procuraram captar recursos e atrair investimentos da iniciativa privada para garantir que o espaço estivesse apto a receber a demanda daqueles que já o frequentavam e, também, para tentar atrair novos visitantes.

Atualmente, a localidade conta com estrutura necessária e uma ampla rede de serviços, tais como restaurantes que servem pratos com a culinária regional, bares, praça de alimentação, lojas de artesanato e *souvenirs* que representam a cultura popular local, estacionamento e empresas turísticas especializadas em realizar passeios através da extensão do rio Paraíba.

Mesmo com todas estas características que tornam a Praia do Jacaré um destino diferenciado e bastante procurado, o "produto" mais conhecido, e causa principal do grande interesse dos visitantes em apreciar o local, é o famoso pôr-do-sol ao som do Bolero de Ravel.

Todos os fins de tarde, o músico Jurandy do Sax toca a canção a bordo de uma pequena embarcação que se dirige lentamente em direção às margens do rio. Este ritual proporciona um espetáculo inesquecível aos turistas que frequentam o Jacaré e faz com que a praia fluvial se consolide cada vez mais dentro do cenário turístico paraibano, despontando como um dos mais importantes atrativos da região que seduz pessoas de todas as partes do Brasil e também do mundo[11].

[11] Informações baseadas nos dados disponíveis em: < http://www.praiadojacare.com.br/>. Acesso em: 16/08/2013.

5.1.2. PARQUE ESTADUAL MARINHO DE AREIA VERMELHA, CABEDELO – PB

O Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha (PEMAV) é uma faixa de areia com área de extensão de aproximadamente 230, 91 hectares[12] que aflora durante os períodos de maré baixa, formando uma espécie de ilha cercada por recifes de corais e piscinas naturais. Fica localizada no paralelo 6° 59' 5" S e no meridiano 34° 49' 4" O, a 0,5 km da praia de Camboinha, situada no município de Cabedelo (Figura 2).

O clima da região caracteriza-se por ser do tipo As' (tropical, com chuvas de inverno-outono), segundo a classificação de *Koppen-Geiger* e apresenta temperaturas entre 25º e 28º C. O Parque compreende uma região simultaneamente terrestre e aquática, apresentando solo arenoso na faixa de terra que fica submersa e, na parte marinha, grande diversidade faunística. Segundo levantamento realizado no local por Gondim *et al*. (2011), foram identificadas um total de 102 espécies, distribuídas entre os táxons *Cnidaria* (13 espécies), *Mollusca* (57), *Crustacea* (15), *Echinodermata* (15) e *Ascidiacea* (2), além de 55 espécies de peixes (como pargos, sirigados, garoupas e meros), entre outros grupos da fauna recifal.

Tornou-se unidade de conservação (UC) com o Decreto Estadual 21.263 de 28 de agosto de 2000 (PARAÍBA, 2000), visando os seguintes objetivos: proteger e preservar os recursos do ecossistema (fauna, flora, recifes), despertar a consciência ambiental daqueles que o visitam, promover e regulamentar a prática do turismo sustentável, gerenciar, controlar e fiscalizar a área para o uso racional e garantir a integridade da paisagem[13].

Por seus inúmeros atrativos e belezas naturais, o parque se destaca no cenário turístico paraibano, atraindo uma ampla gama de visitantes oriundos de diversas partes do Brasil e também do mundo.

Contudo, em virtude da exploração causada não só pelo turismo, mas também pela atividade pesqueira acentuada e por fenômenos climáticos, a localidade vem sofrendo graves impactos que ameaçam a biodiversidade marinha local.

Fatores como a poluição causada por resíduos, destruição física dos recifes ocasionada pelo pisoteio de pessoas e pelo tráfego marítimo intenso de embarcações que promovem os passeios, alimentação indevida e atividades de captura, pesca ilegal e extrativismo de espécies e organismos da macrofauna bêntica recifal e perturbações geradas pela poluição sonora,

---

[12] Informações disponíveis em: <http://www.sudema.pb.gov.br/index.php?view=category&catid=8&page=1&catpage=1&option=com_joomgallery#category>. Acesso em: 16/08/13.

[13] Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/205/_publicacao/205_publicacao29112010034950.pdf >. Acesso em 16/08/2013.

dentre outros, são exemplos de interferências que alteram a paisagem natural e degradam este importante ecossistema.

Faz-se necessário que os órgãos gestores responsáveis cumpram o seu papel na conservação e manejo adequado da área, fiscalizando e monitorando toda e qualquer atividade que ali ocorra.

Figura 2 – Mapa do Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha, Cabedelo – PB.

Fonte: *Google Maps*, 2014.

5.1.2.1. Aptidões para o turismo

Areia Vermelha se consolidou como um dos destinos turísticos mais visitados do estado. O parque é famoso por suas piscinas naturais formadas pelos recifes de corais em meio a águas transparentes de tom verde-claro.

O acesso ao local é feito através de barcos de empresas especializadas em passeios náuticos e é bastante procurado por visitantes que buscam praticar turismo contemplativo e de lazer. Mergulhos e práticas de *snorkeling*, onde os turistas interagem com o meio natural e com os seres do ecossistema, também fazem parte do pacote de atrativos do local.

5.1.3. RECIFES DE PICÃOZINHO, JOÃO PESSOA – PB

Picãozinho é uma formação recifal localizada a aproximadamente 1.500 metros da praia de Tambaú, uma das mais famosas do litoral de João Pessoa, nas coordenadas 07° 07' 30'' S e 34° 48' 05'' O. A área possui cerca de 71 km² de extensão e se destaca como um dos mais importantes e procurados destinos turísticos do estado da Paraíba por suas belezas e piscinas naturais, formadas pelos recifes de corais em períodos de maré baixa (Figura 3).

Assim como Areia Vermelha, que se encontra em uma região costeira, Picãozinho também apresenta um clima do tipo As' (tropical, com chuvas de inverno-outono), de acordo com a classificação climática de *Koppen-Geiger*, possuindo temperaturas entre 25º e 28º C. Segundo Debeus & Crispim (2008), citando um estudo realizado em 2006 que buscou analisar qualitativamente a cnidofauna da região de Picãozinho, foram encontradas colônias de zoantídeos (*Palythoa caribaeorum*, *Zoanthus sociatus*, *Protopalythoa variabilis*), corais de diversos tipos (*Siderastrea stellata*, *Favia gravida Verrill*), algas dos gêneros *Caulerpa Penicillus* e *Halimeda* e diversos peixes característicos desses ambientes recifais.

De acordo com Bem (2008), até meados de 1988, o local era frequentado apenas por pequenos grupos de pescadores locais, que se deslocavam até os recifes para desempenharem suas atividades em busca de alimento e renda para suas famílias.

Porém, no final da década de 80, Picãozinho passou a ser "descoberto" como um atrativo em potencial, alvo de visitantes que buscavam um maior contato e interação com o ambiente, passando assim a ser incluído na maioria das rotas turísticas da cidade (COSTA E SOUZA, 2008).

Os investimentos e esforços por parte dos órgãos responsáveis pela gestão do local em vender o "produto" Picãozinho, com estratégias de marketing e divulgação massiva em diferentes veículos de comunicação, despertou o interesse de visitação em diferentes segmentos do mercado turístico, tornando-o, assim, um destino bastante consolidado.

Contudo, sabe-se que a exploração mal planejada de um espaço natural por qualquer atividade econômica (nesse caso, pelo turismo de massa), traz consequências negativas de ordem ambiental e em Picãozinho não seria diferente.

Por se tratar de um ecossistema marinho bastante frágil, a localidade vem sofrendo uma série de impactos e degradações decorrentes do seu mau uso e manejo: poluição das águas por resíduos e derivados de petróleo, destruição dos recifes de corais por pisoteio, movimento e ancoragem de embarcações, interferência e perturbação nos *habitats* dos seres e organismos, diminuição da população de diferentes espécies marinhas e alteração da paisagem natural (SWARBROOKE, 2002).

É essencial que os administradores da localidade invistam em políticas eficazes de conservação e manejo, priorizando a proteção dos seus recursos naturais através da prática de um turismo economicamente viável e ecologicamente sustentável.

Figura 3 – Mapa dos recifes de Picãozinho, João Pessoa – PB.

Fonte: *Google Maps*, 2014.

5.1.3.1. Aptidões para o turismo

As piscinas naturais, criadas pelos recifes, as águas calmas, transparentes e com temperatura agradável, o caráter recreativo, contemplativo e a possibilidade de nadar e entrar em contato com a grande diversidade de espécies que existem neste ambiente estão entre os principais atrativos motivacionais que levam os turistas a visitarem Picãozinho.

Os passeios, feitos através de catamarãs pertencentes a empresas da área, duram cerca de 2 horas (com 15 minutos de trajeto entre o continente e a formação recifal) e são realizados durante praticamente todo o ano (com maior frequência de visitas e pessoas durante a alta estação), sempre quando há a ocorrência de marés baixas, em torno dos 0,6 metros.

5.2. MÉTODOS E TÉCNICAS

5.2.1. POPULAÇÃO-ALVO

Para identificar e delimitar os diferentes grupos alvos da pesquisa (universo), levou-se em consideração a relação e papel que seus indivíduos possuem dentro da atividade turística, bem como os conflitos no uso das áreas naturais exploradas (DIEGUES, 2001).

Segundo Gil (2006 p. 99) a população ou universo de uma pesquisa "é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características".

Dessa forma, as classes de interesse selecionadas foram:

Turistas: Aqueles que praticam e consomem o turismo. Pessoas que não residem nos locais analisados mas que compram e utilizam o "produto turístico" e todos os serviços complementares através das visitas esporádicas por motivações como recreação, contemplação e/ou práticas esportivas.

Moradores: Indivíduos que residem exatamente no local de destinação turística (no caso da Praia do Jacaré), ou em seu entorno e imediações (Areia Vermelha e Picãozinho), e, por isso, sofrem as consequências diretas dos efeitos (positivos e negativos) da atividade. Geralmente, por viverem no próprio ambiente explorado ou próximo a ele, estas pessoas desenvolvem uma maior ligação e relação de sentido afetivo, cultural e espiritual com a localidade, demonstrando, por vezes, um maior interesse na sua conservação e zelo.

Empresas/profissionais do turismo: Grupo de pessoas que exploram os recursos dos locais de destino turístico (criando a oferta), e a direciona para aqueles que têm interesse na sua compra e consumo (demanda). Dentro do contexto da pesquisa, podemos citar como exemplo deste grupo as agências e trabalhadores responsáveis pelos passeios náuticos, garçons, recepcionistas, comerciantes e demais prestadores privados de serviços turísticos.

Órgãos ambientais e turísticos: Trata-se daqueles indivíduos que compõem e fazem parte destas organizações públicas responsáveis pela gestão, planejamento, manejo, fiscalização, controle e conservação destes locais e de seus recursos, dentre outras atribuições.

5.2.2. COLETA DE DADOS

Foram feitas visitas iniciais aos locais de pesquisa para fins de reconhecimento e para uma melhor compreensão da dinâmica da atividade turística nestas áreas selecionadas. Informações sobre a forma como o turismo vem sendo explorado, consumido e gerenciado nas localidades, bem como as consequências que resultam de todo esse processo foram essenciais nessa fase inicial.

No total, foram realizadas 30 visitas, estendendo-se pelos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio de 2013.

Os seguintes órgãos ambientais e turísticos foram visitados durante o estudo: Secretaria do Meio Ambiente de Cabedelo, Secretária de Turismo de Cabedelo, SUDEMA, PBTUR, Secretaria do Meio Ambiente de João Pessoa e Secretaria do Turismo de João Pessoa.

Empresas e agências que realizam os passeios náuticos, restaurantes, bares e lojas comerciais, bem como os profissionais que trabalham nestes estabelecimentos, também fizeram parte da amostra.

Ao todo, a pesquisa entrevistou 491 pessoas, sendo 216 turistas, 99 moradores, 105 empresas/profissionais do turismo e 71 indivíduos que trabalham nos órgãos. A escolha destes entrevistados foi feita de modo acidental (apenas para os grupos dos turistas e moradores), selecionando aqueles que possuíam idade igual ou superior a 15 anos.

No período posterior a aplicação dos questionários, ainda foram feitas, durante os meses de julho e agosto de 2013, três visitas técnicas em cada uma das áreas de estudo para observações *in loco* e registros fotográficos dos locais. Estas idas a campo também serviram para atribuir uma maior credibilidade no item da caracterização dos impactos apontados pelos grupos, pois, nessa ocasião, pôde-se verificar se as respostas obtidas condiziam ou eram destoantes da realidade existente nas localidades. Contudo, vale salientar que o objetivo desta prática foi apenas o de estabelecer um critério comparativo, não interferindo nos dados anteriormente coletados.

5.2.3. QUESTIONÁRIOS

Além do levantamento bibliográfico sobre os conceitos e definições importantes ao tema deste trabalho, foi realizada uma pesquisa de campo quanti-qualitativa, de caráter exploratório e descritivo.

Chizzotti (1991, p. 52), assim define:

> Pesquisas quantitativas: preveem a mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, mediante a análise da frequência de incidências e de correlações estatísticas. O pesquisador descreve, explica e prediz;
> Pesquisas qualitativas: fundamentam-se em dados coligidos nas interações interpessoais, na coparticipação das situações dos informantes, analisadas a partir da significação que estes dão aos seus atos. O pesquisador participa, compreende e interpreta.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram a aplicação de questionários semiestruturados e o método de entrevistas livres (diálogos gravados e/ou escritos para captar detalhes e aspectos que o questionário não possibilitou), com o propósito de levantar não só informações relativas à idade, sexo, grau de instrução e renda dos entrevistados, como, também, instigá-los a identificar os principais impactos gerados pelo turismo praticado em cada uma das três zonas costeiras delimitadas, segundo seus julgamentos, opiniões e pontos de vista, medir suas atitudes e comportamentos diante de práticas em favor do meio ambiente e, por fim, analisar a percepção ambiental dos mesmos.

De acordo com Dencker (1998, p. 165) "a entrevista é uma comunicação verbal entre duas ou mais pessoas, com um grau de estruturação previamente definido, cuja finalidade é a obtenção de informações da pesquisa".

Os questionários aplicados foram compostos por questões de múltipla escolha e, também, apresentavam espaços abertos, onde os indivíduos pertencentes aos grupos de interesse da pesquisa podiam expressar suas opiniões e observações de maneira livre.

5.2.3.1. PERFIL SOCIOECONÔMICO

Inicialmente, o questionário levantou informações quanto ao gênero, faixa etária, escolaridade, renda mensal e, no caso dos turistas, seus estados de origem, buscando caracterizar e definir o perfil socioeconômico e demográfico dos grupos entrevistados.

5.2.3.2. DIAGNÓSTICO/CARACTERIZAÇÃO DOS IMPACTOS

Neste item, a pesquisa procurou medir o nível de sensibilidade dos indivíduos em identificar os possíveis impactos ambientais causados pelo turismo nos espaços visitados.

Baseado no estudo realizado por Pickering *et al.* (2003), que buscou identificar os impactos causados pelo turismo praticado em áreas protegidas dos alpes australianos segundo

os julgamentos e opiniões dos gestores destes locais, os grupos selecionados para este trabalho foram levados a apontar, de acordo com seus pontos de vista, quais degradações estão ocorrendo em virtude da atividade praticada na Praia do Jacaré, em Areia Vermelha e nos recifes de Picãozinho.

A capacidade de enxergar ou não um impacto, mesmo tendo conhecimento de que ele existe de fato, pode ser considerado como um fator de percepção associada a aspectos cognitivos.

Este índice de compreensividade que alguns demonstram indica que os mesmos se preocupam com a problemática ambiental e que são sensíveis o suficiente para reconhecer que suas atividades alteram e degradam áreas e ambientes naturais onde são praticadas (BAZERMAN, 1998 *apud* PICKERING *et al.*, 2003).

. Dessa forma, foi apresentada aos indivíduos entrevistados uma lista, pré-formulada e com base em referenciais teóricos de Costa *et al.* (2007), Oliveira *et al.* (2010) e Andrade (2002) e adaptada para as áreas selecionadas, contendo os principais impactos inerentes a prática da atividade turística em ambientes costeiros naturais: Poluição da água/mar por lixo, Poluição da areia da praia/solo por lixo, Desgaste dos recifes de corais por pisoteio, Destruição dos corais pela ancoragem dos barcos, Derramamento de óleo e combustíveis dos barcos, Captura/alimentação de animais e outros organismos, Poluição sonora, Desmatamento e retirada da vegetação, Desgaste do solo por pisoteio dos visitantes, Desgaste do solo pela circulação de veículos, Alteração da paisagem natural e Poluição geral de rios e áreas de mangues.

Os grupos deveriam apontar aqueles que são claramente percebidos e que julgam ser os que ocorrem com maior frequência, indicando também o seu nível de intensidade. Os seguintes critérios de avaliação, baseados em Costa *et al.* (2007) e Marcelino *et al.* (2005), foram adotados: 0 (impacto inexistente); 1 (impacto de pequena expressividade/leve); 2 (impacto moderado/médio); 3 (impacto extremo/forte).

Para fins de análise, apenas os cinco impactos mais relevantes - aqueles que foram mais apontados dentro de cada categoria (grupo) - foram considerados na descrição final dos resultados.

O questionário disponibilizava também um espaço para os entrevistados incluírem qualquer outro impacto que julgassem existir nos locais, e que não tenha sido listado previamente.

Ainda nesta etapa, os indivíduos deveriam escolher, dentre as alternativas listadas, aquela que, nas suas opiniões, descrevia a principal causa dos impactos apontados.

Também foram levados a apontar uma possível solução para resolver a problemática dos impactos causados pelo turismo nas áreas de estudo selecionadas. Em ambas as questões existiam espaços em branco, caso os mesmos estimassem necessário incluir uma nova opção.

5.2.3.3. PRÁTICAS AMBIENTAIS

Nesta parte, a pesquisa procurou avaliar a opinião dos grupos acerca de algumas questões de responsabilidade ecológica e de caráter sustentável como a importância do turismo em função da preservação dos recursos naturais e sobre a disposição/interesse dos mesmos em participar de alguma atividade que objetivasse melhorar o meio ambiente.

Este item ainda avaliou se os entrevistados possuem as seguintes práticas ambientais: economia de recursos como água e energia elétrica e quanto à separação do lixo orgânico e reciclável, ambas considerando serem praticadas não só em suas residências mas, também, quando viajam.

Sabe-se que os valores pessoais influenciam notoriamente nas atitudes e nos comportamentos pró-ambientais que cada indivíduo irá demonstrar.

Segundo Coelho *et al.* (2006, p. 202), baseados na teoria de valores de Schwartz (1992):

> Há evidências empíricas que dão suporte à relação entre valores, atitudes e comportamentos pró-ambientais [...] as crenças, atitudes e valores estão atrelados, formando um sistema cognitivo funcionalmente integrado; portanto, uma mudança em qualquer parte deste sistema afetará outras partes e culminará em mudança comportamental.

Logo, esta avaliação serviu para medir o grau de importância e a prioridade que as questões ambientais possuem nas ações e comportamentos dos turistas, dos moradores, daqueles que fazem parte da iniciativa privada e daqueles que pertencem aos órgãos públicos.

5.2.3.4. PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Os estudos de percepção ambiental são essenciais para se conhecer a relação estabelecida entre ser humano e o ambiente no qual ele está inserido, através de condutas e fatores intrínsecos como suas satisfações, valores, comportamentos, julgamentos e expectativas criadas em relação a esse meio (GUERRA *et al.*, 2003).

Para Fônseca (2011):

> A percepção ambiental de uma comunidade é definida como a consciência do ambiente assumida pelo homem, em outras palavras, a ação de perceber o ambiente em que está inserido. Cada indivíduo percebe, reage, e responde variavelmente às ações sobre o ambiente em que vive.

A maneira como o indivíduo compreende, enxerga e se comporta diante das questões ambientais são reflexos do seu caráter e de seus valores individuais. Estes, se influenciados por processos de educação, conscientização e sensibilização, podem promover laços afetivos positivos e provocar mudanças de comportamento e atitudes em prol do meio ambiente.

Diante do contexto, para a análise da percepção ambiental dos grupos entrevistados neste trabalho, foram utilizados os itens da escala de valores ecocêntricos e antropocêntricos de Thompson e Barton (1994), baseados nos estudos que enfocam o *New Environmental Paradigm*[14] (NEP), proposto por Dunlap e Van Liere (1978).

Thompson e Barton (1994) propuseram este método avaliativo fundamentados na ideia de que a percepção de uma população pode ser avaliada pelas atitudes desta em relação ao meio onde vive.

Dessa forma, esta percepção pode ser expressa por dois tipos de atitudes ambientais (dimensões): uma pautada sob a ótica do ecocentrismo - onde o homem estabelece uma relação espiritual de afeto e amor para com a natureza, passando a valorizá-la e preservá-la por si, sem qualquer interesse - e outra baseada na lógica do antropocentrismo - onde o ser humano busca apenas tirar proveito e se beneficiar dos bens e serviços oferecidos pelo meio ambiente, preocupando-se com as questões ambientais unicamente para manter seu bem estar e qualidade de vida (Schultz, 2002).

5.3. DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Com a finalidade de adequar o método avaliativo ao tipo de pesquisa aplicada, a escala de valores foi desenvolvida contendo quinze itens (um a menos que o modelo original), dispostos e organizados de maneira que representem não só as já citadas dimensões “econcêntricas” e “antropocêntricas”, mas, também, uma terceira dimensão, de “indiferença ou apatia”, conforme o modelo utilizado por Sales (2012), baseado no NEP.

Estes quinze itens, também denominados como indicadores, foram assim agrupados: cinco correspondendo às atitudes antropocêntricas (exploração do meio para benefício da humanidade), cinco itens que demonstram “indiferença ou apatia” (o não interesse dos indivíduos nas questões e problemáticas ambientais) e, por fim, mais cinco itens representando as atitudes ecocêntricas (prioriza a valorização e o cuidado com a natureza acima de qualquer coisa).

[14] Novo Paradigma Ambiental, em tradução literal.

Os indicadores correspondem a um conjunto de sentenças afirmativas agrupadas nas três diferentes dimensões, como por exemplo "**Devo conservar a natureza apenas para garantir uma boa qualidade de vida a mim e aos outros seres humanos**", onde os entrevistados indicam o seu grau de concordância ou discordância numa escala *Likert* de cinco pontos, apresentando os seguintes valores: 1 = *Concordo totalmente* (CT); 2 = *Concordo em parte* (CP); 3 = *Não concordo nem discordo* (NCND); 4 = *Não concordo em parte* (NCP) e 5 = *Não concordo totalmente* (NCT).

As escalas de *Likert* são intervalares e possuem uma abordagem de resposta psicométrica. São bastante utilizadas em pesquisas de opinião e comportamento, onde o entrevistado expõe o seu grau de concordância ou discordância com uma determinada sentença afirmativa, o que irá refletir a direção da atitude do respondente em relação a cada uma dessas afirmações (ALCOFORADO, 2010).

Diferentemente do modelo original, para o referido trabalho, alguns destes indicadores foram alterados e reformulados, buscando uma melhor adequação ao tema abordado neste estudo.

A tabela 1, formulada com base e referência no modelo proposto por Sales (2012), demonstra as três dimensões e seus respectivos indicadores (I), descritos da mesma forma em que foram utilizados nos questionários.

Para cada dimensão, foi calculada uma variável (M1, M2 e M3), que correspondem à média dos escores (valores) dos seus cinco indicadores. Estas médias poderão apresentar valores altos e baixos (entre os intervalos de 1 a 5) e isso irá definir se os indivíduos de cada grupo possuem um perfil antropocêntrico, indiferente ou ecocêntrico.

O resumo das percepções destes grupos, dentro de cada dimensão, será feito baseado no cálculo das médias, que irão definir o grau de favorabilidade da atitude de seus indivíduos em relação aos indicadores apresentados.

Tabela 1 – Descrição dos indicadores, separados por dimensões, e a relação de valores.

Dimensão	Indicador	Descrição	Posicionamento	
			Ecocêntrico	Antropocêntrico
Antropocêntrica	I1	Devo conservar a natureza apenas para garantir uma boa qualidade de vida a mim e aos outros seres humanos	Valores altos ↑	Valores baixos ↓
	I2	O pior em destruir a natureza é que não poderemos mais nos beneficiar dela e de seus recursos	Valores altos ↑	Valores baixos ↓
	I3	Deve-se fazer reciclagem apenas para ganhar mais dinheiro com o lixo	Valores altos ↑	Valores baixos ↓
	I4	O Turismo às vezes destrói a natureza mas eu o apoio, pois gera emprego e renda	Valores altos ↑	Valores baixos ↓
	I5	Acredito que a ciência e a tecnologia resolverão problemas ambientais como a poluição e o aquecimento global	Valores altos ↑	Valores baixos ↓
	M1	Média dos cinco indicadores	Valores altos ↑	Valores baixos ↓
Indiferença	I6	Eu não acho que os problemas ambientais são tão ruins como as pessoas dizem	Valores altos ↑	Valores baixos ↓
	I7	Eu acho que nós, seres humanos, não precisamos da natureza para sobreviver	Valores altos ↑	Valores baixos ↓
	I8	Eu não me preocupo com problemas da natureza (ambientais)	Valores altos ↑	Valores baixos ↓
	I9	Com o tempo, a maioria dos problemas ambientais se resolverão sozinhos (a natureza se recupera)	Valores altos ↑	Valores baixos ↓
	I10	Eu não me importo em destruir áreas naturais, desde que elas sirvam para o meu lazer e diversão	Valores altos ↑	Valores baixos ↓
	M2	Média dos cinco indicadores	Valores altos ↑	Valores baixos ↓
Ecocêntrica	I11	Me sinto bem em lugares naturais e gosto de estar em contato com a natureza	Valores baixos ↓	Valores altos ↑
	I12	Procuro sempre respeitar as plantas, os animais, as florestas, os rios e os oceanos, pois faço parte da natureza	Valores baixos ↓	Valores altos ↑
	I13	Fico triste quando vejo a natureza sendo destruída	Valores baixos ↓	Valores altos ↑
	I14	Quando visito algum lugar, me preocupo em recolher o lixo e economizar água e energia	Valores baixos ↓	Valores altos ↑
	I15	Para mim, a preservação da natureza é mais importante que as questões econômicas (dinheiro)	Valores baixos ↓	Valores altos ↑
	M3	Média dos cinco indicadores	Valores baixos ↓	Valores altos ↑

Fonte: Adaptada do modelo proposto e utilizado por Sales (2012), para análise da percepção ambiental.

Como descrito na tabela acima, nas dimensões "antropocêntrica" e de "indiferença", os valores baixos (entre 1 e 2) indicam que as pessoas dos grupos concordam com os

indicadores apresentados, refletindo assim um posicionamento de tendência antropocentrista, onde o bem estar e a qualidade de vida do homem são mais importantes que a preservação da natureza em si.

Os valores altos (entre 4 e 5) obtidos dentro destas duas dimensões sugerem que os indivíduos não concordam com as questões indicadas, fato que confere aos mesmos um caráter e posição ecocentrista, favorável a conservação do meio ambiente e de seus recursos para a manutenção do equilíbrio ecológico que garante a vida de todos os seres (não só os humanos).

Por sua vez, para a dimensão "ecocêntrica", essa relação/lógica dos valores se torna invertida, onde os escores mais baixos (entre 1 e 2), que revelam concordância, passam a significar um perfil ecocêntrico e os mais altos (entre 4 e 5), que sugerem uma relação de discordância, agora definem um posicionamento de cunho antropocêntrico.

Os dados obtidos com valor em torno de 3 revelam que os sujeitos pesquisados não possuem uma opinião formada para os indicadores listados.

De acordo com Sales (2012):

> Essas estratégias de interpretação serão importantes, sobretudo, para compreender o panorama geral das visões "antropocêntrica", de "indiferença em relação ao ambiente" e "ecocêntrica" dos entrevistados e, com isso, construir o mapa-diagnóstico global das percepções ambientais.

5.4. FERRAMENTAS ESTATÍSTICAS EMPREGADAS

5.4.1. ANÁLISE DESCRITIVA E EXPLORATÓRIA

O método estatístico utilizado no tratamento dos dados da presente pesquisa foi a análise descritiva e exploratória. Esse tipo de abordagem é comumente utilizada para se obter resultados preliminares de um determinado conjunto de informações, auxiliando, inclusive, na construção de gráficos e tabelas para representá-las (SALES, 2012).

Sobre a análise descritiva, Dencker (1998), afirma:

> As pesquisas descritivas compreendem uma série de técnicas de levantamento de dados como questionário, entrevista estruturada, entrevista semiestruturada, pesquisa por telefone, pesquisa interativa, questionários enviados pelo correio, observação.

A análise exploratória proporciona uma grande quantidade de métodos para uma análise detalhada dos dados obtidos, com o objetivo de extrair dos mesmos o maior número de informações (MEDRI, 2011).

Diante do contexto, esse método de análise serviu para extrair os dados das variáveis qualitativas presentes no questionário aplicado (perfil socioeconômico e demográfico, diagnóstico/caracterização dos impactos e práticas ambientais), expondo-os em tabelas e gráficos através de suas frequências absolutas e relativas.

Para a análise da percepção ambiental (dados quantitativos) dos grupos selecionados, os instrumentos utilizados foram o cálculo das médias dos indicadores (individual e o escore médio por dimensão).

6. RESULTADOS

A pesquisa buscou identificar e analisar o perfil geral dos indivíduos que compõem os quatro grupos/classes de interesse da pesquisa: Turistas, Moradores, Empresas/Profissionais do turismo e Órgãos turísticos e ambientais.

O critério de seleção e escolha destes grupos foi estabelecido levando-se em consideração as ligações que cada grupo tem com o turismo praticado nas áreas de estudo delimitadas. Os mesmos são responsáveis pela prática, execução, consumo e, também, sofrem influências diretas da atividade, logo, é de extrema importância conhecer a maneira como cada um se relaciona com as questões ambientais buscando, assim, desenvolver melhores estratégias educacionais que os conscientize para a necessidade da prática de um turismo mais sustentável.

Os questionários aplicados e as entrevistas livres levantaram informações quanto ao perfil socioeconômico e demográfico dos entrevistados, grau de sensibilidade para identificar impactos ambientais causados pelo turismo no ambiente visitado, a percepção ambiental dos mesmos (antropocêntrica, de indiferença ou apatia e percepção ecocêntrica), bem como serviu para avaliar suas atitudes, comportamentos e valores acerca de algumas práticas pró-ambientais.

6.1. PRAIA DO JACARÉ, CABEDELO - PB: PERFIL GERAL DOS GRUPOS ENTREVISTADOS

6.1.1. Perfil socioeconômico e demográfico

Analisou-se o perfil dos entrevistados quanto ao gênero, idade, grau de instrução, renda e, no caso dos turistas, seus estados de origem e procedência.

6.1.1.1. Sexo

Avaliando o gênero por categoria, verificaram-se as seguintes porcentagens: turistas (54,3% feminino e 45,7% masculino), moradores locais (68,4% feminino e 31,6% masculino), empresas/profissionais (47,2% feminino e 52,8% masculino), órgãos (43,5% feminino e 56,5% masculino). Estes dados estão demonstrados na tabela abaixo (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição dos entrevistados por sexo na Praia do Jacaré, Cabedelo – PB.

	Feminino		**Masculino**		**Total**
	*FA	**FR (%)	FA	FR (%)	FA
Turistas	44	**54,3**	37	45,7	81
Moradores	26	**68,4**	12	31,6	38
Emp/Prof	17	47,2	19	**52,8**	36
Órgãos	10	43,5	13	**56,5**	23
Total	97	53	81	47	178

*FA = frequência absoluta; **FR = frequência relativa.

6.1.1.2. Faixa etária

Considerando a faixa etária dos entrevistados de maneira geral, a classe com maior representação (40%) possuiu limites entre 31 e 40 anos.

Analisando esse parâmetro por grupos, observaram-se os seguintes números: turistas (faixa etária 31 a 40 anos corresponde a 43,2%), moradores (faixa etária 31 a 40 anos corresponde a 34,2%), empresas/profissionais (faixa etária 21 a 30 anos corresponde a 36,2%), órgãos (faixa etária 31 a 40 anos corresponde a 47,8%).

6.1.1.3. Grau de Instrução

Acerca dos dados levantados sobre o nível de escolaridade, puderam-se observar resultados variados de acordo com cada grupo entrevistado.

A maioria dos turistas (61,7%) declararam possuir ensino superior. Já entre os moradores locais, a maior parcela (correspondendo a 55,2%) informou possuir apenas o ensino fundamental. Com relação às empresas/profissionais do turismo, a maioria dos entrevistados (50,0%) afirmou possuir ensino médio. Entre os indivíduos pertencentes aos órgãos, 47,8% indicaram o ensino superior como seu nível escolar.

6.1.1.4. Renda mensal

De acordo com os dados levantados na pesquisa, o grupo dos turistas (43,2%) e o dos órgãos (47,8%) declararam, em sua maioria, que possuem renda mensal entre 4 e 5 salários mínimos. Por sua vez, o maior número de indivíduos do grupo dos moradores (44,7%) e empresas/profissionais da atividade turística (47,3%) revelaram possuir renda no intervalo entre 1 e 3 salários mínimos. Os resultados demográficos e o perfil socioeconômico dos entrevistados, divididos por grupos, estão expostos abaixo (Tabela 3).

Tabela 3 – Perfil socioeconômico dos entrevistados referentes a Paria do Jacaré, Cabedelo – PB.

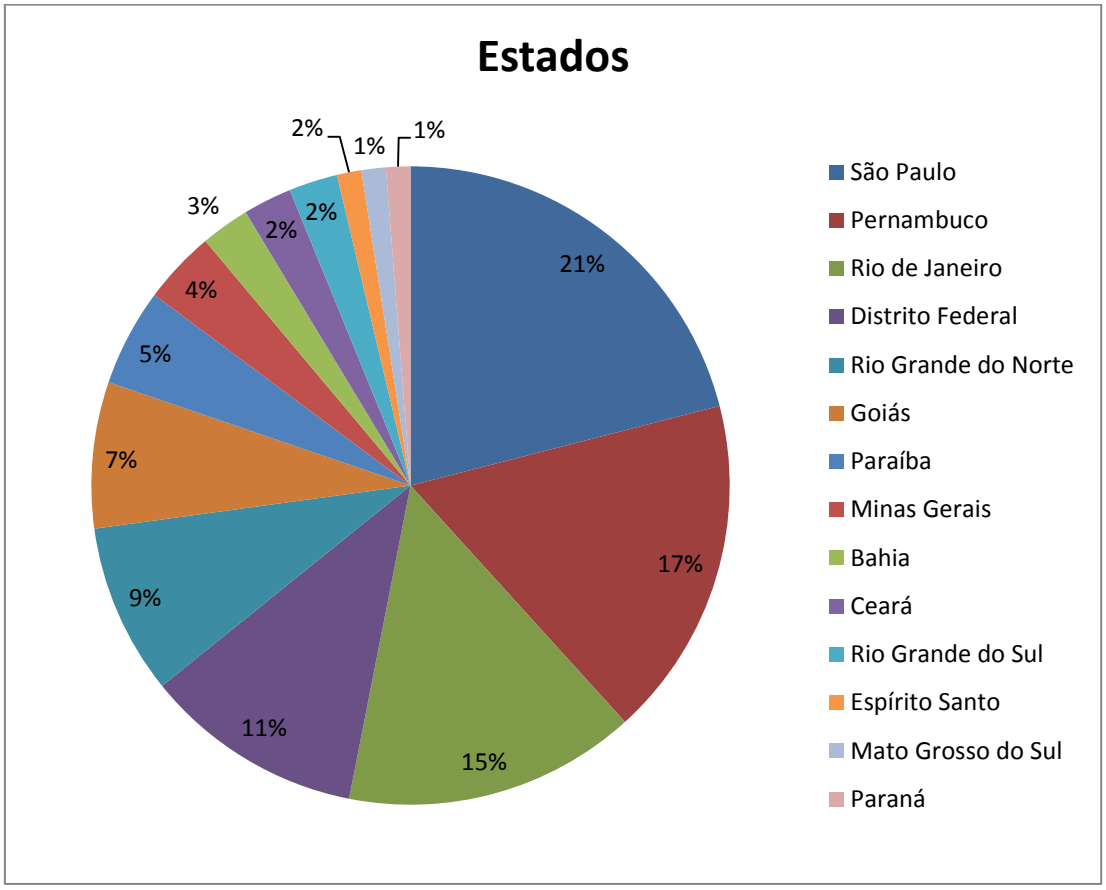
		Turistas		Moradores		Empresas/ Profissionais		Órgãos		Total	
		*FA	**FR (%)	FA	FR (%)	FA	FR (%)	FA	FR (%)	***FAT	****FRT (%)
Faixa Etária (idade)	15 a 20	4	4,9	0	0	7	19,4	0	0	11	6
	21 a 30	15	18,6	10	26,3	13	**36,2**	4	17,4	42	25
	31 a 40	35	**43,2**	13	**34,2**	12	33,2	11	**47,8**	71	40
	41 a 50	14	17,3	8	21,0	2	5,6	5	21,8	29	16
	Mais de 51	13	16,0	7	18,5	2	5,6	3	13,0	25	13
Grau de Instrução (escolaridade)	Nenhum	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ensino fundamental	0	0	21	**55,2**	11	30,6	0	0	32	21
	Ensino médio	14	17,4	16	42,1	18	**50,0**	3	13,0	51	31
	Ensino superior	50	**61,7**	1	2,7	7	19,4	11	**47,8**	69	33
	Pós-graduação	17	20,9	0	0	0	0	9	39,2	26	15
Renda Mensal (salário mínimo)	Até 1	1	1,3	15	39,4	12	33,4	0	0	28	18
	Entre 1 e 3	24	29,6	17	**44,7**	17	**47,3**	5	21,8	63	36
	Entre 4 e 5	35	**43,2**	2	5,4	5	13,8	11	**47,8**	53	28
	Mais de 5	18	22,2	0	0	2	5,5	7	30,4	27	14
	Nenhuma	3	3,7	4	10,5	0	0	0	0	7	4

*FA = frequência absoluta; **FR = frequência relativa; ***FAT = frequência absoluta total; *****FRT = frequência relativa total.

6.1.1.5. Origem dos turistas

A maior parcela dos turistas que visitaram a Praia do Jacaré durante os meses em que a pesquisa foi realizada foram oriundos do estado de São Paulo (20,98%), seguidos daqueles provenientes de Pernambuco (17,28%), Rio de Janeiro (14,81%), Distrito Federal (11,11%) e Rio Grande do Norte (8,64%). A lista com os demais estados de procedência dos turistas que visitaram esta zona costeira está demonstrada no gráfico abaixo (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Origem dos turistas que visitaram a Paria do Jacaré, Cabedelo – PB, durante a pesquisa.



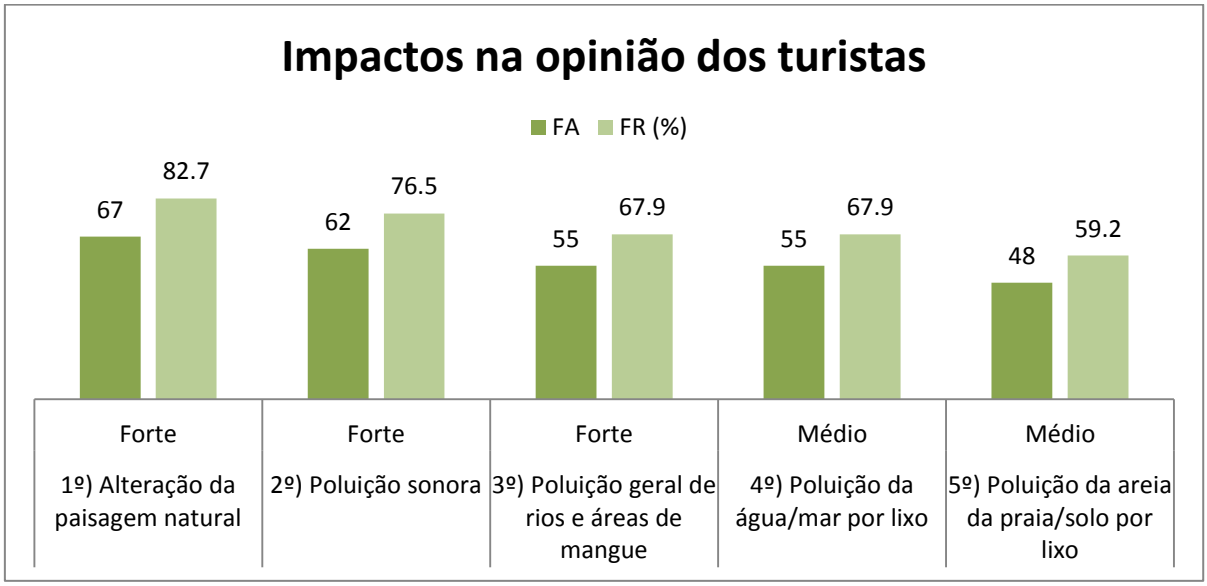
Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

6.1.2. Turismo e os impactos no meio ambiente (diagnóstico e caracterização)

Este item procurou demonstrar os principais impactos que foram percebidos e indicados pelos grupos de entrevistados na Praia do Jacaré. Vale ressaltar que apenas os cinco impactos mais relevantes dentro de cada categoria (aqueles que obtiveram uma maior porcentagem de indicação) foram considerados para a presente pesquisa.

Analisando por grupos, os turistas consideraram "Alteração da paisagem natural" como um impacto de grau forte mais relevante, com 82,7% das respostas. Em seguida, a "Poluição sonora" foi apontada com 76,5% das respostas, sendo considerada também uma intervenção de grau forte. O impacto "Poluição geral de rios e áreas de mangue" foi o terceiro mais indicado, com 67,9%, na opinião daqueles que visitaram o local (Gráfico 2).

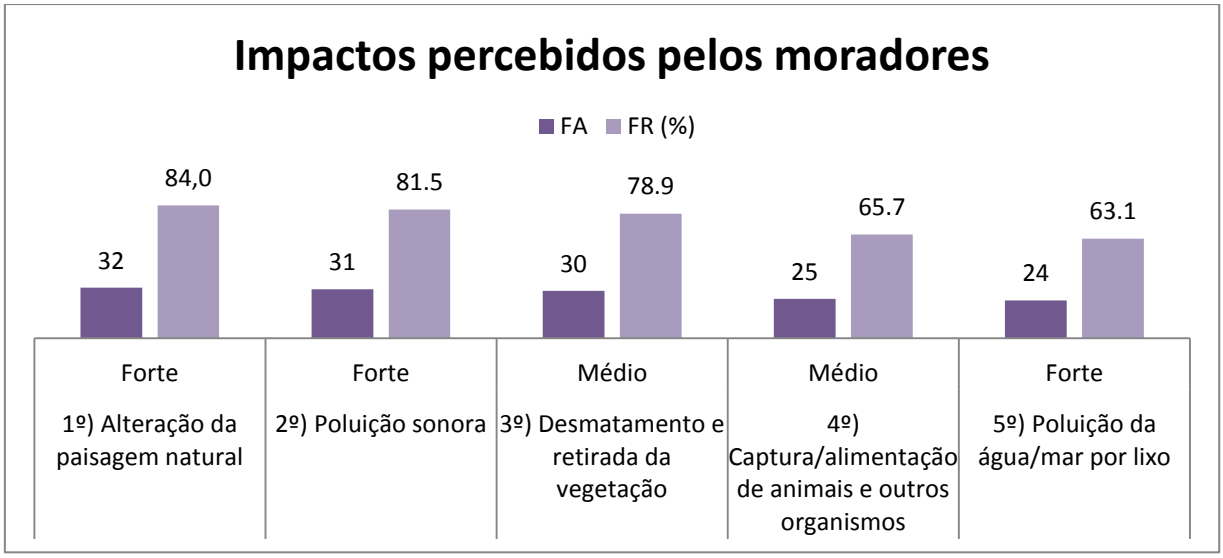
Gráfico 2 – Impactos apontados pelo grupo dos turistas na Praia do Jacaré, Cabedelo – PB.



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Por sua vez, os moradores da região elegeram "Alteração da paisagem natural" como um impacto de grau forte mais relevante, com 84,0% das respostas indicativas, seguido por "Poluição sonora", com 81,5% e também sendo considerado de grau forte. "Desmatamento e retirada da vegetação" figurou em terceiro lugar, como um impacto de grau médio recebendo 78,9% (Gráfico 3).

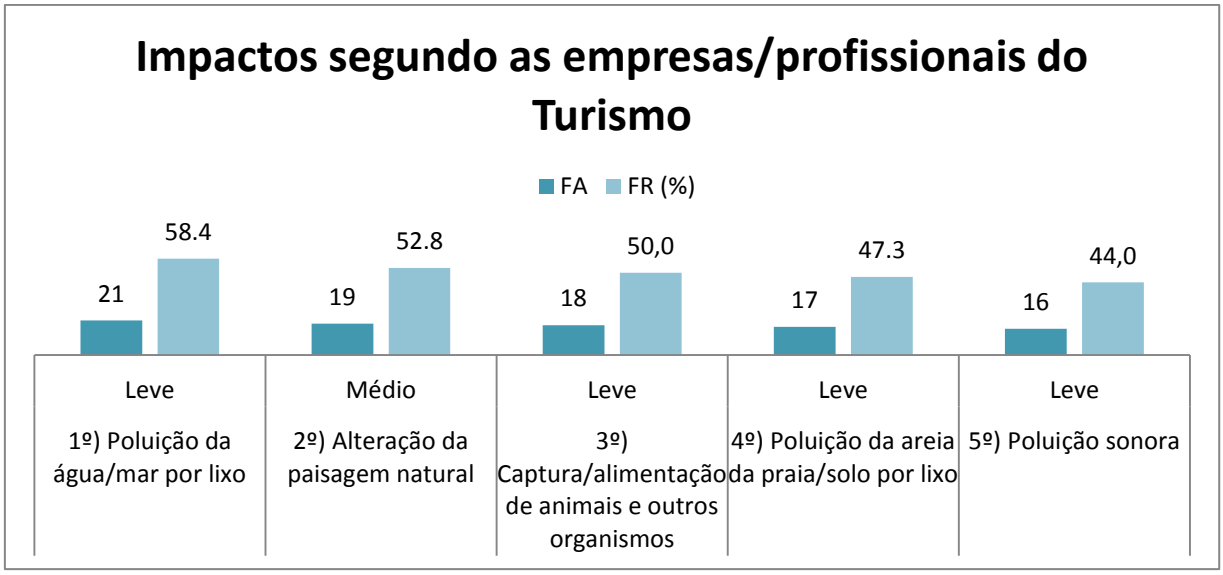
Gráfico 3 – Impactos apontados pelo grupo dos moradores da Praia do Jacaré, Cabedelo – PB.



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

No grupo das empresas/profissionais do turismo, o impacto considerado mais relevante foi "Poluição da água/mar por lixo", definido como grau leve com 58,4% das respostas. Em segundo lugar, figurou a "Alteração da paisagem natural", classificado como grau médio e recebendo 52,8% das indicações. O item "Captura/alimentação de animais e outros organismos", indicado como um impacto de grau leve, foi o terceiro mais percebido por este grupo, com 50,0% das respostas obtidas (Gráfico 4).

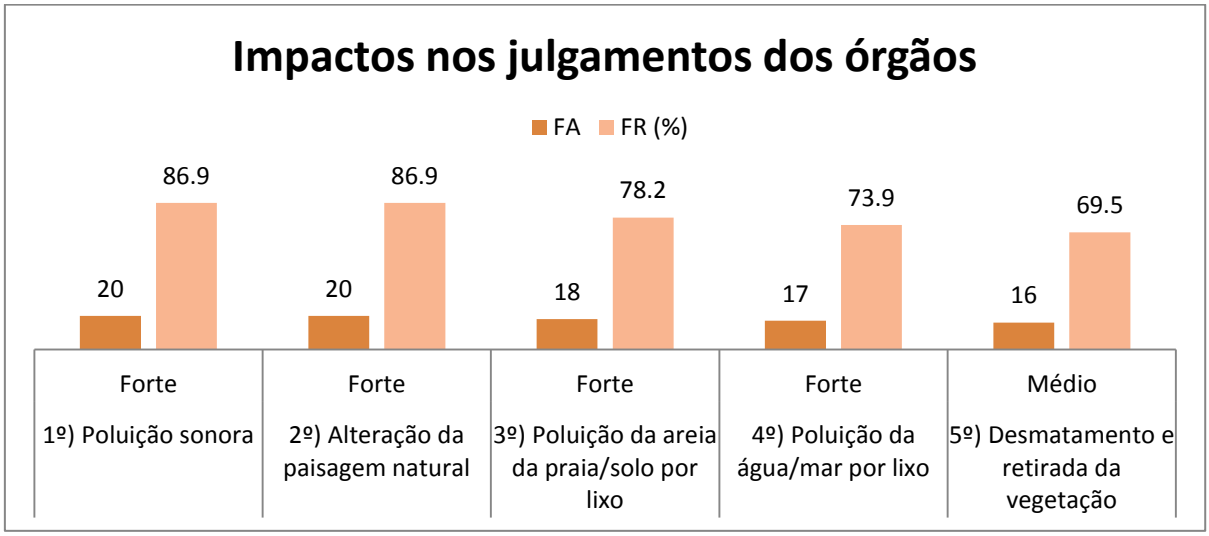
Gráfico 4 – Impactos apontados pelo grupo de empresas/profissionais da Praia do Jacaré, Cabedelo – PB.



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Na opinião daqueles que atuam nos órgãos ambientais e de turismo, responsáveis pela gestão da área pesquisada, os impactos mais relevantes advindos da atividade foram a "Poluição sonora" e a "Alteração da paisagem natural", ambos avaliados como grau forte e recebendo 86,9% das respostas. Em seguida, a "Poluição da areia/solo por lixo", também considerado como grau forte, obteve 78,2% das indicações dos entrevistados neste grupo (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Impactos apontados pelo grupo de órgãos da Praia do Jacaré, Cabedelo – PB.



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Os grupos foram questionados sobre o que acham que provoca estes impactos. Para os turistas (41,9%), a principal causa dos problemas de ordem ambiental ocasionados pelo turismo nesta localidade se deve a "Falta de leis e punições mais severas por parte do poder público". Os moradores (52,6%) apontaram o "Descaso político e a não fiscalização/proteção". Já para a maioria das empresas/profissionais (47,3%) e dos órgãos (52,1%), o que ocasiona estes impactos é a "Falta de educação e conscientização ambiental de turistas e moradores" (Tabela 4).

Em seguida, a pesquisa questionou os grupos sobre qual a melhor alternativa para minimizar os impactos da atividade na Praia do Jacaré. Para os moradores (47,3%), a "Participação mais atuante dos órgãos e a criação de melhores políticas públicas" seria a escolha mais eficaz. As empresas/profissionais (36,2%) apontaram "Educar ambientalmente turistas, moradores e todos que praticam e lidam com a atividade" como opção para a problemática. Já para a maioria do grupo dos turistas (38,2%) e dos órgãos (39,1%), o item "Promover mais campanhas de conscientização ambiental" desponta como o mais viável (Tabela 5).

Tabela 4 – Opinião dos grupos entrevistados sobre as prováveis causas dos impactos provocados pelo turismo na Praia do Jacaré, Cabedelo – PB.

O que você acha que provoca estes impactos?	Turistas		Moradores		Empresas /profissionais		Órgãos		Total	
	*FA	**FR (%)	FA	FR (%)	FA	FR (%)	FA	FR (%)	***FAT	****FRT (%)
A – Falta de educação e conscientização ambiental por parte dos turistas e moradores locais	3	3,8	4	10,6	17	**47,3**	12	**52,1**	36	28
B – Falta de capacitação e preparo das empresas e profissionais que atuam na área	11	13,6	4	10,6	1	2,9	4	17,4	20	11
C – Descaso político: órgãos responsáveis pelo turismo e meio ambiente não promovem a fiscalização e proteção necessárias	33	40,7	20	**52,6**	12	33,0	0	0	86	**32**
D – Falta de leis e punições mais severas, por parte do Poder Público, para aqueles que degradam o meio ambiente	34	**41,9**	10	26,2	6	16,8	7	30,5	57	29
E – Outro motivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

*FA = frequência absoluta; **FR = frequência relativa; ***FAT = frequência absoluta total; *****FRT = frequência relativa total.

Tabela 5 – Opinião dos grupos sobre as possíveis alternativas que buscam minimizar os impactos causados pelo turismo na Praia do Jacaré, Cabedelo – PB.

Na sua opinião, qual seria a melhor alternativa para minimizar os impactos causados pela atividade turística no meio ambiente?	Turistas		Moradores		Empresas /profissionais		Órgãos		Total	
	*FA	**FR (%)	FA	FR (%)	FA	FR (%)	FA	FR (%)	***FAT	****FRT (%)
A – Capacitar empresas/profissionais que trabalham diretamente com o turismo	5	6,1	1	2,7	1	2,9	2	8,7	9	6
B – Aplicar multas e penalidades aquelas pessoas que degradam e impactam o meio ambiente	10	12,4	6	15,8	12	33,0	2	8,7	30	17
C – Educar ambientalmente turistas, moradores locais e todos que praticam e lidam com a atividade turística	12	14,9	4	10,5	13	**36,2**	7	30,4	36	23
D – Promover mais campanhas de conscientização ambiental e para a prática de um turismo sustentável	31	**38,2**	9	23,7	4	11,2	9	**39,1**	53	**28**
E – Participação mais atuante dos órgãos responsáveis e investir em melhores políticas públicas	23	28,4	18	**47,3**	6	16,7	3	13,1	50	26
F – Outra alternativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

*FA = frequência absoluta; **FR = frequência relativa; ***FAT = frequência absoluta total; *****FRT = frequência relativa total.

Figura 4 – Lixo na Praia do Jacaré, Cabedelo – PB.

Foto: Michel Robinson, 2013.

Figura 5 – Alguns resíduos encontrados nas imediações da Praia do Jacaré, Cabedelo – PB.

Foto: Michel Robinson, 2013.

6.1.3. Práticas Ambientais

Nesta parte do questionário, foram avaliadas as opiniões dos grupos entrevistados acerca da importância de algumas questões ambientais. Este item serviu também para revelar quais as atitudes e comportamentos que os mesmos possuem no trato com o meio ambiente.

De início, os indivíduos foram incitados a opinarem sobre qual fator consideram o mais importante: o desenvolvimento do turismo ou a preservação dos recursos naturais. Os resultados estão descritos abaixo (Tabela 6).

Tabela 6 – Opinião dos grupos quanto à relação turismo x preservação dos recursos naturais.

1. Você acha que o desenvolvimento do turismo é mais importante que a preservação dos recursos naturais?	Turistas	Moradores	Empresas /profissionais	Órgãos
	(%)	(%)	(%)	(%)
Sim	2,5	13,2	**44,0**	0
Não	**85,1**	42,1	13,9	**95,6**
Sem opinião	12,4	**44,7**	42,1	4,4

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Em seguida, os entrevistados foram questionados quanto a sua disposição e interesse em participar de alguma atividade que busque melhorar o meio ambiente e o turismo local (Tabela 7).

Tabela 7 – Opinião dos grupos quanto à disponibilidade em melhorar o meio ambiente local.

2. Você estaria disposto a participar de alguma atividade para melhorar o meio ambiente e o turismo local?	Turistas	Moradores	Empresas /profissionais	Órgãos
	(%)	(%)	(%)	(%)
Sim	**71,6**	**60,5**	**75,0**	**82,6**
Não	6,1	2,7	5,6	0
Sem opinião	22,3	36,8	19,4	17,4

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Mais adiante, os grupos foram levados a responderem se economizam, ou não, recursos como a água e energia elétrica em suas residências e também quando viajam para outros lugares (Tabela 8).

Tabela 8 – Opinião dos grupos quanto à economia (ou não) de água e energia.

3. Você economiza água e energia elétrica em sua residência e em outros lugares quando viaja?		Turistas	Moradores	Empresas /profissionais	Órgãos
		(%)	(%)	(%)	(%)
Sim	Para economizar dinheiro	34,6	**65,7**	**50,0**	21,7
	Poupar para as gerações futuras	**56,7**	18,5	22,3	**73,9**
	Não sei exatamente o porquê	4,9	5,3	13,8	0
	Outro motivo	0	0	0	0
Não	Existe em abundância e não é preciso poupar	0	2,7	2,7	0
	Gastar água e energia custa pouco	0	0	0	0
	Não sei exatamente o porquê	3,8	7,8	11,2	4,4
	Outro motivo	0	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Por fim, os atores (público alvo da pesquisa) indicaram se costumam separar o lixo em suas casas e, também, quando viajam (Tabela 9).

Tabela 9 – Opinião dos grupos quanto à separação (ou não) do lixo.

4. Você costuma separar o lixo na sua casa e em outros locais quando viaja?		Turistas	Moradores	Empresas /profissionais	Órgãos
		(%)	(%)	(%)	(%)
Sim	É melhor para o meio ambiente	**46,9**	13,2	19,4	**73,9**
	Para doar/vender alguns materiais	38,2	34,3	30,6	21,8
	Outro motivo	1,3	2,8	0	4,3
Não	Não sei como fazer a separação	12,4	**44,7**	**50,0**	0
	Não acho necessário	1,2	5,0	0	0
	Outro motivo	0	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

A opção “Outro motivo”, no item “Sim”, apresentou respostas como “higiene” e “reciclagem”.

6.1.4. Percepção Ambiental

Na análise da percepção ambiental dos grupos da Praia do Jacaré, as médias foram calculadas dentro das três dimensões, visando um melhor detalhamento acerca das respostas obtidas através dos questionários.

Os resultados podem ser observados na Tabela 10, que demonstra as médias individuais de cada indicador e os escores médios (pontuações) dos cinco indicadores que compõem cada dimensão.

Tabela 10 – Média dos indicadores (individual e por dimensão) para cada grupo da Praia do Jacaré, Cabedelo – PB.

Indicadores	Grupos			
	Turistas	Moradores	Empresas/ profissionais	Órgãos
	Média	Média	Média	Média
Dimensão Antropocêntrica				
Indicador I1	2,38	1,68	3,5	3,91
Indicador I2	1,81	1,55	2,69	3,52
Indicador I3	1,85	2	3,67	4,78
Indicador I4	1,72	1,92	3,47	4,73
Indicador I5	1,79	1,34	2,92	3,69
Escore Médio	**1,91**	**1,69**	**3,25**	**4,12**
Dimensão de Indiferença				
Indicador I6	2,20	1,60	1,58	4,39
Indicador I7	3,12	1,73	1,86	4,73
Indicador I8	2,76	1,97	1,97	4,86
Indicador I9	2,93	2,73	1,23	4
Indicador I10	2,67	2,10	1,52	4,82
Escore Médio	**2,73**	**2,02**	**1,63**	**4,56**
Dimensão Ecocêntrica				
Indicador I11	3,98	2,97	2,67	1
Indicador I12	3,30	4,07	3,56	1,30
Indicador I13	2,91	2,42	2,80	1,47
Indicador I14	2,93	2,92	2,86	1,65
Indicador I15	3,25	3,47	3,62	1,60
Escore Médio	**3,27**	**3,17**	**3,10**	**1,40**

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

6.1.4.1. Percepção dos turistas

Analisando os escores médios do grupo dos turistas, pôde-se observar: média de **1,91** para a dimensão antropocêntrica, valor indicando que os mesmos estão situados entre concordar totalmente e concordar em parte; **2,73** para a de indiferença (entre "concordo em parte" e "não concordo e nem discordo") e **3,27** para a ecocêntrica ("não concordo e nem discordo"). Logo, conclui-se que os indivíduos deste grupo possuem uma percepção ANTROPOCÊNTRICA.

6.1.4.2. Percepção dos moradores

O grupo dos moradores, por sua vez, apresentou os seguintes dados médios: **1,69** para a dimensão antropocêntrica (entre "concordo totalmente" e "concordo em parte"); **2,02** para a dimensão de indiferença ("concordo em parte") e **3,17** para a ecocêntrica ("não concordo e nem discordo"). Dessa forma, entende-se que estes atores caracterizam-se como ANTROPOCÊNTRICOS.

6.1.4.3. Percepção das empresas/profissionais

As médias do grupo das empresas/profissionais foram: **3,25** para a dimensão antropocêntrica ("não concordo e nem discordo"); **1,63** para a de indiferença (valor entre "concordo totalmente" e "concordo em parte") e **3,10** para a ecocêntrica, o que significa que estas pessoas não concordam e nem discordam desta última dimensão. Diante disto, o grupo em questão se mostrou INDIFERENTE.

6.1.4.4. Percepção dos órgãos

Finalmente, para o grupo daqueles que pertencem aos órgãos ambientais e turísticos, os escores médios obtidos foram: **4,12** para a dimensão antropocêntrica ("não concordo em parte"); **4,56** para a dimensão de indiferença (entre "não concordo em parte" e "não concordo totalmente") e **1,40** para a ecocêntrica ("concordo totalmente"). Portanto, pode-se concluir que estes indivíduos são prioritariamente ECOCÊNTRICOS.

6.2. AREIA VERMELHA, CABEDELO - PB: PERFIL GERAL DOS GRUPOS ENTREVISTADOS

6.2.1. Perfil socioeconômico e demográfico

Fatores como gênero, idade, grau de instrução, renda mensal e os estados de precedência dos turistas que frequentam o Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha foram analisados.

6.2.1.1. Sexo

Avaliando o quesito gênero por grupo, a pesquisa identificou os seguintes números: turistas (60,2% feminino e 39,8% masculino), moradores (64,5% feminino e 35,5% masculino), empresas/profissionais do turismo (48,5% feminino e 51,5% masculino) e órgãos (45,9% feminino e 54,1% masculino). Estas informações estão descritas na tabela abaixo (Tabela 11).

Tabela 11 – Distribuição dos entrevistados por sexo em Areia Vermelha, Cabedelo – PB.

	Feminino		Masculino		Total
	*FA	**FR (%)	FA	FR (%)	FA
Turistas	44	**60,2**	29	39,8	73
Moradores	20	**64,5**	11	35,5	31
Emp/Prof	16	48,5	17	**51,5**	33
Órgãos	11	45,9	13	**54,1**	24
Total	91	55	70	45	161

*FA = frequência absoluta; **FR = frequência relativa.

6.2.1.2. Faixa etária

A faixa etária com maior representação no grupo dos turistas e das empresas/profissionais é a que possui limites entre 21 e 30 anos, correspondendo a 34,2% e a 39,3% respectivamente. Já para os grupos dos moradores e órgãos ambientais/turísticos, a classe mais representativa tem limites entre 31 e 40 anos, que por sua vez corresponde a 35,4% e a 37,5%, respectivamente.

6.2.1.3. Grau de instrução

Acerca do nível de escolaridade indicado pelos grupos entrevistados, puderam-se observar os seguintes resultados: o maior número dos turistas (42,4%) e das pessoas que trabalham nos órgãos (50,0%) indicaram que possuem ensino superior. Por sua vez, a maior parte do grupo dos moradores (41,9%) e das empresas/profissionais (42,4%) afirmaram ter o ensino médio como nível de instrução.

6.2.1.4. Renda mensal

Segundo os dados coletados pela pesquisa sobre a renda mensal dos atores entrevistados, o maior número do grupo dos turistas (41,0%) e o dos órgãos (37,5%) informaram possuir rendimento mensal na faixa entre 4 e 5 salários mínimos. Com relação ao grupo dos moradores locais e das empresas/profissionais da atividade, a renda mensal mais indicada é a localizada na faixa entre 1 e 3 salários mínimos, com valores de 41,9% e 39,3% respectivamente.

A tabela abaixo demonstra um panorama geral dos dados demográficos e do perfil socioeconômico referentes aos grupos entrevistados dentro desta área de estudo (Tabela 12).

Tabela 12 - Perfil socioeconômico dos entrevistados referentes ao Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha, Cabedelo – PB.

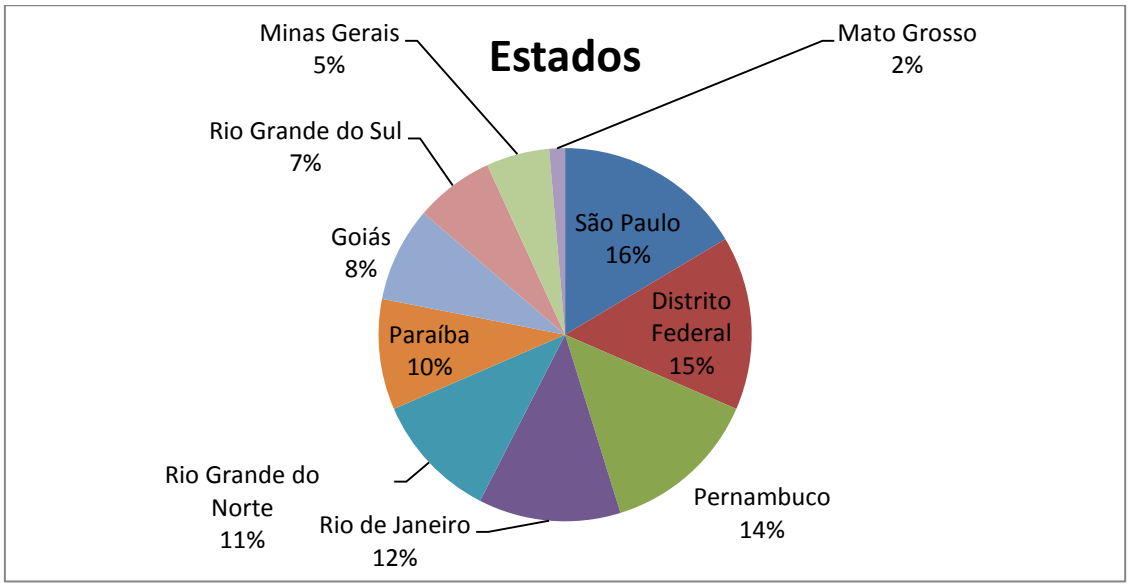
		Turistas		Moradores		Empresas/ Profissionais		Órgãos		Total	
		*FA	**FR (%)	FA	FR (%)	FA	FR (%)	FA	FR (%)	***FAT	****FRT (%)
Faixa Etária (idade)	15 a 20	13	17,9	0	0	0	0	0	0	13	5
	21 a 30	25	**34,2**	7	22,5	13	**39,3**	7	29,2	52	31
	31 a 40	18	24,7	11	**35,4**	10	30,4	9	**37,5**	48	32
	41 a 50	10	13,6	8	25,9	9	27,3	5	20,8	32	22
	Mais de 51	7	9,6	5	16,2	1	3,0	3	12,5	16	10
Grau de Instrução (escolaridade)	Nenhum	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ensino fundamental	0	0	10	32,2	8	24,2	0	0	18	18
	Ensino médio	19	26,0	13	**41,9**	14	**42,4**	4	16,7	50	40
	Ensino superior	31	**42,4**	8	25,8	11	33,4	12	**50,0**	62	34
	Pós-graduação	23	31,6	0	0	0	0	8	33,3	31	8
Renda Mensal (salário mínimo)	Até 1	1	1,4	9	29,1	11	33,4	2	8,4	23	18
	Entre 1 e 3	23	31,6	13	**41,9**	13	**39,3**	7	29,1	56	35
	Entre 4 e 5	30	**41,0**	7	22,6	8	24,2	9	**37,5**	54	31
	Mais de 5	18	24,7	0	0	1	3,1	6	25,0	25	13
	Nenhuma	1	1,3	2	6,4	0	0	0	0	3	3

*FA = frequência absoluta; **FR = frequência relativa; ***FAT = frequência absoluta total; *****FRT = frequência relativa total.

6.2.1.5. Origem dos turistas

A maioria dos turistas que visitaram Areia Vermelha durante o período em que a pesquisa foi realizada foi proveniente do estado de São Paulo, correspondendo a 16,4% do total dos valores obtidos, seguido pelo Distrito Federal, com 15,0%, e pelos estados de Pernambuco (13,6%), Rio de Janeiro (12,3%) e Rio Grande do Norte (10,9%). A relação com os demais estados de procedência dos visitantes encontra-se no gráfico abaixo (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Origem dos turistas que visitaram Areia Vermelha, Cabedelo – PB, durante a pesquisa.



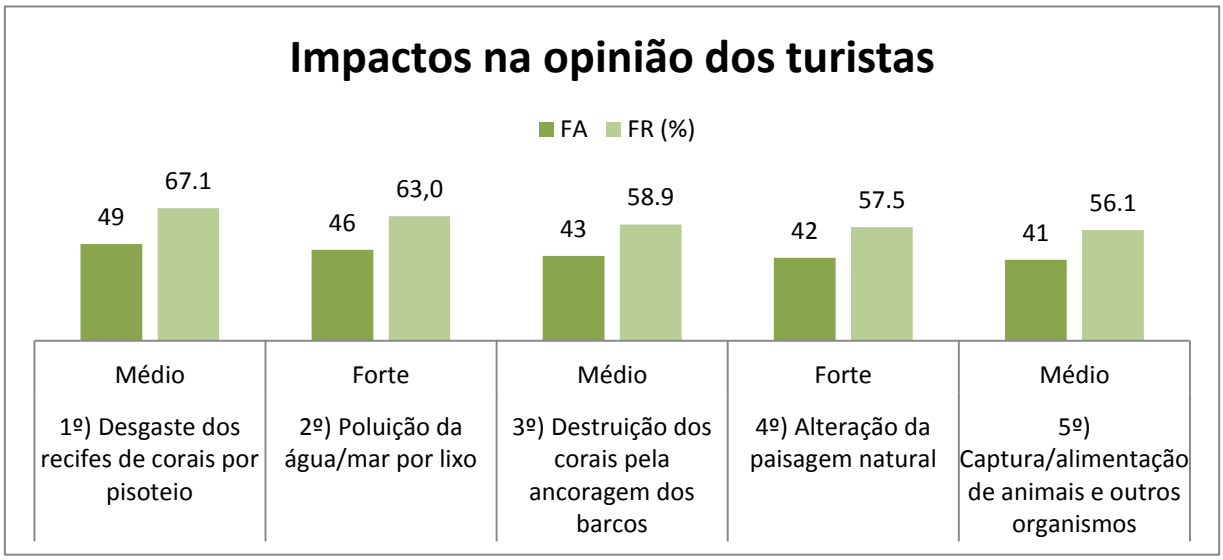
Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

6.2.2. Turismo e os impactos no meio ambiente (diagnóstico e caracterização)

Identificou-se os principais impactos ambientais em Areia Vermelha segundo o julgamento, análise crítica e ponto de vista dos grupos entrevistados. Apenas as cinco indicações mais relevantes dentro de cada categoria (aquelas que obtiveram uma maior porcentagem) foram consideradas para os resultados da pesquisa.

Para os turistas, o "Desgaste dos recifes de corais por pisoteio", classificado como grau médio, foi o impacto citado com maior frequência, com 67,1% das respostas. O item "Poluição da água/mar por lixo", considerado como grau forte, veio em seguida, sendo apontado com 63,0% das indicações. A intervenção "Destruição dos corais pela ancoragem dos barcos", com grau médio, foi a terceira mais apontada, com 58,9%, na opinião dos visitantes que estiveram no local (Gráfico 7).

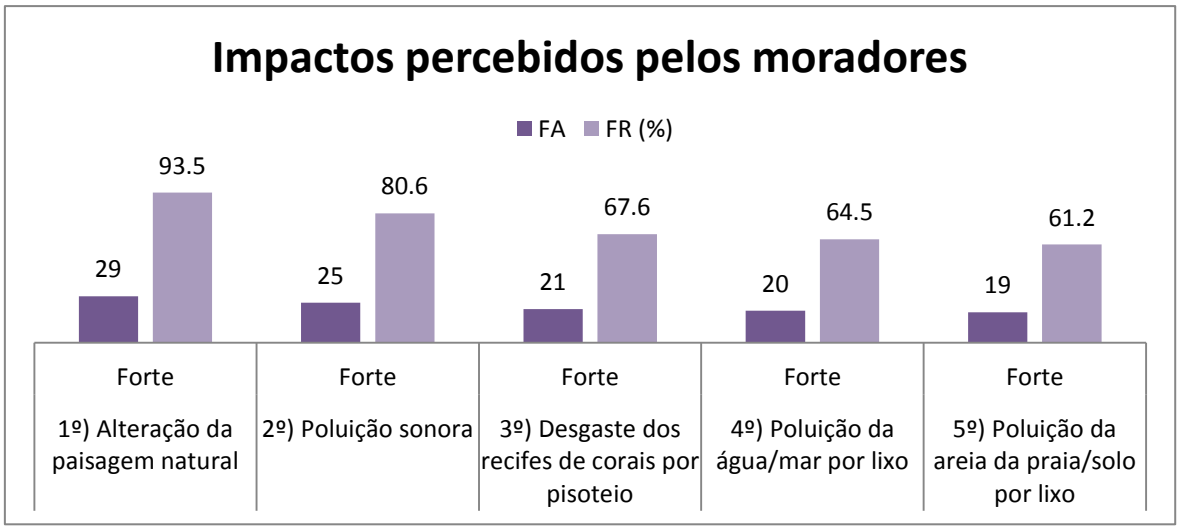
Gráfico 7 – Impactos apontados pelo grupo dos turistas em Areia Vermelha, Cabedelo - PB.



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Para o grupo daqueles que moram no entorno da área, o item "Alteração da paisagem natural", classificado como grau forte, foi o mais indicado, com um total de 93,5% das respostas. O impacto "Poluição sonora", qualificado como grau forte, recebeu 80,6% das indicações seguido pelo "Desgaste dos recifes de corais por pisoteio", considerado grau forte e eleito com 67,6% (Gráfico 8).

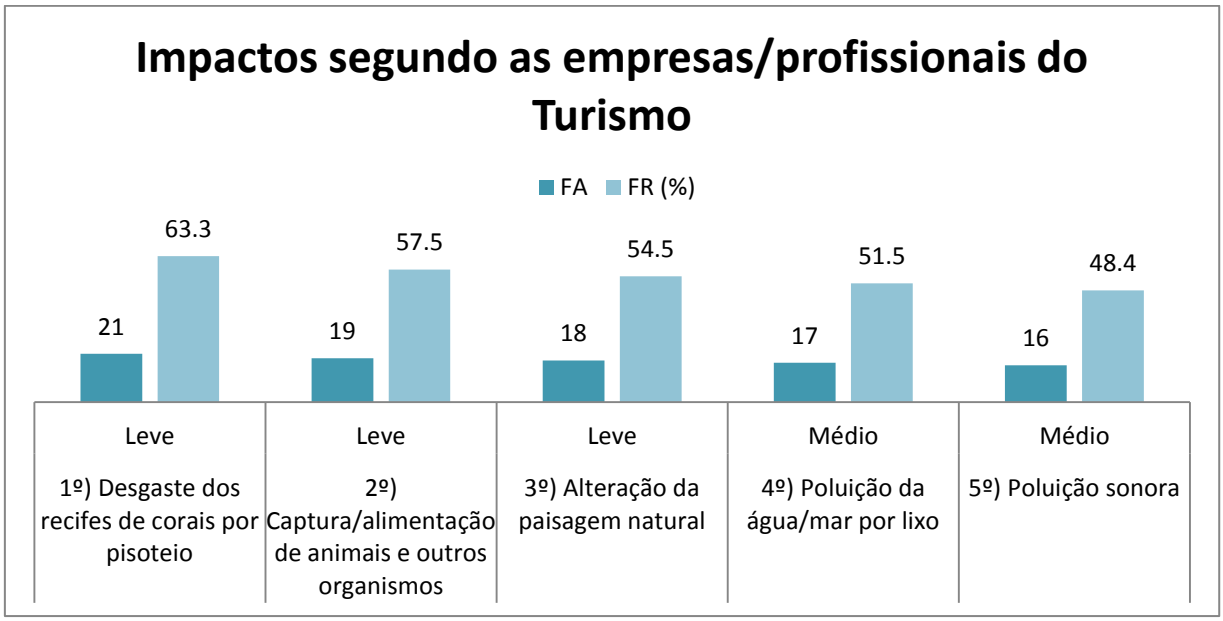
Gráfico 8 – Impactos apontados por aqueles que moram no entorno de Areia Vermelha, Cabedelo – PB.



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Os indivíduos que compõem o grupo das empresas/profissionais da atividade turística consideraram o item “Desgaste dos recifes de corais por pisoteio”, classificado como grau leve, como o impacto mais relevante (em termos percentuais), obtendo 63,3% do total dos dados. Em seguida, a “Captura/alimentação de animais e outros organismos” e a “Alteração da paisagem natural”, ambas apontadas como grau leve, receberam 57,5% e 54,5% das indicações respectivamente (Gráfico 9).

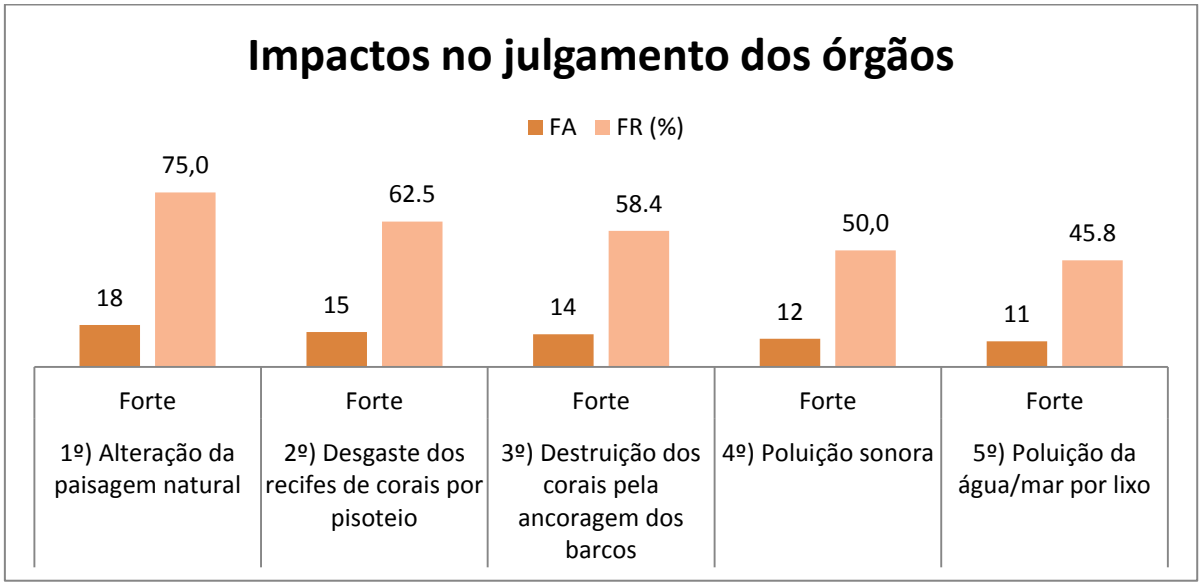
Gráfico 9 – Impactos apontados pelo grupo das empresas/profissionais que atuam em Areia Vermelha, Cabedelo – PB.



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Por sua vez, na opinião daqueles que fazem parte do grupo dos órgãos que administram e fiscalizam a área estudada, o impacto “Alteração da paisagem natural” é o mais acentuado, sendo classificado como grau forte e recebendo 75,0% do total de indicações. Já os itens “Desgaste dos recifes de corais por pisoteio”, grau forte, com 62,5% e “Destruição dos corais pela ancoragem dos barcos”, grau forte e com 58,4%, figuraram na segunda e terceira posições, segundo os mesmos (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Impactos apontados pelos órgãos que atuam em Areia Vermelha, Cabedelo – PB.



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Quando perguntados sobre o que acham que provoca estes impactos, a maior parcela do grupo dos turistas (52,0%) e dos moradores (54,8%) afirmaram que o "Descaso político e não fiscalização/proteção por parte dos órgãos responsáveis" é o principal fator que contribui para a problemática. Para a maioria do grupo das empresas/profissionais (45,4%), a "Falta de leis e punições mais severas por parte do poder público" se constitui como a causa básica destes impactos. Por sua vez, na opinião dos órgãos (66,7%), a "Falta de educação e conscientização ambiental dos turistas e moradores" figura como o motivo basal (Tabela 13).

Indagados sobre qual seria a melhor opção para contornar e solucionar esta situação dos impactos, os turistas (45,2%) indicaram que a "Participação mais atuante dos órgãos e o investimento em melhores políticas públicas" seria a alternativa mais eficaz. Para os moradores (64,5%), "Promover mais campanhas de conscientização para a prática de um turismo sustentável" solucionaria a condição, enquanto que para o grupo das empesas/profissionais (48,4%) e para o dos órgãos (50,0%), a opção mais contundente é "Educar ambientalmente turistas, moradores e todos que praticam e lidam com a atividade" (Tabela 14).

Tabela 13 – Opinião dos grupos sobre as prováveis causas dos impactos provocados pelo turismo em Areia Vermelha, Cabedelo – PB.

O que você acha que provoca estes impactos?	Turistas		Moradores		Empresas /profissionais		Órgãos		Total	
	*FA	**FR (%)	FA	FR (%)	FA	FR (%)	FA	FR (%)	***FAT	****FRT (%)
A – Falta de educação e conscientização ambiental por parte dos turistas e moradores locais	1	1,2	3	9,7	11	33,4	16	**66,7**	31	27
B – Falta de capacitação e preparo das empresas e profissionais que atuam na área	14	19,6	3	9,7	3	9,1	2	8,3	22	12
C – Descaso político: órgãos responsáveis pelo turismo e meio ambiente não promovem a fiscalização e proteção necessárias	38	**52,0**	17	**54,8**	3	9,1	2	8,3	60	**31**
D – Falta de leis e punições mais severas, por parte do Poder Público, para aqueles que degradam o meio ambiente	20	27,2	8	25,8	15	**45,4**	4	16,7	47	29
E – Outro motivo	0	0	0	0	1	3,0	0	0	1	1

*FA = frequência absoluta; **FR = frequência relativa; ***FAT = frequência absoluta total; *****FRT = frequência relativa total.

Tabela 14 – Opinião dos grupos sobre as possíveis alternativas que buscam minimizar os impactos causados pelo turismo em Areia Vermelha, Cabedelo – PB.

Na sua opinião, qual seria a melhor alternativa para minimizar os impactos causados pela atividade turística no meio ambiente?	Turistas		Moradores		Empresas /profissionais		Órgãos		Total	
	*FA	**FR (%)	FA	FR (%)	FA	FR (%)	FA	FR (%)	***FAT	****FRT (%)
A – Capacitar empresas/profissionais que trabalham diretamente com o turismo	4	5,4	1	3,3	2	6,1	2	8,4	9	6
B – Aplicar multas e penalidades aquelas pessoas que degradam e impactam o meio ambiente	7	9,6	3	9,6	2	6,1	0	0	12	6
C – Educar ambientalmente turistas, moradores locais e todos que praticam e lidam com a atividade turística	9	12,4	1	3,3	16	**48,4**	12	**50,0**	38	29
D – Promover mais campanhas de conscientização ambiental e para a prática de um turismo sustentável	20	27,4	20	**64,5**	9	27,3	7	29,1	56	**37**
E – Participação mais atuante dos órgãos responsáveis e investir em melhores políticas públicas	33	**45,2**	6	19,3	4	12,1	3	12,5	46	22
F – Outra alternativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

*FA = frequência absoluta; **FR = frequência relativa; ***FAT = frequência absoluta total; *****FRT = frequência relativa total.

Figura 6: Resíduos encontrados em Areia Vermelha, Cabedelo – PB.

Foto: Michel Robinson, 2013.

Figura 7: Embarcação irregular e com possível derramamento de óleo.

Foto: Michel Robinson, 2013.

Figura 8: Fiscalização presente no local no dia da visita.

Foto: Michel Robinson, 2013.

6.2.3. Práticas Ambientais

Os grupos entrevistados foram questionados acerca da importância da atividade turística e da conservação dos recursos naturais (Tabela 15).

Tabela 15 – Opinião dos grupos quanto à relação turismo x preservação dos recursos naturais.

1. Você acha que o desenvolvimento do turismo é mais importante que a preservação dos recursos naturais?	Turistas	Moradores	Empresas /profissionais	Órgãos
	(%)	(%)	(%)	(%)
Sim	23,4	16,2	33,4	4,2
Não	26,0	29,0	21,2	**75,0**
Sem opinião	**50,6**	**54,8**	**45,4**	20,8

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Posteriormente, os mesmos foram incitados a responderem se estariam dispostos a participar de algum tipo de atividade que busque melhorar o turismo e o trato com o meio ambiente (Tabela 15).

Tabela 16 – Opinião dos grupos quanto à disponibilidade em melhorar o meio ambiente local.

2. Você estaria disposto a participar de alguma atividade para melhorar o meio ambiente e o turismo local?	Turistas	Moradores	Empresas /profissionais	Órgãos
	(%)	(%)	(%)	(%)
Sim	**80,8**	**87,0**	**75,7**	**91,7**
Não	4,2	3,3	9,0	0
Sem opinião	15,0	9,7	15,3	8,3

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Em seguida, a pesquisa quis saber se os indivíduos pertencentes aos grupos selecionados economizam, ou não, água e energia elétrica em suas casas e também quando viajam (Tabela 17).

Tabela 17 – Opinião dos grupos quanto à economia (ou não) de água e energia.

3. Você economiza água e energia elétrica em sua residência e em outros lugares quando viaja?		Turistas	Moradores	Empresas /profissionais	Órgãos
		(%)	(%)	(%)	(%)
Sim	Para economizar dinheiro	**43,8**	**64,5**	**66,7**	25,0
	Poupar para as gerações futuras	36,9	29,1	24,3	**75,0**
	Não sei exatamente o porquê	6,8	3,2	6,0	0
	Outro motivo	0	0	0	0
Não	Existe em abundância e não é preciso poupar	0	0	0	0
	Gastar água e energia custa pouco	4,2	0	0	0
	Não sei exatamente o porquê	8,3	3,2	3,0	0
	Outro motivo	0	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Finalmente, os grupos responderam sobre o manejo do lixo domiciliar e também dos resíduos gerados enquanto viajam (Tabela 18).

Tabela 18 – Opinião dos grupos quanto à separação (ou não) do lixo.

4. Você costuma separar o lixo na sua casa e em outros locais quando viaja?		Turistas	Moradores	Empresas /profissionais	Órgãos
		(%)	(%)	(%)	(%)
Sim	É melhor para o meio ambiente	**34,2**	35,4	21,2	**70,8**
	Para doar/vender alguns materiais	32,9	25,9	30,3	8,4
	Outro motivo	1,4	0	0	0
Não	Não sei como fazer a separação	28,7	**38,7**	**42,4**	12,4
	Não acho necessário	2,8	0	6,1	0
	Outro motivo	0	0	0	8,4

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Na opção “Outro motivo” do item “Sim” surgiram alternativas como “limpeza” e “assepsia” e na mesma opção do item “Não” apareceram questões como “não há local adequado para armazenar os resíduos”.

6.2.4. Percepção Ambiental

Para avaliar melhor a percepção ambiental dos grupos correspondentes a zona de Areia Vermelha, assim como foi feito para a análise na Praia do Jacaré, também foram calculadas as médias individuais de cada indicador e os escores médios das três dimensões. Os valores podem ser observados abaixo (Tabela 19).

Tabela 19 – Média dos indicadores (individual e por dimensão) para cada grupo de Areia Vermelha, Cabedelo – PB.

Indicadores	Grupos			
	Turistas	Moradores	Empresas/ profissionais	Órgãos
	Média	Média	Média	Média
Dimensão Antropocêntrica				
Indicador I1	1,34	4,25	1,28	4,08
Indicador I2	1,75	4,35	1,49	4,5
Indicador I3	2,10	4,03	1,67	4,17
Indicador I4	2,02	3,87	1,73	4,20
Indicador I5	1,71	4	2,13	4
Escore Médio	**1,78**	**4,1**	**1,66**	**4,19**
Dimensão de Indiferença				
Indicador I6	3,41	1,41	4,25	4,20
Indicador I7	3,17	1,38	4,37	5
Indicador I8	2,30	1,80	4,07	4,62
Indicador I9	3,13	1,19	3,79	3,87
Indicador I10	3,64	1,70	3,49	4,70
Escore Médio	**3,13**	**1,49**	**3,99**	**4,47**
Dimensão Ecocêntrica				
Indicador I11	4,10	3,48	3,91	1,04
Indicador I12	4,43	3,61	4,19	1,08
Indicador I13	4,06	3,32	4,61	1,67
Indicador I14	3,35	2,45	4,46	1,70
Indicador I15	4,32	3,38	3,94	1,87
Escore Médio	**4,05**	**3,24**	**4,22**	**1,47**

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

6.2.4.1. Percepção dos turistas

No grupo destes indivíduos, os escores médios obtidos em cada dimensão foram: **1,78** para a antropocêntrica (entre "concordo totalmente" e "concordo em parte"); **3,13** para a de indiferença ("não concordo e nem discordo") e **4,05** para a ecocêntrica, revelando que os mesmos não concordam em parte com esta última dimensão, fato que os posiciona como ANTROPOCÊNTRICOS.

6.2.4.2. Percepção dos moradores

A percepção ambiental dos entrevistados pertencentes a este grupo revelou os seguintes valores médios: **4,1** para a dimensão antropocêntrica ("não concordo em parte"); **1,49** para a dimensão de indiferença ("concordo totalmente") e **3,24** para a ecocêntrica ("não concordo e nem discordo"). Conclui-se, portanto, que os moradores do entorno da área analisada possuem um perfil INDIFERENTE às questões ambientais apresentadas.

6.2.4.3. Percepção das empresas/profissionais

Os escores médios obtidos em cada dimensão para este grupo foram: **1,66** para a antropocêntrica (valor situado entre "concordo totalmente" e "concordo em parte"); **3,99** para a de indiferença ("não concordo em parte") e **4,22** para a dimensão ecocêntrica, significando que os sujeitos do grupo também não concordam em parte com esta última. Logo, pode-se afirmar que estas pessoas possuem um perfil ANTROPOCÊNTRICO.

6.2.4.4. Percepção dos órgãos

A percepção dos indivíduos pertencentes aos órgãos responsáveis pela gestão do ambiente local e pela atividade praticada nele, apresentou as médias: **4,19** para a dimensão antropocêntrica ("não concordo em parte"); **4,47** para a de indiferença, revelando que os mesmos também não concordam em parte e **1,47** para a ecocêntrica, indicando, assim, que o grupo concorda totalmente com esta última dimensão e, portanto, são considerados ECOCÊNTRICOS em sua essência.

6.3. PICÃOZINHO, JOÃO PESSOA - PB: PERFIL GERAL DOS GRUPOS ENTREVISTADOS

6.3.1. Perfil socioeconômico e demográfico

Considerou-se itens como gênero, faixa etária, grau de escolaridade e renda dos grupos e, também, os estados de origem dos turistas que visitaram a zona costeira de Picãozinho durante os meses de pesquisa.

6.3.1.1. Sexo

Os seguintes dados percentuais foram coletados quando o fator gênero foi analisado por grupo: turistas (53,2% feminino e 46,8% masculino), moradores do entorno da área (60,0% feminino e 40,0% masculino), empresas/profissionais da atividade (47,2% feminino e 52,8% masculino) e órgãos ambientais e turísticos (45,9% feminino e 54,1% masculino). A tabela a seguir demonstra estes elementos (Tabela 20).

Tabela 20 – Distribuição dos entrevistados por sexo em Picãozinho, João Pessoa – PB.

	Feminino		**Masculino**		**Total**
	*FA	**FR (%)	FA	FR (%)	FA
Turistas	33	**53,2**	29	46,8	62
Moradores	18	**60,0**	12	40,0	30
Emp/Prof	17	47,2	19	**52,8**	36
Órgãos	11	45,9	13	**54,1**	24
Total	79	52	73	48	152

*FA = frequência absoluta; **FR = frequência relativa.

6.3.1.2. Faixa etária

No grupo dos turistas (29,0%) e das empresas/profissionais (36,2%), a classe etária mais representada apresentou limites entre 31 e 40 anos. Por outro lado, a faixa mais indicada pelos grupos dos moradores e dos órgãos foi a localizada entre os limites de 41 e 50 anos, correspondendo a 37,0% e 50,0% respectivamente.

6.3.1.3. Grau de instrução

Com relação ao nível de instrução apontado pelos grupos nesta área, foi possível verificar que a maioria dos turistas (41,9%), dos moradores (57,0%) e dos órgãos (58,4%), indicaram que possuem ensino superior. Já para o grupo das empresas/profissionais, o grau escolar "ensino médio" foi o mais indicado, com um total de 52,8% das opiniões.

6.3.1.4. Renda mensal

De acordo com as informações apuradas sobre a renda dos indivíduos, a maior parte do grupo dos turistas (35,4%), dos moradores (37,0%) e dos órgãos (50,0%) apontaram ter rendimento no intervalo entre 4 e 5 salários mínimos. Por sua vez, o grupo das empresas/profissionais do turismo, correspondendo a 41,7%, informou possuir ganho mensal na faixa entre 1 e 3 salários.

Estes dados demográficos e o perfil socioeconômico geral dos grupos entrevistados estão descritos na tabela abaixo (Tabela 21).

Tabela 21 - Perfil socioeconômico dos entrevistados referentes a Picãozinho, João Pessoa – PB.

		Turistas		Moradores		Empresas/ Profissionais		Órgãos		Total	
		*FA	**FR (%)	FA	FR (%)	FA	FR (%)	FA	FR (%)	***FAT	****FRT (%)
Faixa Etária (idade)	15 a 20	10	16,2	0	0	5	13,8	0	0	15	8
	21 a 30	15	24,1	6	20,0	11	30,5	4	16,6	36	23
	31 a 40	18	**29,0**	8	26,0	13	**36,2**	8	33,4	47	31
	41 a 50	12	19,4	11	**37,0**	7	19,5	12	**50,0**	42	31
	Mais de 51	7	11,3	5	17,0	0	0	0	0	12	7
Grau de Instrução (escolaridade)	Nenhum	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ensino fundamental	5	8,1	0	0	0	0	0	0	5	2
	Ensino médio	18	29,1	8	26,0	19	**52,8**	0	0	45	27
	Ensino superior	26	**41,9**	17	**57,0**	15	41,7	14	**58,4**	72	50
	Pós-graduação	13	20,9	5	17,0	2	5,5	10	41,6	30	21
Renda Mensal (salário mínimo)	Até 1	8	12,9	4	13,0	12	33,4	0	0	24	15
	Entre 1 e 3	7	27,4	8	26,0	15	**41,7**	4	16,6	34	28
	Entre 4 e 5	22	**35,4**	11	**37,0**	8	22,2	12	**50,0**	53	36
	Mais de 5	12	19,4	7	24,0	1	2,7	8	33,4	28	20
	Nenhuma	3	4,9	0	0	0	0	0	0	3	1

*FA = frequência absoluta; **FR = frequência relativa; ***FAT = frequência absoluta total; *****FRT = frequência relativa total.

6.3.1.5. Origem dos turistas

São Paulo é o principal estado de origem dos turistas que visitaram Picãozinho na nos meses em que o estudo foi concebido, correspondendo a 14,5% dos dados coletados. Em seguida, aparecem os estados de Pernambuco, com 12,9%, Distrito Federal, com 11,2%, Rio de Janeiro, com 9,6% e Rio Grande do Norte, com o equivalente a 8,0% do total dos valores obtidos. No gráfico a seguir, encontra-se a lista com todos os estados de procedência daqueles que visitaram a zona costeira analisada (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Origem dos turistas que visitaram Picãzinho, João Pessoa – PB, durante a pesquisa.

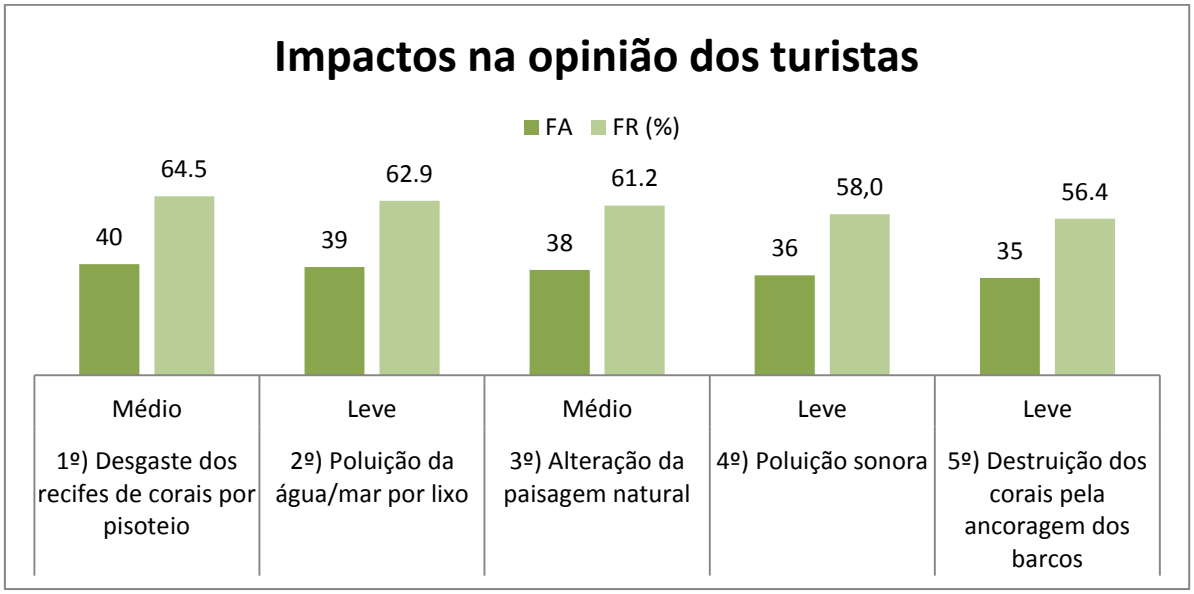
Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

6.3.2. Turismo e os impactos no meio ambiente (diagnóstico e caracterização)

O tópico buscou demonstrar os principais impactos provenientes do turismo que ocorrem em Picãozinho, de acordo com a percepção, opinião e avaliação dos grupos de atores entrevistados. Para a pesquisa, apenas os cinco impactos mais indicados dentro de cada grupo foram levados em consideração.

Segundo os turistas, o impacto considerado mais acentuado é o "Desgaste dos recifes de corais por pisoteio", apontado como grau médio e recebendo 64,5% das respostas obtidas. Logo após, a "Poluição da água/mar por lixo", considerada como grau leve, recebeu 62,9%, enquanto que a "Alteração da paisagem natural", de grau médio, ficou com a terceira posição, obtendo 61,2% do total de indicações de acordo com este grupo (Gráfico 12).

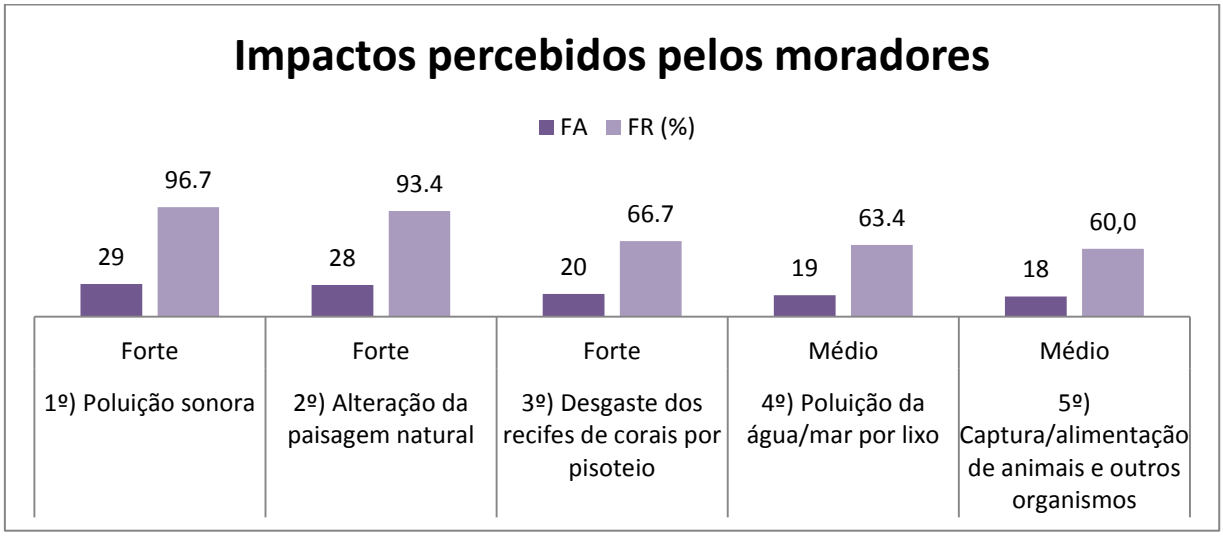
Gráfico 12 – Impactos apontados pelo grupo dos turistas em Picãozinho, João Pessoa – PB.



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Conforme o grupo dos moradores que residem nas localidades próximas à área analisada, o item "Poluição sonora", qualificado como grau forte, é o impacto de maior relevância, sendo indicado por 96,7% dos indivíduos deste grupo. Por sua vez, a "Alteração da paisagem natural" e o "Desgaste dos recifes de corais por pisoteio", ambos classificados como grau forte, receberam respectivamente 93,4% e 66,7%, na opinião destes entrevistados (Gráfico 13).

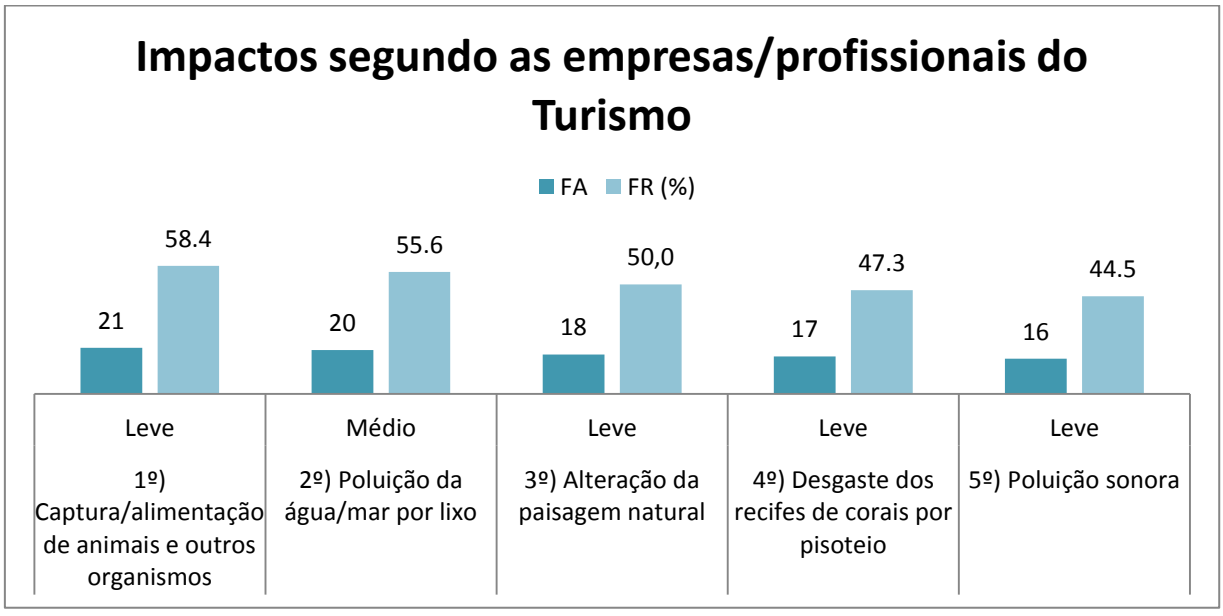
Gráfico 13 – Impactos apontados por aqueles que moram no entorno de Picãozinho, João Pessoa – PB.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Para o grupo das empresas/profissionais do turismo, o impacto "Captura/alimentação de animais e outros organismos" é o mais recorrente nesta zona estudada, sendo considerado como grau leve e correspondendo a 58,4% das suas respostas. O segundo impacto mais indicado, analisado como grau médio e com 55,6%, é a "Poluição da água/mar por lixo". A "Alteração da paisagem natural", de grau leve, desponta em terceiro lugar, com 50,0% do total dos dados coletados (Gráfico 14).

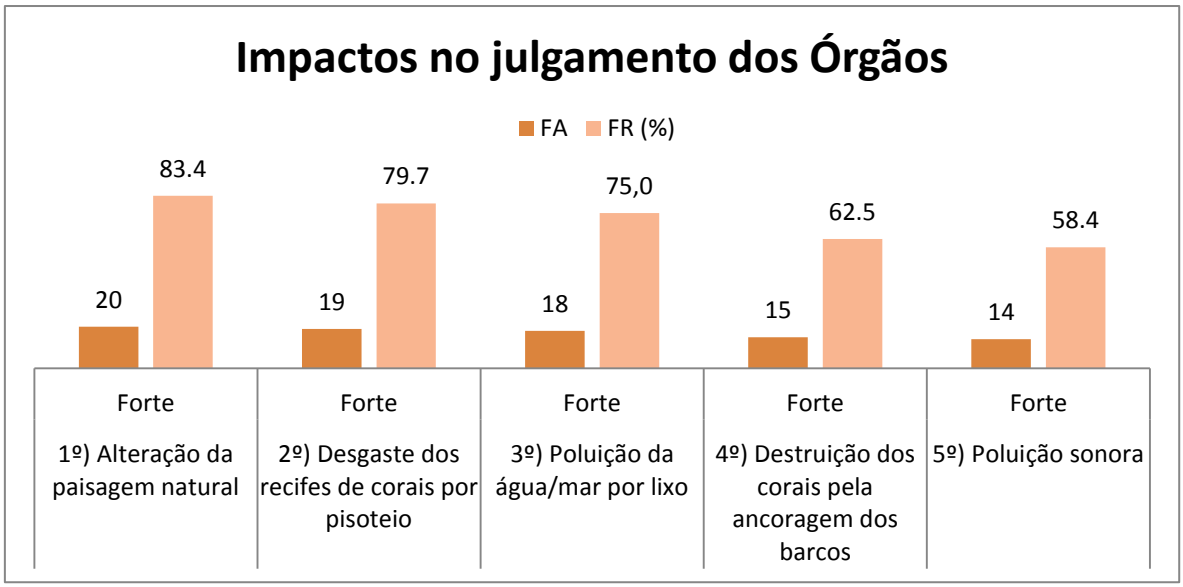
Gráfico 14 – Impactos apontados pelo grupo de empresas/profissionais que atuam em Picãozinho, João Pessoa – PB.



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Finalmente, no ponto de vista e julgamento daqueles que integram o grupo dos órgãos responsáveis pela gestão da área, o impacto "Alteração da paisagem natural", avaliado como grau forte por 83,4% dos entrevistados, figura como o principal dentre os listados. Em seguida, o "Desgaste dos recifes de corais por pisoteio" e a "Poluição da água/mar por lixo", também considerados como grau forte, foram indicados com 79,7% e 75,0% nessa ordem (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Impactos apontados pelos órgãos que atuam em Picãozinho, João Pessoa – PB.



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Questionados sobre o que ocasionaria/provocaria estes citados impactos, a maior parcela do grupo dos turistas (48,3%) e das empresas/profissionais (44,5%) acreditam que o "Descaso político e a não fiscalização/proteção por parte dos órgãos responsáveis" seja a principal causa para o problema. Já para o grupo dos moradores (46,7%), a "Falta de leis e punições mais severas por parte do poder público" caracteriza-se como o fator preponderante, enquanto que para o grupo dos órgãos (correspondendo a 41,7% do total), a "Falta de educação e conscientização ambiental dos turistas e moradores" contribui de forma decisiva para a referida questão (Tabela 22).

Qual seria a melhor alternativa para minimizar estes impactos? Sobre esse aspecto, a maioria dos turistas (46,7%) e grande parte daqueles que integram os órgãos (50,0%) acham que "Promover mais campanhas de conscientização ambiental para a prática de um turismo sustentável" seja a alternativa mais viável. Para o grupo dos moradores (56,7%), a "Participação mais atuante dos órgãos e o investimento em melhores políticas públicas"

resolveria a questão. Finalmente, para as empresas/profissionais (58,4%), “Educar ambientalmente turistas, moradores e todos que praticam e lidam com a atividade” configura como a melhor solução para esta condição (Tabela 23).

Tabela 22 – Opinião dos grupos sobre as prováveis causas dos impactos provocados pelo turismo em Picãozinho, João Pessoa – PB.

O que você acha que provoca estes impactos?	Turistas		Moradores		Empresas /profissionais		Órgãos		Total	
	*FA	**FR (%)	FA	FR (%)	FA	FR (%)	FA	FR (%)	***FAT	****FRT (%)
A – Falta de educação e conscientização ambiental por parte dos turistas e moradores locais	6	9,7	3	10,0	12	33,4	10	**41,7**	31	24
B – Falta de capacitação e preparo das empresas e profissionais que atuam na área	12	19,4	5	16,6	3	8,3	8	33,3	28	19
C – Descaso político: órgãos responsáveis pelo turismo e meio ambiente não promovem a fiscalização e proteção necessárias	30	**48,3**	8	26,7	16	**44,5**	2	8,4	56	**32**
D – Falta de leis e punições mais severas, por parte do Poder Público, para aqueles que degradam o meio ambiente	14	22,6	14	**46,7**	5	13,8	4	16,6	37	25
E – Outro motivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

*FA = frequência absoluta; **FR = frequência relativa; ***FAT = frequência absoluta total; *****FRT = frequência relativa total.

Tabela 23 – Opinião dos grupos sobre as possíveis alternativas que buscam minimizar os impactos causados pelo turismo em Picãzinho, João Pessoa – PB.

Na sua opinião, qual seria a melhor alternativa para minimizar os impactos causados pela atividade turística no meio ambiente?	Turistas		Moradores		Empresas /profissionais		Órgãos		Total	
	*FA	**FR (%)	FA	FR (%)	FA	FR (%)	FA	FR (%)	***FAT	****FRT (%)
A – Capacitar empresas/profissionais que trabalham diretamente com o turismo	5	8,0	4	13,3	2	5,6	2	8,4	13	9
B – Aplicar multas e penalidades aquelas pessoas que degradam e impactam o meio ambiente	3	4,9	1	3,4	2	5,6	1	4,1	7	4
C – Educar ambientalmente turistas, moradores locais e todos que praticam e lidam com a atividade turística	9	14,6	3	10,0	21	**58,4**	6	25,0	39	27
D – Promover mais campanhas de conscientização ambiental e para a prática de um turismo sustentável	29	**46,7**	5	16,6	5	13,8	12	**50,0**	51	**32**
E – Participação mais atuante dos órgãos responsáveis e investir em melhores políticas públicas	16	25,8	17	**56,7**	6	16,6	3	12,5	42	28
F – Outra alternativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

*FA = frequência absoluta; **FR = frequência relativa; ***FAT = frequência absoluta total; *****FRT = frequência relativa total.

Figura 9: Barco ancorado em cima dos recifes de corais em Picãozinho, João Pessoa – PB.

Foto: Michel Robinson, 2013.

Figura 10: Captura e alimentação indevida de peixes no local.

Foto: Michel Robinson, 2013.

Figura 11: Resíduo e pisoteio dos recifes de corais por banhistas.

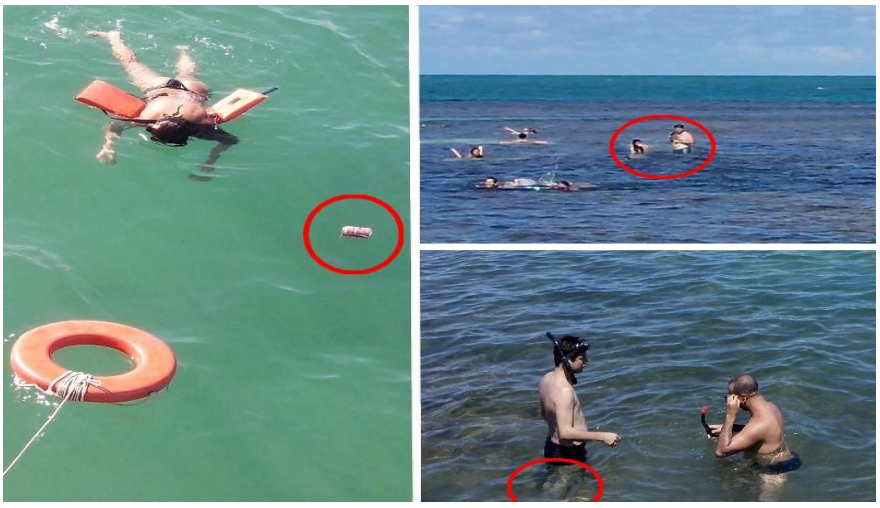


Foto: Michel Robinson, 2013.

6.3.3. Práticas ambientais

Sobre os aspectos "desenvolvimento do turismo" e "preservação dos recursos", os atores dos grupos responderam (Tabela 24):

Tabela 24 – Opinião dos grupos quanto à relação turismo x preservação dos recursos naturais.

1. Você acha que o desenvolvimento do turismo é mais importante que a preservação dos recursos naturais?	Turistas	Moradores	Empresas /profissionais	Órgãos
	(%)	(%)	(%)	(%)
Sim	16,2	3,4	25,0	4,2
Não	20,9	**70,0**	25,0	**79,1**
Sem opinião	**62,9**	26,6	**50,0**	16,7

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Logo após, quando interrogados se teriam interesse/intenção em participar de alguma atividade que contribua para a melhoria do meio ambiente e da atividade turística, os mesmos indivíduos contestaram (Tabela 25):

Tabela 25 – Opinião dos grupos quanto à disponibilidade em melhorar o meio ambiente local.

2. Você estaria disposto a participar de alguma atividade para melhorar o meio ambiente e o turismo local?	Turistas	Moradores	Empresas /profissionais	Órgãos
	(%)	(%)	(%)	(%)
Sim	**85,4**	**90,0**	**83,4**	**83,4**
Não	3,3	3,4	5,5	0
Sem opinião	11,3	6,6	11,1	16,6

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Agora, a pesquisa procurou conhecer algumas atitudes dos grupos acerca da economia de água e energia elétrica, tanto em suas residências quanto em outros lugares, quando viajam (Tabela 26).

Tabela 26 – Opinião dos grupos quanto à economia (ou não) de água e energia.

3. Você economiza água e energia elétrica em sua residência e em outros lugares quando viaja?		Turistas	Moradores	Empresas /profissionais	Órgãos
		(%)	(%)	(%)	(%)
Sim	Para economizar dinheiro	**51,6**	30,0	**61,2**	20,8
	Poupar para as gerações futuras	41,9	**63,4**	33,4	**75,0**
	Não sei exatamente o porquê	4,8	6,6	2,7	4,2
	Outro motivo	0	0	0	0
Não	Existe em abundância e não é preciso poupar	0	0	0	0
	Gastar água e energia custa pouco	0	0	0	0
	Não sei exatamente o porquê	1,7	0	2,7	0
	Outro motivo	0	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Finalizando esta parte, os grupos demonstraram se possuem a prática de separação do lixo domiciliar e, também, do lixo gerado em viagens (Tabela 27).

Tabela 27 – Opinião dos grupos quanto à separação (ou não) do lixo.

4. Você costuma separar o lixo na sua casa e em outros locais quando viaja?		Turistas	Moradores	Empresas /profissionais	Órgãos
		(%)	(%)	(%)	(%)
Sim	É melhor para o meio ambiente	**50,0**	**66,7**	**44,5**	**70,8**
	Para doar/vender alguns materiais	25,8	23,3	22,2	25,0
	Outro motivo	0	0	0	0
Não	Não sei como fazer a separação	24,2	10,0	30,6	4,2
	Não acho necessário	0	0	0	0
	Outro motivo	0	0	2,7	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Na opção “Outro motivo” do item “Não” surgiram escolhas como “Desconheço o sistema de coleta seletiva do município”.

6.3.4. Percepção Ambiental

A análise da percepção ambiental dos grupos de indivíduos ligados à zona de Picãozinho, da mesma forma que na Praia do Jacaré e em Areia Vermelha, foi feita baseada nos cálculos das médias de cada uma das três dimensões (antropocêntrica, de indiferença e ecocêntrica).

Abaixo estão expostas as pontuações médias de cada indicador e os escores médios de cada dimensão (Tabela 28).

Tabela 28 – Média dos indicadores (individual e por dimensão) para cada grupo de Picãozinho, João Pessoa – PB.

Indicadores	Grupos			
	Turistas	Moradores	Empresas/ profissionais	Órgãos
	Média	Média	Média	Média
Dimensão Antropocêntrica				
Indicador I1	3,91	3,9	3,08	4,75
Indicador I2	4,16	3,97	3,19	3,58
Indicador I3	3,43	4,54	3,25	4,20
Indicador I4	4,01	4,47	3,23	3,95
Indicador I5	3,58	3,7	2,78	3,62
Escore Médio	**3,81**	**4,11**	**3,10**	**4,02**
Dimensão de Indiferença				
Indicador I6	1,30	3,17	2,02	4,62
Indicador I7	1,91	4,14	1,78	4,95
Indicador I8	2,30	4,34	1,69	4,37
Indicador I9	1,24	3,14	1,36	4,25
Indicador I10	2,45	4,6	1,52	4,92
Escore Médio	**1,84**	**3,87**	**1,67**	**4,62**
Dimensão Ecocêntrica				
Indicador I11	2,93	1,27	4,08	1
Indicador I12	3,41	1,2	4,56	1,04
Indicador I13	3,29	1,57	3,91	1,67
Indicador I14	2,80	1,94	4,62	1,45
Indicador I15	3,04	2,07	3,5	1,84
Escore Médio	**3,09**	**1,61**	**4,13**	**1,4**

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

6.3.4.1. Percepção dos turistas

A análise da percepção ambiental deste grupo revelou os seguintes escores médios: **3,81** para a dimensão antropocêntrica (entre "não concordo e nem discordo" e "não concordo em parte"); **1,84** para a de indiferença, valor situado dentro dos limites da concordância (entre "concordo totalmente" e "concordo em parte") e **3,09** para a dimensão ecocêntrica ("não concordo e nem discordo"). Assim, baseado nestes dados, pode-se afirmar que estes indivíduos possuem um perfil INDIFERENTE.

6.3.4.2. Percepção dos moradores

Com relação à percepção do grupo de moradores que vivem no entorno e em áreas próximas a Picãozinho, os tais valores médios foram obtidos: **4,11** para a dimensão antropocêntrica ("não concordo em parte"); **3,87** para a dimensão de indiferença (valor situado entre as opções "não concordo e nem discordo" e "não concordo em parte") e **1,4** para a ecocêntrica, pressupondo que as pessoas concordam totalmente com esta última dimensão e que, portanto, possuem um perfil voltado para o ECOCÊNTRISMO.

6.3.4.3. Percepção das empresas/profissionais

O grupo das pessoas que possuem e/ou trabalham em empresas que exploram o turismo na área estudada, as médias alcançadas foram: **3,10** para a dimensão antropocêntrica ("não concordo e nem discordo"); **1,67** para a de indiferença (entre "concordo totalmente" e "concordo em parte") e **4,13** para a ecocêntrica ("não concordo em parte"). Logo, considera-se que este grupo possui uma percepção INDIFERENTE às questões propostas.

6.3.4.4. Percepção dos órgãos

Por sua vez, os escores médios obtidos para o grupo dos órgãos indicaram os seguintes valores: **4,02** para a dimensão antropocêntrica ("não concordo em parte"); **4,62** para a de indiferença (nos limites da discordância, entre "não concordo em parte" e "não concordo totalmente") e **1,4** para a ecocêntrica ("concordo totalmente"), indicando que seus indivíduos têm um perfil prioritariamente ECOCÊNTRICO.

7. DISCUSSÃO DOS DADOS E CONCLUSÃO

7.1. PRAIA DO JACARÉ

No diagnóstico dos impactos ocasionados pelo turismo, segundo o julgamento e opinião dos grupos entrevistados nesta área de estudo, os itens "Alteração da paisagem natural" e "Poluição sonora" foram os mais indicados. Outras opções em destaque foram "Poluição da água/mar por lixo", "Poluição de areia/solo por lixo", "Desmatamento e retirada da vegetação" e "Captura/alimentação de animais e outros organismos". Tais opiniões rementem ao argumento levantado por Costa e Souza (2008) ao analisar os impactos da atividade turística no recife de Picãozinho, em João Pessoa. O autor lembra que o turismo de modo geral, mas especificamente em áreas naturais coloca-se em uma relação conflituosa, mas mútua, entre consumo e produção (COSTA E SOUZA, 2008, p.18). Ainda nesse aspecto, Costa da Silva (2007) observa:

> Os investimentos na atividade turística ao longo dos últimos anos cresceram exponencialmente, muitas vezes significando reestruturação da localidade, devido à imposição de novos conteúdos socioeconômicos para garantir a boa reprodução da atividade no local, sobretudo com a colocação da infraestrutura necessária. Em muitos casos, o turismo passou a significar o único meio possível para a solução de problemas sociais e econômicos do local, garantindo melhor qualidade de vida para a população, uma vez que gera emprego e renda, criando novas oportunidades (COSTA DA SILVA, 2007, p. 67).

Se, por um lado, o turismo em si implica o consumo de bens e serviços disponíveis tanto na cultura local, como na paisagem natural, por outro, esse espaço precisa ser adaptado e modificado de modo a poder atender a demanda de pessoas que consumirão tais serviços; nesse sentido, a necessidade de alteração da paisagem através da retirada de parte da vegetação nativa, ou cerceamento da área de circulação da fauna para abrir passagem através de trilhas ou mesmo para a construção de meios de hospedagem se caracterizam como estratégias de produção do espaço que interferem produzindo impactos – positivos e negativos – para o ambiente natural e para a população local nativa.

Dentre as possíveis causas que contribuem para estes impactos, os órgãos e as empresas/profissionais apontaram que a "Falta de educação e conscientização ambiental de turistas e moradores" se caracteriza como a principal. Para os turistas, a "Falta de leis e punições mais severas por parte do poder público" seria o fator responsável. Por sua vez, os moradores indicaram como causa o "Descaso político e a não fiscalização/proteção por parte

dos órgãos responsáveis". Observa-se assim jogo estratégico de repasse das responsabilidades pelo cuidado, conservação e preservação dos espaços. Se para os poderes públicos e privados, numa escala macro (onde falam as instituições e não os indivíduos) os impactos gerados são produzidos pela população em razão da falta de informação ou mesmo da ausência de estratégias de sensibilização para a importância do cuidado com ambiente natural, por outro, a partir da perspectiva micro das pessoas, há uma ausência de regulamentação e mecanismos punitivos (ou seja, uma escala de atuação macro processual) que possa autuar e fiscalizar infrações, promover atividades educativas e mesmo cuidar do ambiente. Entendemos que esse jogo político de troca de atribuições é uma produção coletivizada, uma estratégia de transferência de culpa que, se por um lado, objetiva afastar de si as obrigações e atribuições de cada um dos agentes envolvidos no processo de preservação/descaso, por outro, deixa explícito quais personagens estão envolvidos nesse processo e o modo como um produz o outro, mutuamente. Em outros termos, a partir dessa perspectiva é possível visualizar que tanto os agentes localizados em um plano de atuação macro, quanto os situados no micro estão imbricados e são corresponsáveis pelas ações, sejam de preservação e conservação, seja de omissão e descaso. Sendo assim, para se propor respostas e alternativas de maneira eficiente é preciso considerar essa característica do processo e incluir de maneira efetiva tanto as grandes instituições públicas e privadas que atuam na região, como a comunidade local, os comerciantes e os turistas.

Como prováveis alternativas apontadas por estes grupos para minimizar os impactos causados pelo turismo, a opção "Promover mais campanhas de conscientização ambiental" foi a mais sugerida pelos turistas e órgãos. Para os moradores, a "Participação mais atuante dos órgãos e a criação de melhores políticas públicas" seria uma saída. O grupo das empresas/profissionais indicou que "Educar ambientalmente turistas, moradores e todos que praticam e lidam com a atividade" seria a solução mais viável. Torna-se sumário, nesse processo, construir estratégias de gestão do ambiente e de controle dos impactos ambientais causados pela atividade turística que considere as múltiplas perspectivas e interesses dos grupos envolvidos. Como lembra Lília Seabra (2003):

> O respeito aos anseios e necessidades da coletividade, quando levado em conta, facilita a implementação do turismo sob o enfoque da sustentabilidade. A autonomia, assim, constitui um princípio ético e político que, uma vez assimilado, atribui a um grupo social em questão possibilidades de escolha do turismo que deseja. Se os atores sociais forem solicitados a traçar o destino desejável para as atividades turísticas em suas localidades, certamente serão capazes de implementar planos, programas e estratégias mais sustentáveis. Além disso, a garantir de que todos aqueles que estão envolvidos com o turismo podem dele se beneficiar, na atualidade

> e no futuro, gerando renda e emprego, melhorando a qualidade de suas vida e do ambiente, ou mesmo salvaguardando suas tradições, culturas e valores, representa um forte estímulo para a conservação do patrimônio visitado (SEABRA, 2003, p. 178).

É preciso reconhecer que nesse aspecto, as soluções para os impactos não podem ser construídas de modo vertical e impostas dos setores mais altos para os setores mais baixos. Pelo contrário. Para que sejam efetivas é preciso que sejam construídas de maneira dialógica e horizontalmente, respeitando as possibilidades, valores e práticas das comunidades no sentido de construir mudanças positivas e em harmonia com as necessidades individuais e coletivas de maneira democrática.

Quando questionados se o turismo seria mais importante que a preservação dos recursos naturais, os turistas e órgãos responderam que não. Os moradores não opinaram sobre o tema e a maioria do grupo das empresas/profissionais indicou que sim. Estas respostas compõem um panorama complexo sobre (a) as formas como as pessoas se relacionam com este espaço em particular, tendo em vista as formas de apropriação e uso que lhe vem sendo dadas nas últimas décadas e (b) as expectativas tecidas sobre a atividade turística e as ações de instituições privadas e poderes públicos em garantir uma melhor qualidade de vida para a população e os agentes envolvidos na atividade.

Em princípio, é possível entrever, por parte dos moradores, certa apatia para com a questão que possivelmente está vinculada ao pouco espaço que lhe é dado no processo de discussão dos investimentos, e mesmo no "não-lugar" que seus interesses são colocados mediante outros interesses de setores com maior poder capital para decidir e opinar sobre os rumos do lugar. Nesse momento é importante notar que o espaço na região da Praia do Jacaré compõe um matiz social e de relações de classe que reúne setores de classe média e média alta - que têm na região uma opção de lazer e moradia mais tranquila, não tão afastada do centro tanto de Cabedelo, quanto de João Pessoa – e uma grande maioria de população de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social que ocupou o espaço através de invasões ou programas habitacionais de baixo custo.

Esses mesmos moradores, do segundo bloco, constantemente se sentindo excluídos dos processos de decisão, eventualmente trabalham nos empreendimentos comerciais e turísticos que enxergam a região como espaço de trabalho, consumo e produção de bens, considerando assim a importância da atividade turística em detrimento da manutenção dos recursos naturais da região. Contraditoriamente, convivem no espaço lanchas e barcos de turismo oferecidos pelos empresários e comerciantes para serem utilizados pelos turistas na

praia fluvial. Próximos dali estão os moradores, que utilizam as partes mais afastadas e as lagoas temporárias para pesca. Esses conflitos territoriais são constitutivos do próprio processo de negociação das decisões em torno do turismo que se propõe sustentável, e como sugere Leff (2002; 2009) são demonstrativos das relações de poder e espaços ocupados pelos sujeitos no processo de construção de uma nova racionalidade ambiental.

Interrogados sobre o interesse em participar de alguma atividade para melhorar o meio ambiente e o turismo local, todos os grupos afirmaram que estariam dispostos.

Quanto à economia de água e energia elétrica, os turistas e órgãos responderam que possuem esta prática com o propósito de poupar para as futuras gerações. Já os moradores e o grupo das empresas/profissionais informaram que também o fazem, mas com o objetivo de economizar dinheiro. Sobre o hábito de separar o lixo, os grupos dos moradores e empresas indicaram que não o pratica por desconhecerem os métodos de separação. Já os turistas e pessoas que trabalham nos órgãos informaram que separam os resíduos por entenderem que este ação beneficia o meio ambiente.

Mais uma vez, os desníveis e diferenças nessas perspectivas sobre a predisposição na melhoria do ambiente e da atividade, na redução no consumo e na separação dos resíduos domésticos e comerciais são demonstrativos dos diferentes aspectos sociais e formações que compõem o quadro humano das relações na Praia do Jacaré. Em graus distintos, é possível relacionar essas diferenças de atitude à formação e escolarização dos sujeitos envolvidos. O interesse na economia de energia como forma de poupar dinheiro aparece como razão predominante para os entrevistados que compõem parte do estrato mais pobre da localidade – como os moradores – e também dos grupos que lidam com o espaço como seu negócio, fonte de renda.

Com relação à percepção ambiental dos entrevistados, as médias obtidas na análise revelaram os seguintes resultados: turistas e moradores revelaram um perfil antropocêntrico. O grupo das empresas/profissionais demonstrou um perfil indiferente e, por fim, os indivíduos pertencentes aos órgãos responsáveis por esta área apresentaram um perfil ecocêntrico. Essas percepções revelam aspectos inerentes à forma como esses agentes relacionam-se com os espaços aqui analisados. A percepção antropocêntrica dos turistas pode ser explicada pela forma de como estes indivíduos enxergam e se relacionam com os espaços; nesse cenário, importa mais o sentimento de satisfação e bom uso dos serviços e do ambiente – em termos estéticos e vivenciais – do que propriamente alguma qualidade ecológica do espaço. Por sua vez, o antropocentrismo dos moradores pode estar relacionado com a certa

apatia ou descrédito, resultados de pouca informação sobre o tema e uma cultura ambiental escassa.

Um quadro particularmente divergente no que se refere às percepções ambientais está vinculado às empresas que vivem do turismo na região e aos poderes e agentes públicos atuantes na área. Como mencionado há pouco, os empresários apresentaram uma percepção indiferente à conservação ou preservação do meio ambiente, o que pode estar vinculado a fatores como (a) interesse prioritário no lucro e crescimento dos empreendimentos, (b) desconhecimento de medidas e programas em nível local que aponte para a importância de ações ecologicamente sustentáveis, e (c) ao descrédito que culturalmente se atribuiu às possibilidades de ganho pela educação, nesse caso, pela educação ambiental, tendo em vista que estes projetos são construídos em longo prazo e não geram efeitos imediatos de forma tão simples quanto se espera. Já a percepção dos gestores e pessoas que trabalham nos órgãos foi classificada como ecocêntrica, evidenciando a centralidade dos aspectos biológicos e sociais que a atividade econômica gera ao espaço – aspectos tanto positivos como negativos. As razões para essa caracterização podem estar relacionadas ao fácil acesso a informações e escolarização sobre o tema por parte destes, bem como ao fato de que, por suas posições sociais e cargos políticos ocupados, espera-se que os mesmos possuam uma postura pró meio ambiente, mesmo que não estejam sendo sinceros em sua totalidade.

7.2. PARQUE ESTADUAL MARINHO DE AREIA VERMELHA

Acerca da caracterização dos impactos provocados pelo turismo nesta zona costeira, de acordo com o ponto de vista dos grupos entrevistados, o “Desgaste dos recifes de corais por pisoteio” e a “Alteração da paisagem natural” foram os mais apontados. Dentre outras intervenções indicadas, destacaram-se: “Destruição dos corais pela ancoragem dos barcos”, “Captura/alimentação de animais e outros organismos” e “Poluição da água/mar por lixo”. Essas motivações formam um panorama geral dos impactos ambientais gerados ao ambiente, mas, também, às comunidades locais e moradores das redondezas. O Parque de Areia Vermelha, ainda que não localizado no continente, encontra-se numa região de crescente expansão imobiliária e também de valorização social, o que contribui para o desenho de uma paisagem mais homogênea quando comparada, por exemplo, à Praia do Jacaré, analisada anteriormente. Contudo, desenvolvem-se aqui outros conflitos de interesses e percepções entre os grupos entrevistados. A poluição sonora causada pelos barcos e também por carros

nas proximidades, queixa frequente dos moradores, por exemplo, sequer foi mencionada pelos turistas, ainda que gere impactos à vida no ambiente. Por sua vez, as empresas e comerciantes em suas reclamações atualizam o modelo de jogo de repasse de responsabilidades a que aludimos anteriormente. No julgamento dos empresários, os impactos são quase sempre causados pela ação dos turistas, que depositam lixo no mar ou alimentam os animais, por exemplo; nesse posicionamento buscam eximir-se das suas responsabilidades e dos efeitos da ancoragem dos barcos ou do possível derramamento de combustível no mar durante os passeios. Tal como na situação anterior, as responsabilidades pertencem a esse domínio triplo constituído pela comunidade, pelos turistas e pelos empresários, que devem considerar cada um, sua parcela de culpa na gestão dos impactos.

Quanto às prováveis causas para esta problemática dos impactos, a pesquisa obteve os seguintes dados: turistas e moradores acreditam que o item "Descaso político e a não fiscalização/proteção por parte dos órgãos responsáveis" seja o fator contribuinte. Para as empresas/profissionais, é a "Falta de leis e punições mais severas por parte do poder público" que ocasiona a situação, diferente da resposta dada por aqueles que trabalham nos órgãos. Para estes, a "Falta de educação e conscientização ambiental dos turistas e moradores" é o motivo principal. Reinstaura-se assim, novamente, o jogo contínuo de transferência de responsabilidade de todas as partes e agentes envolvidos, sem que cada um assuma sua posição e possa contribuir de maneira eficaz para o movimento de tomada de decisões e proposições de soluções para redução dos impactos.

Dentre as possíveis alternativas propostas para contornar o problema, as empresas/profissionais e os órgãos indicaram "Educar ambientalmente turistas, moradores e todos que praticam e lidam com a atividade". Os moradores acham que "Promover mais campanhas de conscientização para a prática de um turismo sustentável" seja uma melhor saída, enquanto que os turistas foram enfáticos ao escolherem a opção "Participação mais atuante dos órgãos e o investimento em melhores políticas públicas". Estas alternativas apontam para o potencial emancipador da educação no contexto contemporâneo tendo em vista que a questão ambiental ocupa um lugar primordial no debate das relações sociais e de qualidade de vida. As alternativas propostas pelos atores encaminham-se no sentido de reconhecer que a educação é a maneira mais efetiva de garantir mudanças e novas atitudes em todos os espaços possíveis, desde os contextos formais (escolas, cursos), informais (atividades realizadas nos locais, por exemplo) e não-formais (fora de contextos explícitos de ensino, como as comunidades ribeirinhas e de pescadores a partir de seu contexto).

Sobre o desenvolvimento do turismo ser mais importante que a conservação de áreas e ambientes naturais, o grupo dos turistas, dos moradores e das empresas/profissionais preferiram não opinar. Aqueles que compõem os órgãos não concordaram com esta questão. Essa estratégia de omissão consciente pode estar vinculada, possivelmente, aos conflitos internos de cada um dos agentes envolvidos. Por parte dos moradores, que constituem parte de um segmento com significativo poder aquisitivo, talvez não interesse tanto as possibilidades de emprego e renda trazidas pelo turismo, muito menos, a conservação do local; por sua vez para os turistas, dada a efemeridade de sua passagem, o ambiente também converta-se apenas numa opção de lazer, cujo objetivo principal é garantir sua satisfação uma vez que pagaram pelo serviço. Já para os empresários e comerciantes, o ambiente transforma-se numa fonte de renda, um motor capital a ser mobilizado pelo uso da comunidade local e pela visitação dos turistas. Enfim, para todas as partes talvez não interesse discutir o que seria mais importante – se o turismo, se o ambiente em si – tendo em vista que elas compõem um complexo interdependente.

A maior parte de todos os grupos afirmou que estaria disposta a participar de alguma atividade que buscasse melhorar o turismo e o meio ambiente local. O mesmo ocorreu com o tema da economia de água e energia. Todos os indivíduos entrevistados revelaram que praticam a economia destes recursos, porém por motivos diversos: turistas, moradores e empresas/profissionais o fazem para economizar dinheiro enquanto os órgãos se preocupam em poupar para as futuras gerações.

Com relação à separação do lixo, a grande maioria dos moradores e empresas/profissionais não fazem porque não sabem como separar os resíduos e os turistas e órgãos praticam esta ação, justificando que é melhor para o meio ambiente.

Observando estes resultados, pode-se perceber que o quadro socioeconômico de Areia Vermelha apresentou tendências similares ao da Praia do Jacaré. Todos os indivíduos se mostraram dispostos a melhorar o ambiente e a atividade praticada no local, o que demonstra um maior comprometimento destes. Nos itens sobre a redução do consumo e destino adequado dos resíduos, a questão motivacional é que chama a atenção, comprovando a teoria de que fatores como educação e acesso a informação não são unânimes mas podem sim influenciar nas práticas e atitudes daqueles que os têm.

Na análise da percepção ambiental destes mesmos grupos ligados à Areia Vermelha, e segundo os dados obtidos através das médias, a pesquisa revelou que os turistas e empresas/profissionais do turismo são antropocêntricos, aqueles que fazem parte dos órgãos são ecocêntricos e, por fim, os moradores são indiferentes às questões ambientais.

7.3. RECIFES DE PICÃOZINHO

No levantamento dos impactos que degradam o meio ambiente nesta zona costeira, percebidos pelos grupos correspondentes a localidade, destacaram-se os seguintes itens: “Poluição da água/mar por lixo”, “Desgaste dos recifes de corais por pisoteio” e “Alteração da paisagem natural”. Também foram apontados os impactos “Poluição sonora” e “Captura/alimentação de animais e outros organismos”. É importante considerar ainda a gravidade ou intensidade que cada um dos grupos entrevistados atribui aos impactos. Se por um lado todos admitem que a região em questão seja vítima da ação dos usuários sofrendo impactos diversos, como os acima apresentados, por outro lado, os moradores e órgãos públicos administrativos em sua maioria consideram que tais impactos são de alto grau de intensidade, ao passo que para turistas e empresários os mesmos são de intensidade média ou leve. Essa leitura sobre as condições do local refletem os conflitos de interesses e pontos de vista de cada um desses atores sobre a região. A minimização da intensidade visando o lucro, o comércio e a garantia do lazer, ou a sua maximização com o objetivo de reduzir o trânsito no local e visitação, devolvendo o espaço à população nativa. Tais objetivos não necessariamente levam à preservação e conservação do ambiente, mas de formas variadas o atingem, seja positiva ou negativamente.

Segundo os turistas e as empresas/profissionais, o que estaria contribuindo para que estas intervenções ambientais ocorram é o “Descaso político e a não fiscalização/proteção por parte dos órgãos responsáveis”. Os moradores acreditam que a opção “Falta de leis e punições mais severas por parte do poder público” seria a principal causa, enquanto que os órgãos indicaram a “Falta de educação e conscientização ambiental dos turistas e moradores” como explicação causal.

Turistas e órgãos acreditam que o item “Promover mais campanhas de conscientização ambiental para a prática de um turismo sustentável” seria a melhor opção como alternativa de minimizar os impactos apontados. Os moradores creem que a “Participação mais atuante dos órgãos e o investimento em melhores políticas públicas” solucionaria a questão, diferente da maioria do grupo das empresas/profissionais, que optaram por “Educar ambientalmente turistas, moradores e todos que praticam e lidam com a atividade” como medida mais adequada. Evidencia-se aqui mais uma vez o jogo já enunciado nos casos analisados anteriormente; há uma tendência no que se refere à responsabilização do outro como forma estratégia de eximir-se da responsabilidade de cada agente. Nesse aspecto, a população local responsabiliza os poderes públicos, e tanto os turistas como os empresários vinculam a

responsabilidade em torno de figuras abstratas (“a educação”, o “turismo sustentável”, enfim), como fosse essa um sujeito per si e não um processo de construção coletiva.

Quanto ao turismo ser mais importante que a preservação/conservação dos recursos e áreas naturais, os turistas e empresas/profissionais preferiram não opinar. Já os moradores e o grupo dos órgãos discordaram dessa pergunta, afirmando diretamente que as questões ambientais têm prioridade sobre as econômicas.

Todos os grupos afirmaram economizar água e energia, em suas casas e também quando viajam. O fator motivacional deles é que foi diferenciado: moradores e órgãos o fazem buscando poupar para as futuras gerações enquanto que os turistas e empresas/profissionais praticam a ação por quererem economizar dinheiro.

No quesito “separação do lixo”, a maior parte de todos os indivíduos pesquisados revelou praticar este ato. Como justificativa, a resposta entre eles foi unânime: é melhor para o meio ambiente.

Sobre a percepção ambiental dos grupos desta área, as médias revelaram resultados que pouco variaram: turistas e empresas/profissionais possuem um perfil indiferente e os moradores e aqueles que trabalham nos órgãos, por sua vez, têm uma percepção ecocêntrica relacionada ao meio ambiente.

Resultados semelhantes sobre a percepção dos sujeitos em relação à atividade turística em áreas naturais e a preservação dos ambientes têm se multiplicado na última década, possivelmente em decorrência da ampla divulgação de modalidades de turismo e mesmo de economia mais comprometidas com a questão ambiental. O estudo desenvolvido por Araújo, Carvalho e Silva (2005) sobre o turismo na Ilha Grande, estado do Rio de Janeiro, por exemplo, aponta para resultados bastante similares aos encontrados em nosso estudo no que se refere à percepção dos moradores sobre a atividade turística nos locais. A percepção é geralmente ecocêntrica, evidenciando a importância de ações conservacionistas e preservacionistas, todavia, no caso local, vem acompanhada de algum descrédito sobre os benefícios que o turismo poderia trazer às comunidades locais, ou mesmo à melhoria da qualidade de vida ou ao meio ambiente. Aqui, como já mencionado, a responsabilidade pelo cuidado é geralmente transferida aos poderes públicos ou instâncias superiores. Esse conflito também é observado na relação dos moradores com os poderes públicos no caso da Reserva do Parque da Grota do Mirassol, no estado de São Paulo, estudado por Ana Cláudia Bassan (2007). Ainda segundo esta autora, na situação estudada, esse conflito de responsabilidades resulta na inação por parte de todos os grupos envolvidos, contribuindo assim direta e indiretamente para a situação do parque.

As percepções ambientais vinculadas aos turistas nos três locais que analisamos oscilaram entre o antropocentrismo – com forte ênfase no lugar como produto a ser consumido - e a indiferença – concebendo o lugar como espaço de recreação onde a dimensão ecológica é menos importante do que o potencial humano e cultural disponível. Essa postura e percepção constantemente aproximam-se da indiferença ou apatia por parte dos turistas com relação ao turismo sustentável. Ainda que reconheçam a importância de "cuidar do meio ambiente" como forma de "garantir o benefício das gerações futuras", os custos onerosos de empreendimentos ecologicamente corretos, como hotéis e pousadas, bem como, aparentemente, há pouco interesse em estratégias de turismo sustentável que exijam um comprometimento maior dos turistas analisado por Costa e Souza (2008) no caso do recife de Picãozinho, na capital paraibana.

Outros estudos recentes também na região metropolitana de João Pessoa apontam para a importância de atividades e iniciativas de educação ambientais vinculadas ao turismo como importantes ferramentas para sensibilização das comunidades locais e turistas para a preservação dos ecossistemas costeiros. A pesquisa desenvolvida por Oliveira (2006), por exemplo, ao analisar os programas de educação ambiental e as percepções dos turistas sobre tais programas nos ambientes recifais de Areia Vermelha, Praia do Seixas e Picãozinho, por exemplo, pôde constatar a eficiência e importância dos programas, principalmente na região da Praia do Seixas, o único dos espaços estudados a ter um programa fixo de educação ambiental para sensibilização dos turistas. Estes, por sua vez, reconheciam a importância da iniciativa e aparentaram repassar para pessoas próximas e comunidade as informações que obtiveram durante as atividades.

Ainda que os resultados sejam convergentes ou divergentes de um contexto de pesquisa para outro, acreditamos que a importância do estudo da percepção ambiental para o entendimento da relação dos atores sociais com o ambiente, mediado através da atividade turística, torna-se cada vez mais importante como uma ferramenta sumária no planejamento e gestão das atividades nas áreas naturais. Tais pesquisas oferecem dados empíricos importantes sobre como as pessoas efetivamente envolvidas nos processos estudados vivem, relacionam e produzem significados sobre as suas experiências, sendo assim um importante ponto de partida para o planejamento de qualquer ação que seja.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

Como lembra Carlos Henrique Costa da Silva (2003) a atividade turística está ligada a diversas estratégias de utilização do espaço, não necessariamente vinculadas à intervenção humana. Ainda que a infraestrutura seja uma medida comum, nem sempre se trata de projetar mudanças na paisagem. Nesse sentido, o autor lembra que:

> O turismo é uma atividade que produz mesmo sem que haja intervenção para a produção espacial. Valoriza determinada paisagem sem que nenhuma transformação ocorra, pela intermediação da atividade turística direta no local (COSTA DA SILVA, 2003, p.73).

Em certo sentido, essa característica de produção não interventiva se apresenta nas áreas de Areia Vermelha e Picãozinho com intervenção humana mínima no preparo do espaço para recepção do turista – no caso, o trânsito marítimo até o local e a oferta de determinados serviços de consumo dentro das embarcações. Já na Praia do Jacaré, observa-se a presença de inúmeras estratégias de intervenção que têm como objetivo viabilizar e tornar acessível as atividades no local: bares e restaurantes construídos à beira da praia fluvial, instalação de feiras entre outros. Essas são características que compõem parte das justificativas presentes nos argumentos dos sujeitos participantes da pesquisa.

Observou-se que os impactos apontados pelos grupos ocorrem em menor escala hoje, fruto de uma maior fiscalização/monitoramento e trabalho por parte dos órgãos gestores (meio ambiente e turismo). Muitos avanços ocorreram, principalmente no que diz respeito à exploração feita em Areia Vermelha[15] e Picãozinho[16] – ambas totalmente marinhas e, portanto, ecossistemas mais frágeis. Medidas como a limitação das visitações, a aplicação de multas e sansões, previstas em lei, para quem joga lixo e pratica condutas similares e o cadastro/registro das empresas que atuam nas áreas são exemplos que refletem um maior controle das atividades de passeios e visitações nestas localidades. Porém, estas ações são pontuais, ocorrendo com maior intensidade apenas nos períodos de alta estação, o que faz com que ainda existam intervenções humanas decorrentes do turismo de massa praticado

[15] **MPF/PB exige publicação do regulamento de Areia Vermelha**. Disponível em: < http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/mpf-pb-exige-publicacao-do-regulamento-de-areia-vermelha>. Acesso em: 16/11/2013.

[16] **Setur realiza fiscalização em passeios para Ilha de Picãozinho**. Disponível em: < http://www.clickpb.com.br/noticias/cotidiano/setur-realiza-fiscalizacao-em-passeios-para-ilha-de-picaozinho/>. Acesso em: 17/11/2013.

nestas áreas naturais a um nível suficiente para que estes impactos consigam ser perceptíveis, como foi observado/apontado pelos próprios indivíduos entrevistados durante a pesquisa.

É nesse cenário de intensificação e sensibilização de impactos ambientais ocasionados pela atividade turística que cresce e evidencia-se a importância do planejamento para a gestão e minimização destes impactos sobre as áreas naturais. O planejamento, entendido aqui como estratégia de previsão flexível dos rumos dos acontecimentos, visando tomadas de decisões adequadas aos processos em questão (MOLINA; RODRIGUES, 2001) é uma ferramenta indispensável pera o desenvolvimento de uma prática social e ecologicamente sustentável possibilitando uma gestão adequada dos recursos naturais disponíveis. Como já mencionado anteriormente, esse planejamento deve ser executado através de ações em sentido horizontal e dialógico, permitindo a participação e autonomia dos diversos agentes envolvidos, de modo que haja espaço para uma negociação equitativa das soluções a serem adotadas.

Nesse sentido, Lília Seabra faz notar que:

> A proposta de um turismo sob as bases da sustentabilidade vem abraçando cada vez mais adeptos e experiências já vêm sendo implementadas em todo o mundo. O turismo sustentável, no entanto, apresenta condições para que as ideias se transformem em ação. A discussão do turismo sustentável, sob o enfoque do legado cultural, do planejamento e da gestão participativa, na escala local, emerge em documentos e discussões acadêmicas. É pelo reconhecimento do que é patrimônio que uma comunidade pode fazer do turismo uma atividade de importância para as gerações atuais e futuras. Nesse sentido, a participação dos diferentes atores sociais no planejamento e monitoração da atividade é de grande valia, maximizando os impactos positivos, possibilitando a melhor distribuição dos benefícios dele decorrente e levando a uma melhor proteção ambiental (SEABRA, 2003, p.186).

No que diz respeito às práticas em prol do meio ambiente, que foram avaliadas durante a pesquisa, pôde-se observar que as respostas variaram bastante de grupo para grupo, considerando as três áreas. Alguns grupos indicaram entender que a conservação do meio ambiente e dos recursos é mais importante que o desenvolvimento do turismo, enquanto outros apontaram o contrário ou simplesmente não opinaram sobre o tema.

Quanto à economia de recursos como água e energia elétrica, todos os grupos demonstraram possuir esta prática, porém os motivos que os levam a fazê-la são diferentes: os turistas da Praia do Jacaré, os moradores de Picãozinho e todos os grupos dos órgãos fazem por ser melhor para o meio ambiente, enquanto que os turistas de Areia Vermelha e Picãozinho, os moradores da Praia do Jacaré e Areia Vermelha e todos os três grupos das empresas/profissionais possuem estas práticas unicamente por questões econômicas e financeiras.

A respeito da separação do lixo, tanto em suas residências quanto em outros lugares, grande parte dos grupos indicou que também possuem este hábito, com exceção dos moradores e empresas/profissionais da Praia do Jacaré e Areia Vermelha, que justificaram não saber como é feita a separação de resíduos.

Deve-se destacar que, considerando as três áreas analisadas, todos os grupos demonstraram interesse e predisposição em participar de alguma atividade para melhorar o meio ambiente e o turismo nestes locais. Seja para os moradores, seja para os turistas, a escolha por um lugar – em especial as áreas naturais – a outros está constantemente vinculada à busca por uma experiência ou forma de vida melhor. Nesse aspecto, os locais são facilmente entendidos e significados por cada um desses agentes como oásis ou paraísos naturais. Esse processo de significação social do espaço remete à busca típica da sociedade industrial contemporânea rumo a uma melhor qualidade de vida em meio a complexos urbanos onde o verde, como símbolo do natural/natureza, perde cada vez mais espaço para o cinza e o concreto, símbolos da intervenção, do trabalho, da indústria. A qualidade de vida aqui estaria vinculada a um retorno aos espaços naturais e à natureza como fonte de descanso e calma, longe da correria, poluição, apatia e fluxos intensos dos grandes centros urbanos.

Na análise da percepção ambiental dos grupos entrevistados, os únicos que demonstraram possuir um perfil ecocêntrico foram as pessoas que trabalham nos órgãos. Com exceção dos moradores do entorno de Picãozinho, que também apresentaram tendências ecocêntricas, todos os outros grupos (turistas, moradores da Praia do Jacaré e do entorno de Areia Vermelha e todas as empresas/profissionais) indicaram ser antropocêntricos e/ou indiferentes aos temas e problemáticas de cunho ambiental. Isto indica que a grande maioria dos indivíduos pesquisados revela não se importar com as questões ambientais e de caráter sustentável. Para estes, os problemas do meio ambiente não interferem em suas vidas e, portanto, não são motivos que geram preocupação.

O estudo da percepção ambiental, base desta investigação, como lembra Reigota (1998) é um momento fundamental no gerencialmente e planejamento das atividades de intervenção e sensibilização dos atores envolvidos com os processos ambientais, como é o caso da atividade turística. Através do estudo da percepção é possível entrever a forma como os diferentes atores se relacionam com o mundo através do local em que estão inseridos e como essas percepções constroem representações sociais sobre as ações do/no mundo. Nesse ínterim, a percepção deve ser entendida, fenomenologicamente, como uma instância de intermediação da experiência humana sobre os fenômenos socioambientais, um espaço a

partir do qual é possível vislumbrar os aspectos sociais estruturantes que organizam a relação dos sujeitos com o espaço ao seu redor: relações econômicas, culturais, valores, etc.

Sabe-se que o aspecto cultural, o grau de escolaridade e o acesso à informação influenciam bastante nas atitudes e nos níveis de percepção, conscientização e educação ambiental, mas não são fatores determinantes, pois existem muitos indivíduos que, mesmo os possuindo, não desenvolvem valor afetivo ou pratica algum tipo de ação em prol do meio ambiente.

Entende-se também que a formação de uma cultura ambiental está ligada a um processo histórico-social que demanda tempo e exige certas condições como educação, princípios éticos, experiências de escassez, vivências na natureza, noções de cidadania e preocupação com o bem público, com a questão social e a presença de um poder regulador que controle e gerencie o uso de recursos. Todos estes fatores irão contribuir para a relação que o indivíduo estabelece com o meio ambiente no qual ele está inserido.

Estes fatos comprovam que há uma necessidade, por parte dos órgãos e instituições responsáveis, de se investir em políticas públicas e medidas que busquem educar e sensibilizar ambientalmente estas pessoas que lidam diretamente com o turismo nas três áreas estudadas, buscando despertar nestes indivíduos uma maior conscientização acerca das questões ambientais.

Dentre as possíveis soluções para estas problemáticas e deficiências encontradas na pesquisa, destacam-se aquelas que podem ser resumidas basicamente em duas esferas: campanhas de educação e sensibilização ambiental e o planejamento das ações turísticas para um maior controle, regulação e fiscalização (leis mais restritivas) da atividade praticada nestes ambientes.

Os investimentos na criação de campanhas que visem educar e sensibilizar devem alcançar todos os atores dos grupos aqui estudados, buscando conscientizá-los para a importância da conservação dos espaços onde o turismo é praticado, desenvolvendo, dessa forma, uma atividade pautada sob a ótica do desenvolvimento contínuo e sustentável, que respeita os limites impostos pela natureza destes ambientes e procura conservar todos os seus recursos, permitindo assim uma exploração ecológica e consciente destas áreas. É nesse aspecto que Moraes *et al.* (2007) enfatiza as contribuições das práticas educativas – em especial de ações rotineiras e educação ambiental - no contexto do turismo sustentável em contextos de áreas naturais.

> A conscientização conservacionista da comunidade local e visitante é o ponto inicial para os diversos benefícios oferecidos pelo turismo sustentável. É o caso da educação ambiental atrelada aos objetivos do planejamento para a gestão sustentável. (...) Planejar a atividade em direção ao turismo sustentável é uma forma de evitar danos irreversíveis aos meios turísticos, minimizar os custos sociais que afetam os moradores das localidades e otimizar os benefícios do desenvolvimento turístico (MORAES, *et al.*, 2003, P. 173-174).

O uso de panfletos e folders com práticas educativas e pró-ambientais (claras, simples e objetivas, utilizando, inclusive, desenhos) para serem distribuídos nos locais entre os visitantes, moradores e, também, nas empresas e órgãos são ferramentas a se considerar para alcançar estes objetivos.

Deve haver também um maior treinamento/instrução dos profissionais que exploram as áreas, com o intuito de motivar os agentes e demonstrar a importância da conservação destes espaços e, também, para conscientizá-los ainda mais e instigá-los a proteger e priorizar a prerrogativa/aspecto ambiental no exercício de suas funções.

Como afirma Lourenço (2010), para compor o planejamento turístico destas áreas, é fundamental considerar as propostas de zoneamento ecológico (definindo e especificando as atividades que podem ser praticadas/executadas em cada ponto previamente zoneado, como, por exemplo, os locais para mergulho e ancoragem dos barcos) e os estudos de capacidade de carga de cada uma delas. Se não existirem, devem-se lançar esforços nesse sentido.

Sabe-se que, por ser um parque estadual, Areia Vermelha recebe uma maior fiscalização por parte dos órgãos responsáveis, o que se reflete na melhor conservação do local através dos planos de manejo vigentes. O mesmo não ocorre em Picãozinho, apesar dos esforços da Prefeitura e da Secretaria do Meio Ambiente em tentar transformar a área em uma unidade de conservação há algum tempo[17].

O monitoramento das atividades turísticas servirá para conferir um maior controle e fiscalização das mesmas, buscando preservar os recursos naturais e mitigar os impactos da atividade que venham a ocorrer. Ainda nesse aspecto, Rodrigues (1997) lembra que o turismo não pode mais ser enxergado como uma atividade exploratória orientada rumo ao lucro e ignorando os impactos que exerce sobre o meio socioambiental em que se situa. Ainda que não intervenham diretamente na paisagem, o turismo gera impactos que precisam ser gerenciados no sentido de controlar os seus rumos e possibilidades. Na construção de um

[17] **Degradação em Picãozinho**. Disponível em: <http://www.espacoecologiconoar.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8680&Itemid=1>. Acesso em: 18/11/2013.

projeto turístico racionalmente sustentável, Moraes *et al*. (2007) lembram que esse processo deve ser pensado como um fluxo contínuo a ser constituído de maneira inter-relacional. A partir de suas considerações sobre o ecoturismo as autoras lembram que

> O desenvolvimento sustentável associado à eficiência econômica, equidade social e prudência ecológica é base essencial para o desenvolvimento e progresso do turismo. A sustentabilidade só ocorrerá efetivamente a partir da conscientização e educação ambiental inter-relacionadas aos instrumentos de gestão, em conjunto com a utilização coerente, ou seja, com respeito a todos os elementos que compõem o meio ambiente, inclusive o próprio homem. (MORAES *et al*., 2007, p. 174).

Para se por em prática estas sugestões, é essencial que haja integração entre as ações dos setores público e privado, fornecendo subsídios e infraestrutura para atender à demanda e priorizando, sobretudo, os interesses ambientais e das populações locais.

Esta é uma tarefa que deve ser executada em conjunto: os líderes dos órgãos gestores e empresários da iniciativa privada devem elaborar/criar meios e ferramentas que busquem despertar em seus próprios integrantes (aqueles que fazem parte destes grupos) e também naqueles que consomem a atividade (turistas) e nos que lidam com o ambiente e a realidade diariamente (moradores - que contribuem bastante para a conservação do lugar) uma maior identificação/sensibilização para promover a conservação dos bens naturais destas áreas em que atuam. Em vista da crescente expansão do turismo, em especial nas regiões e áreas naturais através de modalidades diversas (ecovilas, ecoturismo, turismo de aventura, etc.) os projetos sustentáveis ainda são a melhor alternativa, aquela que melhor problematiza e está apta a propor soluções capazes de aliar a atualização comercial dos espaços naturais sem ignorar a importância da atividade protecionista e conservacionista. É pelo turismo sustentável que se garantem os meios mínimos de cuidado e conservação dos espaços naturais e isso se dá através de articulações estratégicas desenvolvidas nos momentos de planejamento, buscando soluções para problemas presentes que sejam capazes de repercutir em ganhos a curto, médio e longo prazo – tanto econômica quando ambientalmente.

Todo esse conjunto de esforços/investimentos deve ser fruto de um planejamento adequado e eficaz no sentido de alcançar os objetivos pré-determinados. A chave para esse processo encontra-se na educação e conscientização ambiental de todos os envolvidos. Estes dois aspectos representam o caminho a ser seguido para que a atividade turística sustentável possa continuar gerando lucro, renda e desenvolvimento nas áreas em que é praticada e, ao mesmo tempo, e acima de tudo, possa contribuir para a conservação dos recursos naturais destes importantes ecossistemas.

9. REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Francisco José Pegado. **Educação Ambiental: conceitos, princípios e tendências**. In: _____; (Org.). Educação Ambiental para o Semiárido. João Pessoa: UFPB, 2011;

ALBUQUERQUE, Helena Cláudia da Cruz. **Turismo Sustentável nas Zonas Costeiras: o Caso das Praias de Mira**. Dissertação. Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro, 2004;

ALCOFORADO, L. F. **Elementos para elaboração de questionário em pesquisa científica**. Disponível em: <http://www.professores.uff.br/luciane/images/stories/Arquivos/doc_turismo/quest_escalas_cap1.pdf>. Acesso em: 30/08/13;

ANDRADE, Isaura Lúcia. **Impactos ambientais em Picãozinho**. Monografia. João Pessoa: IESP, 2002;

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; TAKESHY, Tachizawa; CARVALHO, Ana Barreiros de. **Gestão Ambiental: Enfoque Estratégico Aplicado ao Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Makron Books, 2000;

ARAÚJO, Carolina Dutra; CARVALHO, Acácio Geraldo de; SILVA, Carlos Domingos**. Impactos ambientais do turismo na Ilha Grande: um estudo comparativo dos moradores da Vila do Abraão e da Vila dos Dois Rios**. In: Cadernos Virtuais do Turismo. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007;

BASSAN, Ana Claúdia**. Turismo, Educação Ambiental e preservação de áreas naturais protegidas: o caso do parque municipal Grota do Mirassol/SP**. Monografia de graduação em turismo. Rosana (SP): UNESP, 2007;

BEM, Kettrin Couto Farias. **Os impactos ambientais da atividade turística no recife de Picãozinho – PB.** Revista da FAS, v. 1, n. 1, ago/dez. 2008;

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 2ª ed. São Paulo: SENAC, 1998;

BORGES, Janice Rodrigues Placeres; CHAUDHRY, Fazal Hussain; FERREIRA FILHO, Pedro. **Impactos do turismo em população local em situação de vulnerabilidade social: um estudo de percepção social**. In: CASTELLANO, Elisabete Gabriela; FIGUEIREDO, Rodolfo Antônio; CARVALHO, Caio Luiz de**. (Eco)Turismo e educação ambiental**: diálogo e prática interdisciplinar. São Carlos (SP): RiMa, 2007;

BRANCO, Samuel Murgel. **O meio ambiente em debate**. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2004;

BRASIL - Ministério do Meio Ambiente. **Panorama da conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos do Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2010;

BRASIL - Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo** - Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade. Brasília: Ministério do Turismo/ Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2007;

BRASIL – Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Brasileira**. Brasília: MEC/MMA, 2004;

BRASIL – Ministério da Casa Civil. **Lei n° 6.938 de 31 de agosto de 1981 - Política Nacional de Meio Ambiente**. Brasília: Subchefia de assuntos jurídicos, 1981;

BRASIL – Ministério da Casa Civil. **Lei n° 7.661, de 16 de maio de 1988 que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro**. Brasília: Subchefia de assuntos jurídicos, 1988;

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem Populacional**. Disponivel em: <http://www.ibge.gov.br/home/>; Acesso em: 22/10/12;

CAIRNCROSS, Frances. **Meio Ambiente: custos e benefícios**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Nobel, 1992;

CAMPOS, L. M. S. **Apostila de auditora ambiental**. Cascavel: UFSC, 2002;

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. Tradução de Cláudia Sant'Ana Martins. São Paulo: gaia, 2010a;

_____. **O Mar que nos cerca**. Tradução de Antonio Salantino. São Paulo: Gaia, 2010b;

CAVALCANTI, Clóvis. **Breve introdução à economia da sustentabilida**de. In: _____. (Org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2009;

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

COELHO, C. F.; ARAÚJO, M. E. **Divulgação de pesquisas científicas como ferramenta para sensibilização de turistas: o caso da Praia dos Carneiros, Pernambuco, Brasil**. Disponível em: <http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-252_Coelho.pdf>. Acesso em: 19/06/12;

COELHO, Jorge Artur Peçanha de Miranda; GOUVEIA, Valdiney Veloso; MILFONT, Taciano Lemos. **Valores humanos como explicadores de atitudes ambientais e Intenção de comportamento pró-ambiental**. In: Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 1, p. 199-207, jan/abr. 2006;

COSTA, C. F. *et al.* **Recifes costeiros da Paraíba, Brasil: usos, impactos e necessidades de manejo no contexto da sustentabilidade**. In: Gaia Scientia 2007, 1(1): 37-45;

COSTA DA SILVA, Carlos Henrique. **Sustentabilidade e Planejamento Turístico: discussão sobre consumo do espaço**. In: CASTELLANO, Elisabete Gabriela; FIGUEIREDO, Rodolfo Antônio de; CARVALHO, Caio Luiz de (Orgs). **(Eco)Turismo e educação ambiental** – diálogo e prática interdisciplinar. São Paulo: Rima, 2007. p.67-84;

COSTA E SOUZA, Guilherme Debeus. **Turismo Sustentável como alternativa de desenvolvimento e conservação do meio ambiente em Picãozinho - município de João Pessoa**. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. João Pessoa: PRODEMA/UFPB, 2008;

DEBEUS, Guilherme; CRISPIM; Maria Cristina. **O turismo nas piscinas naturais de Picãozinho, João Pessoa, PB – percepções, conflitos e alternativas**. In: REA – Revista de estudos ambientais v.10, n. 1, p. 21-32, jan./jun. 2008;

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa em Turismo: planejamento, métodos e técnicas.** São Paulo: Futura, 1998;

DIEB, Denise de Azevedo; ALMEIDA, José Antônio Pacheco de; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de. **Análise do processo de urbanização e das relações sócio-ambientais em área de expansão urbana: o caso do Jacaré – município de Cabedelo (PB)**. In: Cadernos do Logepa, vol. 2, n. 1, p. 57-68, jan./jun. 2003;

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: gaia, 2004;

DIEGUES, A. C. **Ecologia Humana e Planeamento Costeiro**. São Paulo: NUPAUB, 2001;

DONAIRE, Denis**. A interiorização da variável ecológica na organização das empresas industriais**. *In:* Anais do XVIII Encontro anual da ANPAD. Curitiba: de 26 a 28 de set. de 1999;

DUNLAP, E. R.; VAN LIERE, K. D. **The "New Environmental Paradigm"**. Journal of Environmental Education, v. 9, p. 10-19, 1978 ;

FÔNSECA, Ana Carolina dos Santos. **Percepção Ambiental de Alunos de Escolas Públicas do Município de Cuité/PB**. Monografia. UFCG, Centro de Educação e Saúde. Cuité: 2011;

GENRICH, A. V. S. **Análise de impactos ambientais na cabeceira de drenagem da bacia do córrego Vilarinho, Regional Venda Nova, RMBH/MG**. Dissertação IGC/UFMG. Belo Horizonte, 2002;

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Altas, 2006;

GONDIM, Anne Isabelley *et al*. **Macrofauna bêntica do Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha, Cabedelo, Paraíba, Brasil**. In: Biota Neotropica, vol. 11, n. 2. Campinas: Abril/Junho 2011;

GUERRA, R. A. T.; SILVA, C. H. T.; SOUSA, G. U. S. **A percepção ambiental de estudantes do ensino médio em João Pessoa, Paraíba**. Anais do II Encontro Temático Meio Ambiente e Educação Ambiental na UFPB, 8p, 2003;

KINLAW, Denis C. **Empresa competitiva & ecológica: desempenho sustentado na era ambiental**. São Paulo: Makron Books, 1997;

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental - Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001;

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002;

_____. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Tradução de Jorge Silva. São Paulo: Vozes, 2009;

_____. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010;

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004;

LOURENÇO, Liliane de Jesus Silva. **Proposta de zoneamento e capacidade de carga para o Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba, 134 p. 2010;

MAIDA M, FERREIRA B.P. **Os recifes de coral brasileiro**. In: Eskinase-Leça E, Neumann-Leitão Costa MF (eds.). Oceanografia um cenário tropical. Bagaço, Recife 671-640 (2004);

MARCELINO, R. L.; SASSI, R.; CORDEIRO, T. A.; COSTA, C. F. **Uma Abordagem Sócio-Econômica e Sócio-Ambiental dos Pescadores Artesanais e outros Usuários Ribeirinhos do Estuário do Rio Paraíba do Norte, Estado da Paraíba, Brasil**. In: *Tropical Oceanography*, Recife, v. 33, n. 2, p. 183-197, 2005;

MCLUHAN, Teri. **Pés nus sobre a terra sagrada**. Por Alegre: L&PM, 1986;

MEDRI, Waldir. **Análise Exploratória de Dados**. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas – CCE. Londrina: março de 2011;

MOLINA, Sérgio; RODRIGUEZ, Sérgio. **Planejamento Integral do turismo: um enfoque para a América Latina**. Bauru: EDUSC, 2001;

MOLINA E., Sérgio. **Turismo e Ecologia**. São Paulo: EDUSC, 2001;

MORAES, Antonio Carlos Roberto de. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil:** elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999;

MORAES, Clauciana Schimidt Bueno de; MARCONDES, Odaléia Telles; QUEIROZ, Machado; MAUAD, Frederico Fabio. **Planejamento, Gestão e Educação ambiental: a importância da inter-relação para a sustentabilidade**. In: CASTELLANO, Elisabete Gabriela; FIGUEIREDO, Rodolfo Antônio de; CARVALHO, Caio Luiz de (Orgs). **(Eco)Turismo e educação ambiental** – diálogo e prática interdisciplinar. São Paulo: Rima, 2007. p.169-178;

OLIVEIRA, L. R., VIANA, T. J. L., BRAGA, A. L. C. **Conflitos e fragilidades de uma atividade turística não planejada: um olhar direcionado às praias de Porto de Galinhas e Itamaracá/PE.** Revista Patrimônio: Lazer & Turismo. - Revista Científica eletrônica-Mestrado em Administração da UNISANTOS, v. 07, n 10, abr-mai-jun/2010, p 01-19. 2010;

OLIVEIRA, Pedro. **Percepção Ambiental dos Turistas frequentadores de ambientes recifais: Praias do Seixas, Areia Vermelha e Picãozinho** – João Pessoa – PB. Monografia de especialização em Ciências Ambientais. Patos (PB): Faculdades Integradas de Patos, 2006;

ONU - Organização das Nações Unidas. **Brundtland Report - "Our Common Future"**. Disponível em: <http://ambiente.files.wordpress.com/2011/03/brundtland-report-our-common-future.pdf>. Acesso em: 14/10/2013;

PALMA, I.R. **Análise da Percepção Ambiental como Instrumento ao Planejamento da Educação Ambiental**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais - PPGEM, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 67 p. 2005;

PARAÍBA. **Decreto nº 21.263 Unidade de Proteção Integral. Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha** – SUDEMA. 2000;

PICKERING, Catherine Marina; HARRINGTON, Janice; WORBOYS, Graeme. **Environmental Impacts of Tourism on the Australian Alps Protected Areas - Judgments of Protected Area Managers**. In: Mountain Research and Development vol. 23, no 3, august 2003: 247–254;

PORTZ, L.; MANZOLLI, R. P.; CÔRREA, I. C. S. **Tools for Environmental Management Applied to the Coastal Zone of Rio Grande do Sul, Brazil**. Disponível em: <http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-278_Portz.pdf>. Acesso em: 19/06/12;

REIGOTA, Marcos. **Meio Ambiente e representação social**. 3ª edição; São Paulo: Cortez, 1998. (Coleção Questões da Nossa Época);

RODRIGUES, Adyr. **Turismo e ambiente**: reflexões e propostas. São Paulo: Hucitec, 1997;

ROSEMBURG, Cinthia. **Por dentro da revolução verde**. *In:* Revista Negócios, número 7. Ano 1, vol. 4, setembro de 2007;

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 11ª ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997;

SALES, Ângelo José de Souza. Percepção Ambiental: **Um Diagnóstico para o Uso Sustentável dos Recursos Recifais da Baía da Traição – Paraíba – Brasil**. Dissertação. UFPB, Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. João Pessoa: 2012;

SANCHO, A. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Editora Roca, 2001;

SCHULTZ, P. W. **Inclusion with nature**. In: P. Schmuck & W. P. Schultz (Eds.), Psychology of sustainable development. Norwell: Kluwer Academic Publishers, p. 61-78, 2002;

SCHWARTZ, S. H. (1992). **Universals in the content and structure of values: Theoretical advanced and empirical tests in 20 countries**. In M. Zanna (Ed.), Advanced in experimental social psychology (pp. 1-65). Orlando: Academic Press;

SEABRA, Lília. **Turismo Sustentável: planejamento e gestão**. In: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antônio José Teixeira. A Questão ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. P. 153-189;

SILVA, Christian Luiz da. **Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo**/ Christian Luiz da Silva (organizador). - Petrópolis, RJ: Vozes, 2006;

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: Conceitos e Impacto Ambiental**. São Paulo: Aleph, 2002;

TAVARES, Lígia Maria da Silva; *et al*. **Uso e ocupação do litoral sul da Paraíba: o caso de Jacarapé**. In: Cadernos LOGEPA, vol. 2. n.1. João Pessoa, 2003;

TELES, Reinaldo Miranda de Sá. **Turismo e meio ambiente ou turismo da natureza?** Alguns apontamentos para a organização dessa modalidade. In: _____ (Org.) Turismo e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011;

THOMPSON, S. C. G.; BARTON, M. A. **Ecocentric and anthropocentric attitudes toward the environment**. Journal of Environmental Psychology, n.14, p.149-157, 1994;

TRISTÃO, Martha. **A Educação Ambiental na formação de professores**: redes de saberes. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2005;

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980;

VALLE, Cyro Eyer do. **Qualidade Ambiental: ISO 14000**. 6ª ed. rev. atualiz. São Paulo: Editora Senac, 2006;

VARELA, Carmen Augusta. **Meio Ambiente e economia**. São Paulo: SENAC, 2012.

VIEIRA, Paulo Freire. **Gestão Patrimonial de recursos naturais: construindo o ecodesenvolvimento em regiões litorâneas**. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 5° ed. São Paulo: Cortez, 2009;

WADDINGTON, Helenio. **Turismo Sustentável no Brasil.** Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./ecoturismo/index.html&conteudo=./ecoturismo/artigos/turismo_sustentavel.html>. Acesso em: 17/06/12.

APÊNDICE

Nº QUEST: _____ LOCAL: _____	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE PRODEMA	DATA: ____/ ____ HORA: _____

Perfil Socioeconômico

1. Você é:

a ( ) Turista b ( ) Morador local c ( ) Empresa/profissional do turismo d ( ) Órgão turístico

Se turista, qual cidade/estado você reside? _____

2. Sexo: a ( ) M b ( ) F

3. Idade: _____

4. Grau de instrução:

a ( ) Nenhum c ( ) Ensino médio e ( ) Pós graduação

b ( ) Ensino fundamental d ( ) Ensino superior

5. Renda mensal:

a ( ) Até 1 salário mínimo c ( ) Entre 4 e 5 salários mínimos e ( ) Nenhuma

b ( ) Entre 1 e 3 salários mínimos d ( ) Mais de 5 salários mínimos

Turismo e os impactos no meio ambiente

1. Quais dos impactos ambientais abaixo você observa ou acha que ocorre nesta localidade? Indique o grau de cada um, segundo o seu ponto de vista.

IMPACTOS	Grau dos impactos			
	0- Inexistente	1- Leve	2- Médio	3- Forte
Poluição da água/mar por lixo	☐	☐	☐	☐
Poluição da areia da praia/solo por lixo	☐	☐	☐	☐
Degaste dos recifes de corais por pisoteio	☐	☐	☐	☐
Destruição dos corais pela ancoragem dos barcos	☐	☐	☐	☐
Derramamento de óleo e combustíveis dos barcos	☐	☐	☐	☐
Captura/alimentação de animais e outros organismos (peixes, tartarugas, crustáceos, etc)	☐	☐	☐	☐
Poluição sonora	☐	☐	☐	☐
Desmatamento e retirada da vegetação	☐	☐	☐	☐
Desgaste do solo por pisoteio de visitantes	☐	☐	☐	☐
Desgaste do solo pela circulação de veículos	☐	☐	☐	☐
Alteração da paisagem natural	☐	☐	☐	☐
Poluição geral de rios e áreas de mangue	☐	☐	☐	☐

OUTROS: _____

2. O que você acha que provoca estes impactos?
a ( ) Falta de educação e conscientização ambiental por parte dos turistas e moradores locais
b ( ) Falta de capacitação e preparo das empresas e profissionais que atuam na área
c ( ) Descaso político: órgãos responsáveis pelo turismo e meio ambiente não promovem a fiscalização e a proteção necessárias
d ( ) Falta de leis e punições mais severas, por parte do Poder Público, para aqueles que degradam o meio ambiente
e ( ) Outro motivo. Qual? _____

3. Na sua opinião, qual seria a melhor alternativa para minimizar os impactos causados pela atividade turística no meio ambiente?
a ( ) Capacitar empresas/profissionais que trabalham diretamente com o turismo
b ( ) Aplicar multas e penalidades aquelas pessoas que degradam e impactam o meio ambiente
c ( ) Educar ambientalmente turistas, moradores locais e todos que praticam e lidam com a atividade turística
d ( ) Promover mais campanhas de conscientização ambiental e para a prática de um Turismo sustentável
e ( ) Participação mais atuante dos órgãos responsáveis e investir em melhores políticas públicas
f ( ) Outra alternativa. Qual? _____

Práticas ambientais

1. Você acha que o desenvolvimento do turismo é mais importante que a preservação dos recursos naturais?
a ( ) Sim, eu acho b ( ) Não, não acho c ( ) Não sei

2. Você estaria disposto a participar de alguma atividade para melhorar o meio ambiente e o turismo local?
a ( ) Sim b ( ) Não c ( ) Não sei

3. Você economiza água e energia elétrica em sua residência e em outros lugares quando viaja?

SIM
Por que?

I) ( ) Para economizar dinheiro
II) ( ) Poupar para as gerações futuras
III) ( ) Não sei exatamente o porquê
IV) ( ) Outro motivo. Qual? _____

NÃO
Por que?

I) ( ) Existe em abundância e não é preciso poupar
II) ( ) Gastar água e energia custa pouco
III) ( ) Não sei exatamente o porquê
IV) ( ) Outro motivo. Qual? _____

4. Você costuma separar o lixo na sua casa e em outros locais quando viaja?

SIM
Por que?

I) ( ) É melhor para o meio ambiente
II) ( ) Para doar/vender alguns materiais
III) ( ) Outro motivo. Qual? _____

NÃO
Por que?

I) ( ) Não sei como fazer a separação
II) ( ) Não acho necessário
III) ( ) Outro motivo. Qual? _____

Outras observações:
_____
_____

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Programa Regional de Pós-Graduação
em Desenvolvimento e Meio Ambiente

PRODEMA

PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Por favor, responda os quesitos abaixo considerando a sua opinião sobre algumas questões ambientais.

1. "Devo conservar a natureza apenas para garantir uma boa qualidade de vida a mim e aos outros seres humanos".
a ( ) Concordo totalmente c ( ) Não concordo nem discordo d ( ) Não concordo em parte
b ( ) Concordo em parte e ( ) Não concordo totalmente

2. "O pior em destruir a natureza é que não poderemos mais nos beneficiar dela e de seus recursos".
a ( ) Concordo totalmente c ( ) Não concordo nem discordo d ( ) Não concordo em parte
b ( ) Concordo em parte e ( ) Não concordo totalmente

3. "Deve-se fazer reciclagem apenas para ganhar mais dinheiro com o lixo".
a ( ) Concordo totalmente c ( ) Não concordo nem discordo d ( ) Não concordo em parte
b ( ) Concordo em parte e ( ) Não concordo totalmente

4. "O Turismo às vezes destrói a natureza, mas eu o apoio, pois gera emprego e renda".
a ( ) Concordo totalmente c ( ) Não concordo nem discordo d ( ) Não concordo em parte
b ( ) Concordo em parte e ( ) Não concordo totalmente

5. "Acredito que a ciência e a tecnologia resolverão problemas ambientais como a poluição e o aquecimento global".
a ( ) Concordo totalmente c ( ) Não concordo nem discordo d ( ) Não concordo em parte
b ( ) Concordo em parte e ( ) Não concordo totalmente

6. "Eu não acho que os problemas ambientais são tão ruins como as pessoas dizem".
a ( ) Concordo totalmente c ( ) Não concordo nem discordo d ( ) Não concordo em parte
b ( ) Concordo em parte e ( ) Não concordo totalmente

7. "Eu acho que nós, seres humanos, não precisamos da natureza para sobreviver".
a ( ) Concordo totalmente c ( ) Não concordo nem discordo d ( ) Não concordo em parte
b ( ) Concordo em parte e ( ) Não concordo totalmente

8. "Eu não me preocupo com problemas da natureza (ambientais)".
a ( ) Concordo totalmente c ( ) Não concordo nem discordo d ( ) Não concordo em parte
b ( ) Concordo em parte e ( ) Não concordo totalmente

9. "Com o tempo, a maioria dos problemas ambientais se resolverão sozinhos (a natureza se recupera)".
a ( ) Concordo totalmente c ( ) Não concordo nem discordo d ( ) Não concordo em parte
b ( ) Concordo em parte e ( ) Não concordo totalmente

10. "Eu não me importo em destruir áreas naturais, desde que elas sirvam para meu lazer e diversão".
a ( ) Concordo totalmente c ( ) Não concordo nem discordo d ( ) Não concordo em parte
b ( ) Concordo em parte e ( ) Não concordo totalmente

11. "Me sinto bem em lugares naturais e gosto de estar em contato com a natureza".
a ( ) Concordo totalmente c ( ) Não concordo nem discordo d ( ) Não concordo em parte
b ( ) Concordo em parte e ( ) Não concordo totalmente

12. "Procuro sempre respeitar as plantas, os animais, as florestas, os rios e os oceanos, pois faço parte da natureza".
a ( ) Concordo totalmente c ( ) Não concordo nem discordo d ( ) Não concordo em parte
b ( ) Concordo em parte e ( ) Não concordo totalmente

13. “Fico triste quando vejo a natureza sendo destruída”.

a ( ) Concordo totalmente c ( ) Não concordo nem discordo d ( ) Não concordo em parte
b ( ) Concordo em parte e ( ) Não concordo totalmente

14. “Quando visito algum lugar, me preocupo em recolher o lixo e economizar água e energia”.

a ( ) Concordo totalmente c ( ) Não concordo nem discordo d ( ) Não concordo em parte
b ( ) Concordo em parte e ( ) Não concordo totalmente

15. “Para mim, a preservação da natureza é mais importante que as questões econômicas (dinheiro)”.

a ( ) Concordo totalmente c ( ) Não concordo nem discordo d ( ) Não concordo em parte
b ( ) Concordo em parte e ( ) Não concordo totalmente